

ISSN: 2179-5169

Edição
Especial

Dezembro 2020

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

UCP | FACULDADES
DO CENTRO DO
PARANÁ
Ensino por Ideal

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

EXPEDIENTE

TRIVIUM – Revista Eletrônica Multidisciplinar
Revista semestral da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, UCP
ISSN: 2179-5169

INDEXADA AO DIADORIM

<http://diadorim.ibict.br/handle/1/2665>

INDEXADA AO LATINDEX

Folio 29426

Folio Único 25632

<https://latindex.org/latindex/ficha?folio=29426>

Trivium é a uma publicação semestral da Faculdade do Centro do Paraná, UCP e tem como objetivo publicar artigos, resenhas e ensaios, tanto do público acadêmico interno, quanto da comunidade científica externa. Os trabalhos versam sobre assuntos pertinentes as áreas de Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Exatas e Tecnológicas.

Diretora Geral da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP

Jane Silva Bühler Taques

EDITORA-GERENTE

Jane Silva Bühler Taques

COMISSÃO EDITORIAL CIENTÍFICA

CONSELHO EDITORIAL

Jane Silva Bühler Taques

Bruna Rayet Ayub

EDITORES ASSOCIADOS

Argos Gumbowski – UnC

Luis Paulo Gomes Mascarenhas – UNICENTRO

Mary Ângela Teixeira Brandalise – Departamento de Educação – UEPG

Wilson Ramos Filho – UNIGUAÇU

Regilson Maciel Borges – Departamento de Educação – UFLA

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC INTERNOS

Jane Silva Bühler Taques

Andrcia Verlindo

Bruna Rayet Ayub

Paulo Ricardo Soethe

Tatiani Maria Garcia de Almeida

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC EXTERNOS

Adair de Aguiar Neitzel – UNIVALI

Alcimara Aparecida Föetsch – UNESPAR

Aline Lobato Costa – UEPB

Andrea Ad Reginatto – UFSM

Angélica Rocha de Freitas Melhem – UNICENTRO

Argos Gumbowski – UnC

Atilio Augustinho Matozzo – UNIGUAÇU

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Breno Marques da Silva e Silva – UEAP
Cândido Simões Pires Neto – Centro Universitário Campo Real
Carla Cláudia Pavan Senn – UFPR
Claudemir de Quadros – UFSM
Cleverson Fernando Salache – UNICENTRO
Cyntia Bailer – FURB
Daniela Pedrassani – UnC
Eduardo Vieira Alano – EMBRAPA CERRADOS
Eliane Rose Maio – UEM
Elismara Zaias Kailer – UEPG
Fernanda Cristina Caparelli de Oliveira – UFS
Gabriel William Dias Ferreira – UFLA
Gabriela Caramuru Teles – USP
George Saliba Manske – UNIVALI
Hugo de Mattos Santa Isabel – UNIGUAÇU
Ivanildo dos Anjos Santos – UESC
Jair Ribeiro Junior – UEPG
Jesús Alberto Díaz Cruz – UNICENTRO
Josefino de Freitas Fialho – EMBRAPA CERRADOS
Juliane Andréa de Mendes Hey Melo – UNICURITIBA
Kelen dos Santos Junges – UNESPAR
Lauro Augusto Ribas Teixeira – Centro Universitário Campo Real
Luale Leão Ferreira – UNICAMP
Luiz Carlos Weinschütz – UnC
Luis Paulo Gomes Mascarenhas – UNICENTRO
Maria Luiza Milani – UnC
Mary Ângela Teixeira Brandalise – UEPG
Miriam Aparecida Caldas – Centro Universitário Campo Real
Nei Alberto Salles Filho – UEPG
Nevio de Campos – UEPG
Orcial Ceolin Bortolotto – UNICENTRO
Rafael da Silva Teixeira Teixeira – UFV
Regiane Bueno Araújo – Centro Universitário Campo Real
Regilson Maciel Borges – UFLA
Sandro Luiz Bazzanella – UnC
Selma Peleias Felerico Garrini – USJT
Simone Carla Benincá – Centro Universitário Campo Real
Simone de Fátima Flach – UEPG
Solange Cardoso – UFOP
Solange Franci Raimundo Yaegashi – UEM
Rui Mateus Joaquim – UCDB
Vera Lúcia Martiniak – UEPG
Verônica Gesser – UNIVALI
Virginia Ostroski Salles – UTFPR

REVISORES CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS

Ana Paula da Silva – School of Veterinary Medicine – University of California Davis
Edgar Ismael Alarcón Meza – Universidad Autónoma de Baja California (UABC)
Gabriel William Dias Ferreira – University of Georgia
Jhonny Diego Sosa – Escuela Naval Militar de La República Oriental Del Uruguay – Universidad de la Empresa – Montevideu
José Moncada Jiménez – Universidade da Costa Rica
Roberto Fernandez Fernández – Facultad de Derecho – León
Susana Costa e Silva – Católica Porto Business School – Porto
Susana Rodriguez Escanciano – Universidad de León – UNILEÓN
Sandra Sharry – National University of La Plata – Buenos Aires
Oscar Fabian Rubiano Espinosa – Libre de Colombia University – Bogotá

REVISÃO E ORGANIZAÇÃO

Jefferson Silvestre Alberti dos Santos
Helena de Oliveira Andrade

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

REVISÃO DOS ABSTRACTS

Renan Matheus Mendes

DIAGRAMAÇÃO

Jefferson Silvestre Alberti dos Santos

BIBLIOTECÁRIO

Eduardo Ramanaukas – CRB 9 1813

CAPA

Jefferson Silvestre Alberti dos Santos
Setor de Marketing da Faculdade UCP

T841	TRIVIUM: revista eletrônica multidisciplinar - UCP / Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP. – v. 7, n. 4, dez. (2020) – Edição Especial – Pitanga, 2020. Semestral ISSN 2179-5169 1. Periódico. I. Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP. II. Título.
------	--

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

SUMÁRIO

A CIÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR DA PSICOLOGIA	7
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Fernando Feliciano Guimarães</i>	
<i>Gheniffer Fornari</i>	
<i>Laryssa Karas</i>	
<i>Tânia Mara Ruivo</i>	
A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO MERCADO DE TRABALHO... 20	
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Fernando Feliciano Guimarães</i>	
<i>Gheniffer Fornari</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
<i>Renan Matheus Mendes</i>	
ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	41
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Fernando Feliciano Guimarães</i>	
<i>Gheniffer Fornari</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
BRASIL ALFABETIZADO – UM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL – CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E SEUS PROJETOS – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	50
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Gheniffer Fornari</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
<i>Laryssa Karas</i>	
A RELEVÂNCIA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO NO ÂMBITO JURÍDICO: UMA ANÁLISE	67
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Laryssa Karas</i>	
ENSINO A DISTÂNCIA E SEUS BENEFÍCIOS NA SOCIEDADE MODERNA.....	85
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Débora Bruna Fernandes Freire</i>	
<i>Gheniffer Fornari</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
<i>Ronan Anacleto Lopes</i>	

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

O ENSINO DE LITERATURA: INSTRUÇÃO OU FRUIÇÃO?	90
<i>Carla Wessel</i>	
O SER CAÓTICO E A SOCIEDADE NO LIMITE.....	124
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
<i>Laryssa Karas</i>	
UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE TRABALHOS E PROVAS NO ENSINO SUPERIOR	139
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Daniel Alberto Machado Gonzales</i>	
<i>Fernando Feliciano Guimarães</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
RESUMO SOBRE REDES COMPLEXAS EM UMA ÓTICA DE MINERAÇÃO DE DADOS....	162
<i>Fernando Feliciano Guimarães</i>	
<i>Pedro Lealdino Filho</i>	
<i>Ronan Anacleto Lopes</i>	
<i>Tânia Mara Ruivo</i>	
OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE VISANDO O SUJEITO DO CAMPO: PERSPECTIVAS EMPREENDEDORAS PARA MUDANÇAS SOCIAIS.....	169
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Atilio Augustinho Matozzo</i>	
<i>Fernando Feliciano Guimarães</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE O FILME 'UMA LIÇÃO DE VIDA' E A RELAÇÃO PEDAGÓGICA COMO VÍNCULO LIBERTADOR	191
<i>Laryssa Karas</i>	
<i>Raquel Cristina Wolff</i>	
UTILIZAÇÃO DE APP GAMEFICADO PARA DESENVOLVIMENTO DE HÁBITOS DE ESTUDO	202
<i>Adilson Veiga e Souza</i>	
<i>Guilherme Ribas Taques</i>	
<i>Ronan Anacleto Lopes</i>	
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, ANÁLISE DE DADOS.....	213
<i>Ana Bela dos Santos</i>	
<i>Laryssa Karas</i>	

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

A CIENCIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR DA PSICOLOGIA

Atilio Augustinho Matozzo
Fernando Feliciano Guimarães
Gheniffer Fornari
Laryssa Karas
Tânia Mara Ruivo

RESUMO: Realizar um estudo para compreender sobre conceito de representação social, qual a relação com o desenvolvimento regional, explicar a visão da psicologia dentro desta temática. Será um trabalho de estudo teórico bibliográfica, com levantamentos teóricos científicos. Tendo o intuito de mostrar a importância da representação social para o desenvolvimento regional, bem como o ensino superior que vem a agregar desenvolvimento e a relevância do mesmo, como parte importante deste processo. Por fim, sendo a representação social um ato de relação do sujeito e objeto na sua maneira de pensar como tal, podendo essa relação ser, com pessoas, ideias e ou evento social ou natural, implica assim sua transformação e construção enquanto indivíduo social capaz de evoluir e estar em constante aprendizagem, ou seja, assim espera-se deste trabalho auxiliar na compreensão e a importância de um ensino superior para o desenvolvimento e as representações sociais.

Palavras chave: Representação social. Ensino superior. Desenvolvimento regional. Contribuição Universitária. Psicologia.

ABSTRACT: Carry out a study to understand the concept of social representation, what is the relationship with regional development, explain the view of psychology within this theme. It will be a work of bibliographical theoretical study, with scientific theoretical surveys. Aiming to show the importance of social representation for regional development, as well as higher education that adds development and the relevance of it, as an important part of this process. Finally, as the social representation is an act of relation of the subject and object in their way of thinking as such, this relationship being able to be, with people, ideas and or social or natural event, thus implies its transformation and construction as a social individual capable of evolve and be in constant learning, that is, this work is expected to assist in understanding and the importance of higher education for development and social representations.

Keywords: Social representation. University education. Regional development. University contribution. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa para a compreensão sobre o conceito de representação social - uma abordagem na visão da psicologia que tem o intuito

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

de compreender o que esse tema tem a ver com o desenvolvimento regional, quais os benefícios em relação a esta temática e a ligação com o desenvolvimento regional com base em estudos bibliográficos e de referencial teórico, sendo uma pesquisa qualitativa que terá como objetivo levantar dados nos quais mostram a relevância desta demanda já citada acima e o que pode ser melhorado para além da compreensão acadêmica, auxiliando assim a comunidade e destacar a importância de um ensino no qual tenha a possibilidade de transmitir e apresentar na prática as melhorias necessárias para um desenvolvimento regional plausível através da compreensão deste conceito, afinal estamos falando de representação social. Buscando produzir uma visão panorâmica sobre o assunto.

Para melhor compreender as representações sociais na visão da psicologia, na qual mostra que os principais estudos partiram de “Moscovici (1961) buscava compreender o processo de difusão da psicanálise na sociedade parisiense e, especialmente, sua apropriação por essa comunidade e os modos pelos quais orientava as formas de pensar, sentir e agir desses cidadãos.” A partir dele outros autores e pesquisadores buscaram parâmetros para compreender e explicar essa relação do conceito das representações sociais e sociedade em desenvolvimento, assim partindo da psicologia a compreensão de ser humano pensante e em constante transformação com um olhar voltado para o todo.

Conforme aponta Sá (2000), as representações sociais (RS) dizem respeito a um conjunto de fenômenos e aos conceitos que o compõem, e também a um *corpus* teórico estruturado para explicá-los. As RS são definidas pelo próprio Moscovici (1961) como um conjunto organizado de conhecimentos práticos do cotidiano, construídos coletivamente a partir de problemas e desafios do dia a dia, impostos por fenômenos compreendidos como estranhos e não familiares que desafiam os sujeitos a alterar um posicionamento e suas formas de pensar, sentir e agir.” (MARTINS, Alberto Mesaque; CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. **Psicol.**

8

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

teor. prat., São Paulo, v. 16, n. 1, p. 104-114, abr. 2014. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 set. 2018.)

No Brasil os estudos e projetos de extensão em relação às representações sociais são realizados através do CNPq, as obras existentes são traduzidas para o português desde mais ou menos 1978. Portanto entende-se que a partir dos estudos de Moscovici e as traduções para outras línguas foi possível a difusão e a abertura para novas perspectivas, debates e pesquisas para essa teoria em diversas áreas distintas. Sendo assim como resultado percebido a capacidade de transformação do ser humano e adequação em adquirir novos conceitos e conhecimentos sem deixar suas raízes de lado, apenas adaptando-as com o passar das gerações acompanhando assim as transformações sociais e temos como profissionais a tarefa de estudar, produzir, e orientar sobre essas mudanças nas sociedades e indagar a importância e influência das mesmas sobre os seres humanos pensando em um desenvolvimento com qualidade de aprendizagem e de vida. Será frisado nesse contexto a visão da psicologia diante desses fatos, observando o contexto institucional do ensino superior como um todo, desde da saúde ao seu desenvolvimento produtivo e contribuição para solução de demandas, planejamentos e ações que visam a melhora do sistema, ressaltando a importância de um ensino aberto e reflexivo que busca através de constantes mudanças, melhoras tecnológicas, aprimoramentos teóricos e científicos, independentemente das áreas de estudo, contribuir sempre com a melhora e crescimento tanto dos alunos quanto da região onde está localizado a instituição, visando o aprimoramento e aperfeiçoamento coletivo a partir do ensino em prol de todos os envolvidos, usando em benefício a representatividade social

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

2 DESENVOLVIMENTO

Para melhor compreender sobre o conceito de representação social foi realizado leituras que indagam esse tema. A história traz Moscovici como um dos principais autores das representações sociais e segundo ele sua experiência em relação às representações sociais veio em duas etapas, durante a juventude sofreu com os males dos massacres da época (1941) e por outro lado foi possível perceber um campo vasto nas experiências sociais, unindo esses dois pontos em suas obras retratando assim o pensamento social.

No início do século XX Moscovici sendo ele um pensador social, no livro L'Âge dês Foules (1981) retrata que há racionalidade não é unicamente do indivíduo, "Tampouco ele idealiza o universo retificado e "intelectual", comparativamente ao senso comum, universo consensual, outrora visto como um simples conjunto de processos e crenças repletos de vieses e erros." (WOLTER, 2011, p.4).

A olhar as representações da física popular, biologia popular ou economia popular com certo ceticismo. Mas quem não tem uma representação que lhe permita compreender por que os líquidos sobem em um recipiente, por que o açúcar se dissolve, por que as plantas necessitam de água ou por que o governo aumenta os impostos? Graças a essa física popular nós evitamos colisões nas estradas, graças a essa biologia popular nós cultivamos nossos jardins a essa economia popular nos ajuda a procurar um modo de pagar menos impostos." (MOSCOVICI, 2003, p. 201).

Entre as diversas áreas a Psicologia Social apresenta "uma visão de que a ciência deve erradicar o pensamento espontâneo, que é compreendido como uma forma de conhecimento arcaica, enviesada, impura e degradada." (WOLTER, 2011, p.5).

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Segundo Moscovici (2003, p.309), tal visão se encontra no Marxismo, que não busca, a partir da ciência, aperfeiçoar o pensamento cotidiano. Pelo contrário, o objetivo é de erradicar esta forma de pensamento em prol de um raciocínio científico “canônico”. Outra posição, que o autor chama de “posição iluminista”, busca, através da comunicação e da educação, dispersar os erros do pensamento ingênuo, a partir do pensamento científico. De certa forma busca transformar o pensamento comum em pensamento científico. (WOLTER, 2011, p.5).

Moscovici cita sobre a relação da ciência e o senso comum e que as grandes e variados tipos de violências vinham por meio dos homens de letras, sendo eles estudantes e não pela poluição considerada leiga (2003, p.310). Existe também a ideia de grupos de interesses políticos na esfera de apropriação do saber, existindo aí um conflito de ideias em grupos, sendo assim uma polemica, na questão de inovação, ou seja, uma nova representação, e as minorias ainda existentes que defendem uma ideia impermeável de representação social, influenciando para outro tipo de pensamento que não era inovador, assim relatam Orfali (2002).

Também há a discussão em relação ao conformismo que levou as pesquisas para outros temas tirando o foco das teorias das representações sociais, percebido essa atitude passou-se a falar em inovação passando assim a tratar mudanças nas ideias aproximando desse modo o termo representação. Ao contrário disso, de certo modo a maioria utiliza-se do poder para influenciar as ideias e/ou ideologias.

Em base nas pesquisas é possível perceber que os estudos de Moscovici mantêm - se inovador até hoje em relação ao tratar de um tema que esquecido por muitos pesquisadores da teoria das representações sociais, ou seja, as que se referem à formação representacional de grupos de interesse. Com as leituras e estudos realizados até o momento é possível perceber através de sua ótica certa incompatibilidade ao que se refere aos trabalhos realizados por outros estudiosos sobre as minorias e a teoria das representações sociais.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Fala-se muito em influencia e pouco em inovação dando a entender o fato de conformismo social. Psicologia social é uma abordagem não uma teoria, tal abordagem estuda os fenômenos.

“Onde se encontram os fenômenos familiares de prejulgamentos sociais e raciais, de estereótipos, de crenças, e assim vai. Seu traço comum reside no fato de que expressam uma representação social que indivíduos ou grupos elaboram para agir e comunicar. É claro, são tais representações que moldam esta realidade meio física, meio imaginária que é a realidade social. Sobre os fenômenos de comunicação social, eles nomeiam as trocas de mensagens lingüísticas e não lingüísticas (imagens, gestos e etc.) entre indivíduos e grupos. Consiste nos meios utilizados para transmitir determinadas informações e influenciar o outro.” (MOSCOVICI. 1984 p.7).

Segundo Wachelke, João et al (2015), entre as diversas escolas sociopsicológicas, a teoria das representações sociais é comumente considerada uma forma sociológica de psicologia social (Farr, 1998; Moscovici, 1989). A psicologia social se distingue das outras pelo olhar singular nas peculiaridades apresentadas, ou seja, olhar singular nos fatos apresentados, tendo o sujeito como ser social, percebendo assim as multidisciplinaridades suas funções e importância, pois existe o eu em grupo em que me igualo, o eu quanto indivíduo/ pessoa, o eu em meio a todos, em meio a uma nação e o eu sujeito na comunidade. Sendo assim possível compreender a relação social do sujeito em massa, com suas capacidades e a inovação, com o desenvolvimento no meio social, que vai do individual para o coletivo ao interdisciplinar, de forma autônoma e laica, colhendo dados levando em consideração todo o contexto histórico, para formulação e transmissão de conhecimento diariamente.

Por serem um elo de ligação entre o real, o psicológico e o social, as representações sociais são capazes de estabelecer conexões entre a vida abstrata do saber, das crenças e a vida concreta do indivíduo no seu relacionamento com os outros. Sendo assim, o estudo das

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

representações sociais significa tentar compreender não somente o que as pessoas pensam de um objeto, cujo conteúdo possui um valor socialmente evidente e relevante, mas também como e por que o pensam daquela forma. (CANDIDO, Cássia Marques et al. A representação social do “bom professor” no ensino superior. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 356-365, Aug. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200012>.)

Gonçalves e Yamamoto (2015) citam Lane (2006), onde destacam um item chamado as "perspectivas", onde nele frisam que a psicologia dialética considera o ser humano como um todo, onde o corpo e a mente são uma única proporção. Levando em consideração a perspectiva da historicidade do homem, a autora segundo eles, afirma que "[...] um ser humano só pode ser conhecido depois de seu contexto histórico e social do qual ele é produto e produtor." (GONÇALVES e YAMAMOTO, 2015 apud LANE, 2006:60).

Adentro as necessidades e metas da educação superior é que se mostra a importância da psicologia, já que se faz necessário um olhar mais humanizado e menos mecanizado, não apenas dos formandos, mas também de todo o corpo colaborativo da instituição, pois diante de todas as exigências observa-se um desgaste tanto físico quanto emocional na busca por conhecimento, aprimoramento e excelência no desenvolvimento das atividades e políticas públicas exigidas. Nesse sentido compete integrar ao o contexto das palavras de Madge Porto (2017):

Se faz também imprescindível oferecer a oportunidade de reflexão do contexto político, econômico e social que precariza o trabalho docente, o trabalho do servidor público em geral, e o encolhimento das políticas que, após o golpe parlamentar-midiático-jurídico-empresarial, só tendem a aprofundar a crise e diminuir os potenciais empregos para as(os) estudantes em processo de formação. Por fim, também será necessário identificar quais os temas e demandas da comunidade universitária e, fundamentado neste levantamento, delinear as ações que precisarão ser desenvolvidas [...] (PORTO, Madge. A Intervenção em Psicologia em uma Universidade na Amazônia Sul

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Ocidental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 897-908, dez. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000400897&lng=pt&nrm=iso. acessos em 23 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004212016>).

Diferentemente da educação básica, cabe salientar nesse contexto também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), que mencionando em seu artigo 43 destacam-se as finalidades da educação superior:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015) (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. [S. I.], 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 fev. 2021.)

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Podemos ligar essas leis ao que afirma Aguiar, *et al.* (2020), em seu artigo sobre o desenvolvimento regional e a contribuição universitária, onde ressalva que, no que se refere as instituições de ensino superior, as regiões criam expectativas relacionadas ao desenvolvimento da localidade, pois a educação superior pode ser rica em diálogo e diversidade cultural e popular, o que contribui altamente e ativamente na formação de indivíduos preparados e capacitados a desenvolver e enriquecer de forma unanime a produtividade e crescimento de suas regiões, de acordo com suas capacidades intelectuais promovendo o bem estar coletivo, além do desenvolvimento econômico. (AGUIAR, *et al.* 2020.)

O desenvolvimento regional, atrelado ao papel das universidades, constitui-se em um tema que vem ganhando destaque ao longo dos anos, tendo em vista que o desenvolvimento, por si só, representa uma forma de consolidar as regiões e fomentar a competitividade. Por outro lado, as universidades vêm cada vez mais ocupando espaços sociais de transformação da realidade local, por meio do desenvolvimento social/humano gerado por meio da educação, da pesquisa e da extensão. (AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de *et al.* Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 305-316, Apr. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122020000200305&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2021. Epub July 06, 2020. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1952>.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto entende-se que a representação social por sua vez é a junção do conhecimento, comportamento e a comunicação entre os indivíduos. Podendo assim ser a maneira como o ser inserido em uma sociedade pratica e expõe seu conhecimento particular e aprendido e para fins de desenvolvimento quanto maior o número de indivíduos capacitados por meio de formação acadêmica maior são as probabilidades de uma região ser desenvolvida social,

15

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

cultural, organizacional etc., possibilitando assim desenvolver um pensamento crítico capaz de argumentar, buscar e fazer o melhor para o meio em que está inserido e conseqüentemente levando uma articulação entre esses fins de melhoria na qualidade de vida, qualidade de ensino e aprendizagem, resultando na construção do social com o desenvolvimento destacando a importância do conhecimento científico nessas representações e tendo como principal instrumento para articulação deste processo o ensino superior de qualidade. Sendo a representação social um ato de relação do sujeito e objeto na sua maneira de pensar como tal, podendo essa relação ser, com pessoas, ideias e ou evento social ou natural, implica assim sua transformação e construção enquanto indivíduo social capaz de evoluir e estar em constante aprendizagem, enfatizando a importância de um ensino superior para o desenvolvimento individual e coletivo junto as representações sociais

Destacando assim um novo olhar sobre a importância do ensino superior perante as novas abordagens inovadoras das representações sociais. Que sempre de acordo com as leis, a educação superior busca de forma didática e aberta, favorecer o conhecimento e formar seres reflexivos, críticos e participativos que visam desenvolvimento coletivo e amplificação da ciência, no âmbito superior, junto a sociedade e ao estado para alavancar o crescimento da região onde a universidade ou faculdade está inserida, respeitando a individualidade e representatividade de cada ser humano contribuindo para o desenvolvimento regional a partir de indivíduos sociais que se formam e continuam em constante evolução e aprendizagem em seus caminhos e escolhas. Levando sempre em consideração a psicologia que coopera e estabelece uma fonte de auxílio que vendo as necessidades e metas da educação superior é que se mostra-se importante, já que se faz necessário um olhar mais humanizado e menos mecanizado, além do capitalismo, não apenas

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

dos formandos mas também de todo o corpo colaborativo da instituição, pois diante de todas as exigências observa-se um desgaste tanto físico quanto emocional na busca por conhecimento, aprimoramento e excelência no desenvolvimento das atividades e políticas públicas exigidas, fundamentando enquanto ciência e levantando possíveis formas para solucionar e cooperar com as demandas que surgem no processo de desenvolvimento dentro as instituições de ensino superior preservando a saúde mental física e emocional. Finalizando que as representações sociais agem em benefício de crescimento regional e coletivo através do ensino superior.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Alberto Mesaque; CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 16, n. 1, p. 104-114, abr. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 set. 2018.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação social e a relação indivíduo-sociedade. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 2, n. 3, p. 133-142, dez. 1994 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 set. 2018 às 20:12.

SPINK, Mary Jane P .. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública** , Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, set. 1993. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017&lng=en&nrm=iso>. acesso em 16 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

MOSCOVICI, Serge. Introduction: Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (org.). *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, 1984.

ORFALI, Birgitta. (2002) Active minorities and social representations: Two theories one epistemology. *Journal for the Theory of Social Behavior*, Volume 32. 4ª ed., pag. 395-416.

SÁ, Celso Pereira de. *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2005.

SPINK, Mary Jane (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais ma perspectiva da psicologia social*. São Paulo: brasiliense, 2004.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESKI, Pedrinho A. JOVCHELOVITCHE, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. [S. I.], 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 22 fev. 2021.

AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de et al . Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande , v. 21, n. 2, p. 305-316, Apr. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122020000200305&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2021. Epub July 06, 2020. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1952>.

GONCALVES, Ruth Maria de Paula; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Fundamentos teórico-práticos da psicologia social: um debate histórico e necessário. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 15, n. 32, p. 17-31, abr. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 fev. 2021

PORTO, Madge. A Intervenção em Psicologia em uma Universidade na Amazônia Sul Ocidental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 37, n. 4, p. 897-

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

908, dez. 2017 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000400897&lng=pt&nrm=iso>. acessos
em 23 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004212016>

WACHELKE, João et al . Um panorama da literatura relacionada às representações sociais publicada em periódicos científicos. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 23, n. 2, p. 293-308, jun. 2015 . Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos
em 23 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.2-06-P>

CANDIDO, Cássia Marques et al . A representação social do “bom professor” no ensino superior. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 356-365, Aug. 2014 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200012&lng=en&nrm=iso>. access
on 23 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200012>.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO MERCADO DE TRABALHO

Adilson Veiga e Souza
Atilio Augustinho Matozzo
Fernando Feliciano Guimarães
Gheniffer Fornari
Guilherme Ribas Taques
Renan Matheus Mendes

RESUMO: Com a atual situação do mercado de trabalho, e a alta taxa de desemprego que vinha tomando conta do país os cursos profissionalizantes vieram para abrir as portas do mercado de trabalho para quem quer obter seu primeiro emprego e não tem condição financeira de pagar por um curso que qualifique sua mão de obra. Para isto é necessário pesquisar desde os primórdios deste modelo de educação, e como ela veio a influenciar dentro dos ambientes de trabalho, quais foram os benefícios obtidos por estes cursos. Para que possamos entender melhor esta área da educação precisamos analisar minuciosamente cada assunto que rodeia este tema, indo desde sua origem até aos profissionais que nela trabalham, e compreender quais os eixos e de que maneira ela precisa ser trabalhada, para que se tenha um bom resultado com os alunos, e isto mais tarde refletirá nos profissionais que compunham o mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional. Mercado de trabalho. Cursos profissionalizantes.

ABSTRACT: With the current situation of the labor market, and the high unemployment rate that had been taking over the country, vocational courses came to open the doors of the labor market for those who want to get their first job and cannot afford to pay for a course. that qualifies your workforce. For this it is necessary to research since the beginning of this model of education, and how it came to influence within the work environments, what were the benefits obtained by these courses. In order for us to better understand this area of education, we need to thoroughly analyze each subject that surrounds this theme, going from its origin to the professionals who work on it, and understand what are the axes and how it needs to be worked on, so that there is a good result with students, and this will later reflect on the professionals who made up the job market.

KEYWORDS: Professional education. Labor Market. Professional courses.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho visa abordar de que maneira os cursos técnicos profissionalizantes podem influenciar o indivíduo dentro do mercado de trabalho, como este modelo de educação vem agindo positivamente para que se consiga mão de obra qualificada.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Atualmente sabemos o quanto está sendo difícil encontrar profissionais com mão de obra qualificada, muitos não conseguem acesso a cursos preparatórios em faculdades públicas e privadas, e acabam por não se especializar. Entretanto, nos dias atuais a realidade já é outra, com os surgimentos dos CEFETS ou Escolas Técnicas, esta qualificação já está mais facilitada. Os cursos técnicos vieram para auxiliar neste fator, atualmente só não se qualifica o indivíduo que não quer, pois os cursos técnicos são gratuitos, apresentam uma grade excelente, e professores qualificados e a maioria especialistas na área em que leciona.

Para o mercado de trabalho estes cursos vieram como uma alavanca, pois depois do surgimento das escolas técnicas o aumento de profissionais para suprir as vagas que antes era quase impossível encontrar profissional habilitado aumentou.

Após observarem os inúmeros pontos positivos causados pela educação profissional subsequente, resolveu-se então integrar ele ao ensino médio ou seja, os jovens que já querem terminar o ensino médio qualificados para o mercado de trabalho podem optar por fazer os cursos técnicos que são integrados ao ensino médio, normalmente a duração é de quatro anos e o aluno realiza o ensino médio juntamente com disciplinas específicas da área escolhida, isto o faz sair do ensino médio com o título de técnico. Isso é um grande avanço para a educação, pois estes cursos integrados irão preparar o alunos para a área desejada mais cedo, ao invés deles terem que esperar por integrar um curso do ensino superior para possuir um título.

Apesar de muitas vezes a educação profissionalizante não ter o seu real valor reconhecido, e muitas vezes ser esquecida a legislação já mudou bastante a respeito deste tema, isto é, as Leis que acercam os direitos desta área vêm

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

mudando e fazendo com que os cursos e os profissionais desta área tenham o seu real valor reconhecido.

Os professores desta área normalmente não são vistos como professores, os alunos formados por esses cursos muitas vezes são desvalorizados por receberem os títulos de técnicos, não só devemos como estamos mudando esta visão. Os docentes que se propõem a trabalhar nesta área da educação devem receber sim o título de professores, pois eles buscam qualificação e aperfeiçoamento para atuarem dentro deste ambiente escolar, muitos são especialistas, ou seja, têm contato com a matéria que escolheram lecionar. Os profissionais formados por estes cursos devem também ser valorizados assim como qualquer outro que integra o mercado de trabalho, pois eles fazem os cursos técnico e aprendem sobre as diversas áreas que abrange a profissão escolhida, então sua qualificação não é inferior se comparado com a de quem fez um curso superior, tudo dependerá da preparação de cada um.

Após a realização deste trabalho pode-se observar que os temas que rodeiam a Educação Profissional têm muito que melhorar, esta evolução vem caminhando a passos lentos mais significantes, não podemos permitir que toda essa evolução alcançada fosse perdida, para isso devemos mudar a nossa visão sobre esta área, precisamos entender a importância da educação técnica, e quais os benefícios que ela traz não apenas para os indivíduos que se formam nela, mas também para a sociedade que o rodeia. Ampliando a nossa visão sobre ela e seus profissionais ficará bem mais fácil de compreender qual a sua finalidade e que inúmeras vezes este modelo de educação vem abrindo portas para muitos indivíduos que antes se quer tinha oportunidade de conseguir uma qualificação.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

2 DESENVOLVIMENTO

Foi constatado que a educação profissionalizante já caminhou bastante no aspecto de seus direitos. Após a análise dos inúmeros benefícios que ela trouxe para o mercado de trabalho diminuindo a taxa de desemprego e aumentando a mão de obra qualificada, ficou mais evidente ainda sua importância. Os cursos profissionalizantes vieram para agregar para a sociedade, fazendo com que indivíduos que não possuíam acesso a educação para se qualificar consigam alcançar este objetivo, para isso exigiram muitos debates sobre os temas que rodeiam este modelo de educação. Lutou-se para que a educação técnica profissionalizante e o mercado de trabalho caminhassem junto, para isso houve até a integração da educação profissionalizante ao ensino médio, a qual tem por objetivo preparar os jovens o quanto antes para o mercado de trabalho.

A educação profissionalizante de uns tempos para cá veio nos mostrando o quanto ela abre portas na vida dos jovens e adultos que por eles optam, gerando cada vez mais profissionais preparados para ingressar no mercado de trabalho.

O presente trabalho constituiu-se de pesquisa bibliográfica, a fim de analisar mais detalhadamente os principais pontos que cercam a educação profissional desde seu surgimento, mostrando sua evolução para chegar até este ponto de colaborar no mercado de trabalho. Foram utilizados, artigos e livros.

3 O SURGIMENTO DAS ESCOLAS TÉCNICAS NO BRASIL

O decreto 7.566 assinado pelo presidente Nilo Peçanha em 23 de setembro de 1909, é o marco inicial do ensino profissional, científico e

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

tecnológico no Brasil. Após assinar este decreto, criou-se então 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, que tinha como principal objetivo ofertar o ensino profissional primário e gratuito para as pessoas que segundo o governo eram “desafortunadas”, ou seja, pessoas sem condições financeiras de pagar pelo ensino educacional.

Entretanto, as escolas pioneiras daquela época, tinham uma função mais voltada para a inclusão social dos jovens carentes, do que a formação apropriada de mão de obra qualificada. A economia do país naquela época se baseava na atividade rural, até mesmo nos principais centros urbanos, o processo de industrialização ocorria de maneira lenta e precária. Após a Constituição que foi promulgada em 1937 o ensino técnico passou a ser contemplado como elemento estratégico para que ocorresse o desenvolvimento da economia no país e uma melhora na condição de vida da classe trabalhadora. Na Constituição promulgada por Getúlio Vargas as Escolas de Aprendizizes Artífices passaram a serem Liceus Industriais, os Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, fazendo com que assim ela se desenvolvesse mais rapidamente. Para a sustentação deste crescimento, era necessário formar mão de obra qualificada, um bem que naquele momento no Brasil estava escasso.

Então em 1942, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, resolveu fazer uma significativa reforma no sistema educacional do Brasil, que nivelou o ensino profissional ao ensino acadêmico. Pois até então a ideia que prevalecia era que este tipo de ensino era destinado apenas a indivíduos carentes, os mesmos considerados “desafortunados” na época de Nilo Peçanha.

Foi neste momento que, o ensino profissional passou a ser considerado como essencial para que houvesse a expansão econômica no país, e a partir

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

deste acontecimento passou-se a basear os então Liceus Profissionais nas escolas técnicas dos países industrializados.

Em 1970, com o grande crescimento econômico que estava ocorrendo, houve então uma grande oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, criaram-se então os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica ou Cefets, que tinham como principal objetivo a formação de engenheiros de operação e tecnólogos. Após dezesseis anos, os Cefets viram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional Científico e Tecnológico, eles adaptaram a sua grade curricular as atividades que eram realizadas nas Escolas Agrotécnicas Federais, focando assim em preparar o País para a grande revolução tecnológica que iria ocorrer entre os anos 80 e 90.

Já em 2008, o sistema foi totalmente reorganizado com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que absorveram as atividades dos Cefets e das Escolas Técnicas remanescentes. A Rede Federal já conta com inúmeros Institutos, Cefets e até com uma Universidade Tecnológica Federal, que ajudam na formação de inúmeros brasileiros que estão à procura de aperfeiçoamento para integrar o mercado de trabalho.

4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO BRASIL

As experiências de integração entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico teve início a partir de 2003, quando Diretorias do Ensino Médio e de Educação Profissional da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério de Educação foram coordenadas por técnicos e assessoradas por pesquisadores que confiavam na perspectiva de um governo democrático e popular com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, para a Presidência da República. Seguindo esta ideia foram realizados seminários nos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

quais representantes de órgãos civis e governamentais participaram, e tinha como objetivo debater mudanças na Política do Ensino Médio e da Educação Profissional e buscar sugestões para a minuta do decreto que revogaria o Decreto nº. 2.208/1997.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2004), durante o ano de 2003 realizaram-se dois seminários, um em maio que foi denominado Seminário Nacional sobre o Ensino Médio e Educação Tecnológica, este teve seu objetivo central em debater as concepções da Educação Média e Tecnológica e a sua relação com a Educação Profissional baseando-se em temas como: conhecimento, trabalho e cultura. O segundo seminário foi realizado em junho, e foi nomeado de Seminário Nacional de Educação Profissional- Concepções, Experiências, Problemas e Propostas, o qual tinha como estratégia a produção de um documento- base a respeito da temática. A partir deste debate criou-se então um documento chamado Propostas de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.

Após estes eventos que conteve a participação de inúmeros educadores, pesquisadores, entidades de classe e representantes do Ministério da Educação, foram elaboradas três minutas. Na primeira, foram incorporadas 30 sugestões das instituições, dos educadores, dos pesquisadores e parlamentares; na segunda e na terceira, os conceitos de caráter opinativo foram suprimidos a fim de que a minuta ficasse mais sintética.

Dentre as concepções defendidas pelos diversos participantes, três posições foram evidenciadas: a primeira expressava a ideia de que cabia apenas revogar o Decreto nº. 2.208/1997 e pautar a política de Ensino Médio e Educação Profissional de acordo com a LDB 9.394/1996, pois efetivar mudanças por decreto seria dar continuidade aos métodos impositivos do governo anterior. A segunda posição defendia a manutenção do Decreto nº. 2.208/1997 e a terceira

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

advogava a ideia de que era necessário revogar o Decreto nº. 2.208/1997, substituindo-o por outro, porém reconhecia que a mera revogação não seria suficiente para garantir a implementação de uma concepção integrada entre o Ensino Médio e Educação Profissional (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2004).

Esperava-se então que após a promulgação de um novo decreto constituir-se-ia um dispositivo transitório, que garantisse a pluralidade de ações nos sistemas e instituições de ensino e a mobilização da sociedade civil a respeito deste assunto. Entretanto, a proposta de integração entre o ensino profissional e a educação básica fragmentou-se, e isso ocorreu internamente dentro do Ministério da Educação, a partir deste momento o ensino médio tornou-se responsabilidade da Secretaria de Educação Básica e o ensino técnico ficou sob-responsabilidade da Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Ademais, algumas medidas tomadas pelo MEC deixaram “[...] claro que a política de integração não seria prioridade e que não estavam claras as concepções das equipes dessas secretarias sobre o tema”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p. 1091). Antes do MEC fazer à reorganização a integração do ensino médio com a educação profissional foi pensada sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. A equipe que defendia esses princípios sugeriu que fosse encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, entretanto, o que ocorreu de fato foi a homologação do Parecer nº 39/2004 da Câmara de Educação Básica e da Resolução nº 01/2005 que atualizaram as Diretrizes Curriculares que haviam sido definidas pelo CNE, tanto para o Ensino Médio quanto para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovadas em 1998 e 1999.

O parecer CNE/CEB nº 39/2004 estabelece que as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, para a Educação Profissional e para os cursos superiores de tecnologia definidas pelo CNE “[...] continuam válidas após a

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

edição do Decreto nº 5.154/2004. Elas não perderam sua validade, uma vez que regulamentam os dispositivos da LDB em plena vigência [...]” (BRASIL, 2004, p.3). Nesse sentido, ao ratificar a vigência e validade das diretrizes acima citadas o MEC demonstrou concordância com seus princípios, reduzindo de certa forma, o conteúdo do Decreto nº 5.154/2004 (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b)5.

Se o parecer CNE/CEB nº 39/2004 ressalva a importância da implantação e integração entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico conforme disposto no Decreto nº 5.154/2004 é necessária uma nova e atual concepção político-pedagógica, por que o MEC conservou as mesmas diretrizes que já vinham sendo alvo de questionamentos e críticas?

Segundo Frigotto; Ciavatta e Ramos, a demonstração de que não existe.

[...] nova “concepção” pedagógica nesse parecer é a compreensão de que a educação profissional técnica de nível médio deva ser oferecida simultaneamente e ao longo do ensino médio. A proposta de integração distingue-se de simultaneidade. Este último princípio está de acordo com aquele que se manifesta permanentemente no parecer: o da independência entre cursos. Não foi isso que se buscou instituir com o Decreto nº 5.154/2004. (2005b, p. 1094).

O que havia de novidade no parecer nº 39/2004 foi a inclusão do parágrafo 3º ao artigo 12 da Resolução CNE/CEB nº 03/98 com a seguinte redação:

§ 3º A articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará das seguintes formas: I- integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II- concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

mediante convênio de intercomplementaridade; e III- subsequente, oferecida a quem já tenha concluído o ensino médio.

Entretanto, o parecer feito pela CNE reconhece a forma integrada com o curso, matrícula e conclusão única, mas estabelece que os conteúdos do ensino técnico e da educação profissional são de natureza distinta.

No estado do Paraná, em 2002, as iniciativas tomadas pela Secretaria de Educação e do Departamento de Educação Profissional foram desencadeadas depois de inúmeras ações, como seminários, formação continuada dos professores, melhoria da estrutura física e material dos estabelecimentos de ensino - no sentido da implantação de cursos de Ensino Médio com disposição curricular integrada à Educação Profissional em nível técnico.

Portanto, convém ressaltar que a integração entre o ensino médio e o ensino técnico deve basear-se no ponto de vista da escola unitária apontada por Gramsci, o que demanda uma educação geral que se torne parte inseparável da educação profissional, e que o trabalho signifique o princípio educativo na perspectiva de congregar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, para ajudar a formar, na expressão de Gramsci, homens que possam operar como dirigentes e não apenas como dirigidos.

5 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MERCADO DE TRABALHO

A educação profissional vem abrindo cada vez mais portas no mercado de trabalho, e é um atalho para quem deseja avançar na carreira. Segundo Rafael Lucchesi diretor geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), “As 21 profissões técnicas mais demandas pela indústria têm o salário

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

médio inicial de R\$ 2 mil. Os profissionais dessas áreas com mais de 10 anos de carreira podem ganhar até R\$ 5,7 mil".

Mesmo com essas informações, é minoria os jovens brasileiros que estão matriculados nestes cursos de educação profissional. O percentual é muito abaixo à média dos países industrializados, onde, segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 35% dos jovens optam pelos cursos da educação profissional, na Alemanha e na Finlândia, 50% dos jovens estão fazendo o curso técnico, e na França 58%.

"Atualmente, temos 24 milhões de jovens no Brasil, dos quais apenas 4 milhões vão para a universidade. Devemos avançar na inclusão do jovem no ensino profissional", afirma Lucchesi. A formação profissional é de suma importância para que se aumente a competitividade entre as empresas. Segundo pesquisas realizadas pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) confirma que a falta de mão de obra qualificada está entre os principais problemas das empresas brasileiras. Com base na Sondagem Industrial realizada em 2013, constatou-se que o problema principal enfrentado pelos empresários no primeiro trimestre daquele ano foi à falta de trabalhador qualificado.

Segundo o Mapa do Trabalho Industrial, entre os anos de 2012 e 2015, a maioria das indústrias brasileiras precisaria de em meia 7,2 milhões de profissionais com formação técnica e profissionalizante. Entre estas 1,1 milhão serão vagas destinadas para jovens que estão em busca do seu primeiro emprego. Se comparado com o ano de 2008, obteve-se um aumento de 24% na demanda de profissionais qualificados, pois no período de 2008 -2011 o número estimado era de 5,8 milhões.

Através desta pesquisa observou-se que a demanda por profissionais capacitados está aumentando, e nas mais diversas áreas do mercado de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

trabalho principalmente nas indústrias de alimentos, automotiva, da construção civil, eletrônica, entre outros setores.

A necessidade parte desde formação média qualificada, como por exemplo, operadores de máquinas até mecânicos de manutenção de máquinas industriais. No que se refere à empregabilidade, outro estudo feito pelo SENAI mostrou que a maioria dos alunos do nível técnico formados na instituição, um ano após receberem o diploma conseguiram ampliar sua renda em 24%. Este levantamento acompanhou metade dos quase 40 mil alunos que terminaram os cursos no ano de 2010. Destes 72% conseguem trabalho no primeiro ano após formados. Esses conseguem alcançar uma renda estimada em média de 2,6 salários mínimos, na época 1,6 mil. Os que atuam em áreas relacionadas à de formação são 73% dos que estão ocupados, e estes alcançam uma renda mínima de 19% maior que os ocupados em outras áreas.

No sistema alemão, metades dos jovens após completar o equivalente ao ensino fundamental no Brasil, aprende um dos 350 ofícios reconhecidos pelo Estado através do sistema dual, que combina atividades na escola e na empresa. Durante a semana, o estudante passa de um a dois dias tendo aulas teóricas específicas na escola profissionalizante. O tempo de duração do curso dura de dois a três anos e meio, conforme a profissão escolhida.

Segundo o Centro de Informações do Governo Alemão, esta formação é financiada pelas próprias empresas, que pagam uma remuneração a estes aprendizes, e pelo Estado, que é responsável pelos custos da escola profissionalizante. Ao todo, 500 mil firmas, o serviço público e alguns profissionais liberais oferecem formação profissionalizante para os jovens. Devido a este sistema a porcentagem de jovens entre 15 e 19 anos que estão desempregados ou sem uma vaga para um curso profissionalizante é de apenas 4,2% naquele país.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Unir a teoria e a prática garante uma alta qualificação dos artesãos e operários alemães. Esta formação contribui também para que o indivíduo ingresse em uma carreira profissional, indo do aperfeiçoamento profissional até o certificado de mestre de ofício. Uma inovação adotada pela Alemanha é que se têm a possibilidade através de um curso de especialização qualificar-se, até mesmo de concluir um curso máster em uma escola superior.

6 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Quando se fala em educação profissionalizante estamos tratando de cursos, que além de formar um profissional com conhecimento técnico, está formando também um cidadão.

O papel da educação é de grande importância para a sociedade, porque ela auxilia também na inclusão daqueles que estão fora do processo produtivo do sistema social. A educação precisa ser um dos principais meios para a inclusão social, que nada mais é do que a inserção dos indivíduos marginalizados na sociedade.

Inúmeros órgãos governamentais têm se preocupado com o aumento da população marginalizada, especialmente nos países subdesenvolvidos. A educação profissionalizante neste sentido ganha uma importância ainda maior, pois os países que estão em desenvolvimento necessitam de pessoas com mão de obra qualificada para o mercado de trabalho num mundo globalizado.

Segundo Oliveira (2005), o Banco Mundial vem se preocupando com o ensino profissionalizante há mais de duas décadas.

“A preocupação do Banco Mundial com a educação profissionalizante justifica-se, dentre outros fatores, pela necessidade de as economias em desenvolvimento disporem de uma mão de obra flexível, capaz de adequar-se

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Para o Banco Mundial, o investimento na qualificação dos trabalhadores é tão necessário quanto o maior investimento de capitais em áreas fundamentais ao desenvolvimento econômico” (Oliveira, 2005).

Com relação ao aspecto técnico, a educação profissionalizante deve se preocupar com um momento de mudanças em todos os campos da sociedade, há que se pensar na educação mais contextualizada possível (Grinspun, 2001).

Pois a educação profissionalizante não está preparando pessoas apenas para entrar no sentido profissional, mas também como cidadãos, onde irão exercer seu papel na sociedade.

De acordo com Grinspun (2001, p.30):

Modernidade significa um desafio em que se aponta para o futuro com suas novas propostas, onde a educação se faz presente não como antes, mas sim como a mediação nesse novo tempo. A utilização das tecnologias com sua dimensão interativa mostra que a educação tem de mudar para que o indivíduo não venha sofrer com lacunas que deixaram de ser preenchidas porque a educação só estava preocupada com um currículo rígido voltado para saberes e conhecimentos aprovados por um programa oficial.

O aluno que escolhe o curso profissionalizante precisa se preparar para lidar com a realidade de uma sociedade desenvolvida tecnologicamente, ou seja, deve incluir as inovações tecnológicas para que façam parte de sua formação.

Os cursos técnicos presentes na região brasileira procuram preencher uma demanda por mão de obra qualificada e certificada, uma vez que a maioria destas instituições hoje trabalha respeitando selos de certificações internacionais, que solicitam métodos e trabalhadores com certificados profissionais. O valor dos cursos técnicos é ressaltado uma vez que o ensino superior adota hoje acordos internacionais objetivando a produção de mercadorias para a circulação de produtos dos países centrais aos periféricos.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

A importação de modelos pelos países periféricos é imprescindível para futuros acordos comerciais. Os países centrais pretendem exportar conhecimento escolar, como ocorre hoje com as patentes. Essa ofensiva tem como meta concretizar um mercado educacional fundamentado na heteronomia cultural. Mas o pré-requisito é converter, no plano do imaginário social, a educação da esfera do direito para a esfera do mercado, por isso o uso de um léxico empresarial: excelência, eficiência, gestão por objetivos, clientes e usuários, empreendedorismo, produtividade, profissionalização por competências. Outro consenso construído nos últimos anos é o da obsolescência da produção do conhecimento criando outros valores não só no que tange ao comportamento das instituições em relação à pesquisa, mas definindo outras concepções pedagógicas que atingem a relação professor/aluno/conhecimento/formação (Rodrigues, 2013).

Neste cenário a educação profissionalizante ganha uma evidência por estar formando um profissional destinado as necessidades do mercado de trabalho, compreendendo melhor a realidade da empresa que está empregando-o, isto faz com que o profissional técnico seja cada vez mais requisitado no mercado de trabalho.

7 LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional e tecnológica faz parte da Lei nº 9.394/96, de diretrizes e bases da educação. As alterações da LDB têm como alvo converter em lei as novidades trazidas pelo PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação).

De tal maneira, a educação profissional e tecnológica é de caráter obrigatório nos estados e municípios, virando assim um elemento da melhoria

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

da qualidade da educação brasileira. Tendo como objetivo preparar e melhorar a escolaridade dos trabalhadores.

A composição dos artigos 37, 39, 41 e 42 da LDB indicam que a educação profissional se agrega aos distintos níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Os cursos são organizados por eixos tecnológicos, permitindo assim com que o aluno construa vários percursos formativos, onde ele pode se aprimorar na área profissional que escolheu.

Os Institutos Federais de Educação Profissionais e Tecnológicas buscam construir um novo paradigma na educação profissionalizante, pois segundo o texto da Lei nº 11.892, de 30/12/08, no Artigo 2º “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampo, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”.

Proporcionarão nas características da formação profissional ofertada, assim como na peculiaridade de suas práticas científicas tecnológicas e na inclusão territorial, os fundamentais aspectos definidores de sua existência, descrições que os acercam-se e, ao mesmo tempo, os distanciam das universidades tradicionais.

Além do mais, a lei aborda a respeito dos tipos de cursos que a educação profissional e tecnológica abrangerá: formação inicial e continuada ou qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Os estabelecimentos de educação profissional ainda deverão proporcionar, além dos cursos regulares, cursos especiais abertos para comunidade. Nesse caso, a matrícula não precisa ser condicionada,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

necessariamente, ao grau de escolaridade, contudo à capacidade de aproveitamento do aluno.

Foi acrescentada uma seção a respeito da educação profissional técnica de nível médio, no Capítulo II do Título V da LDB. O dispositivo recomenda que o ensino médio, acolhida a formação geral do aluno, prepare para o exercício de profissões técnicas.

Desta maneira, a articulação deve ser realizada de forma integrada (matrícula única, na mesma escola) ou concomitante (matrícula distinta, na própria instituição ou em outra instituição, para quem ingressa ou já cursa o ensino médio).

8 O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

A visão que se tem o professor do ensino técnico e no interior da própria área, quanto à natureza de sua função, ou seja, para lecionar as disciplinas de determinada matéria, ele precisa ser um profissional que trabalha na área da matéria escolhida.

O professor do ensino técnico não é idealizado como um profissional da área da educação, mas sim como um profissional de outra área e que nela também ensina. Por sua vez, as agências formadoras também encontram dificuldades na definição dos currículos para os cursos e programas de formação desse professor, considerando-se, sobretudo, a variada gama de disciplinas dos cursos técnicos, os diferentes setores da economia aos quais se referem e as características do aluno e do próprio quadro docente responsável pela formação desse futuro professor (OLIVEIRA, 2005).

Esta visão é nutrida, em um primeiro nível de análise, por uma história de uma política de não formação (OLIVEIRA 2005) que é destinada aos docentes

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

que atuam no campo profissional. A formação pedagógica destes profissionais no país vem sendo tratada de maneira emergencial, sem integralidade própria e viabilizando maneiras de formação aligeirada e superficial. O não reconhecimento dos professores da Educação Profissional como profissionais da educação, é alentada também pela carência de estudo sobre a matéria. Se acompanhado as propriedades gerais das políticas no campo da formação de professores para o ensino técnico, pode-se observar que estudos sobre este tema, bem como a organização dos professores em torno de debates a respeito, vêm se desenvolvendo de forma descontínua, muito em função de períodos especiais em que essa formação é posta em questão.

De acordo com Cunha (2000), esse “espaço vazio” do estudo sobre a educação profissional no Brasil pode se explicar pelo menos em parte, pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocuparam com o ensino que se designa às elites políticas e ao trabalho intelectual, abandonando de lado as classes populares e alimentando a desigualdade social.

Nesse sentido, o campo que trabalha a formação destes profissionais do ensino técnico vem se mostrando cada vez mais frágil e estável de conhecimento resguardada a intensa, ampla e concretizada contribuição que implica das subáreas educacionais do currículo, de trabalho e educação e da própria formação de professores em geral, entretanto que também não se vem ocupando de assuntos sobre o professor do ensino técnico. Da mesma forma, não há referências frequentes a esse professor e à sua formação, em toda a produção sobre formação de professores construída no interior da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope – e do debate sobre a política de formação proposta por essa instituição, em suas relações com a política vigente (OLIVEIRA, 2005).

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Provando esta situação, através de levantamento inicial da produção acadêmica na área da educação, depois de 1996, constatou-se que a questão que abrangia a formação dos professores para o ensino técnico não se encontrava inserida em fóruns de discussão científica da área, como por exemplo, nas reuniões da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino, mesmo estes encontros sendo verdadeiros encontros de professores. No campo de produção intelectual de dissertações, tese e livros que abordem esta temática, encontra-se apenas duas dissertações (ALVES 2001; FERREIRA,2001) e um livro sobre o assunto (PETEROSSI,1994) entre o período de 1994 a 2003.

Sobre a formação continuada do profissional da área profissionalizante e tecnológica, Araújo (2004) indica sobre existência, entre 1996 e 2004, de só um trabalho num conjunto de 395 estudos a respeito da formação de professores identificados em várias fontes.

Estudos realizado sobre o estado da arte das análises sobre a formação de professores no Brasil, feitas na última década, comprovam essa falta da produção intelectual. Entre esses trabalhos, estão os de André (2000), André et al. (1999) e Brzezinski et al. (1999). Em todos eles, mostrou a carência de pesquisas que abordassem a respeito da formação de professores do ensino profissionalizante.

Este desinteresse no aprimoramento da produção intelectual pelo tema de formação destes profissionais, somente reforça a tese de que eles não pertencem a área da educação como os demais professores licenciados, e que a eles cabe unicamente o domínio dos conhecimentos das áreas que eles pretendem ensinar.

Seria, então, o docente da educação profissionalizante um ofício sem saberes? Acredita-se que não, estes saberes estão apenas, esquecidos, para

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

que haja um melhor desenvolvimento, necessitamos que parem de encarar o profissional da educação profissionalizante como se não fosse da área da educação, ele é sim, entretanto só não lhe dão o real valor, deve-se fazer mais reuniões, mais formações para trabalhar a sua formação, os seus direitos. Pois assim como os professores licenciados eles possuem uma preparação mais específica, que se bem trabalhada poderá acrescentar e muito no desenvolvimento dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada a pesquisa bibliográfica, e após o levantamento dos dados pode-se observar o quão significativa é a educação profissional dentro do mercado de trabalho, vimos também como ela pode ser importante para o desenvolvimento do país afinal ela gera um profissional qualificado para que execute com grande competência sua função dentro do ambiente de trabalho.

Abordaram-se as inúmeras dificuldades que este modelo enfrentou com o passar dos anos e como as leis que a abordam tiveram uma significativa mudança para melhor. A finalidade do artigo foi mostrar de que maneira a educação técnica vêm influenciando o mercado de trabalho. Foram abordadas as dificuldades que este modelo enfrentou e enfrenta até hoje, e o que está sendo feito para que isso mude de maneira significativa. Desde a formação dos profissionais que nesta área trabalham, até os profissionais formados pelos cursos, todos encararam anos de luta para que a educação profissionalizante viesse ganhando seu espaço.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

REFERÊNCIAS

ALVES, Israel Gutemberg. Professores e sociedade: 2000 anos de (des)sintonia na história e na formação de professores no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. 2001. 217p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

ANDRÉ, Marli et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 68, p. 301-309, dez./1999

ANDRÉ, Marli. A pesquisa sobre formação de professores no Brasil – 1990-1998. In: CANDAU, Vera M. (Org.). Ensinar e aprender : sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 83-100.

ARAÚJO, Tânia Márcia Fernandes de. A formação continuada segundo professores do ensino técnico. 2004. 168p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. -

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. Educação Tecnológica: Desafios e Perspectivas. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. – acessado 01/03/2017 às 13:00 horas

OLIVEIRA, Ramon. Educação Profissional. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/272/boltec272c.htm>>. acessado 10/03/2017 às 20:00 horas

RODRIGUES, Rosa Maria. Movimentos na Educação Superiorl. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2670/267019604016.pdf>>. <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00934>. <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/legislacao-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica/30503>

OLIVEIRA, Maria Rita N. S. 20 anos de ENDIPE. In: Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. - acessado dia 08/03/2017 às 17h00min horas

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA

Adilson Veiga e Souza
Atilio Augustinho Matozzo
Fernando Feliciano Guimarães
Gheniffer Fornari
Guilherme Ribas Taques

RESUMO: Acessibilidade é fundamental em todas as áreas e quando se trata da educação é mais necessário ainda, principalmente com a advento das Tecnologias Digitais da Educação e Comunicação. Por exemplo sistemas operacionais como Windows e Linux já trazem recursos como, teclado virtual, lupa, entre outros que para uns parece ser apenas mais uma ferramenta no sistema, mas que para a pessoa com deficiência é um grande recurso no uso diário de acesso à informação. Para facilitar o entendimento da tecnologia assistida para cada deficiência, ela foi dividida em onze categorias de acordo com os objetivos funcionais de cada uma. Comunicação Aumentativa e Alternativa é a segunda categoria voltada para as pessoas que não tem a fala ou possuem limitações com a fala, são recursos tecnológicos ou não que ajudam a suprir essa deficiência e permitir a comunicação expressiva dessas pessoas. Na terceira categoria estão os recursos de acessibilidade ao computador, onde através de softwares e equipamentos de entrada e saída permitam que a pessoa com deficiência faça uso do computador. Para tanto o presente trabalho faz uma discussão teórica sobre o desenvolvimento de tecnologias assistidas.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia assistida. Acessibilidade. Educação.

ABSTRACT: Accessibility is essential in all areas and when it comes to education it is even more necessary, especially with the advent of Digital Technologies for Education and Communication. For example, operating systems such as Windows and Linux already bring features such as a virtual keyboard, magnifying glass, among others, which for some people seem to be just another tool in the system, but for people with disabilities it is a great resource in the daily use of access to information. To facilitate the understanding of assisted technology for each disability, it was divided into eleven categories according to the functional objectives of each one. Augmentative and Alternative Communication is the second category aimed at people who do not have speech or have limitations with speech, they are technological resources or not that help to supply this deficiency and allow the expressive communication of these people. In the third category are the accessibility features to the computer, where through software and input and output equipment allow the disabled person to make use of the computer. For this purpose, the present work makes a theoretical discussion about the development of assisted technologies.

KEYWORDS: Assisted technology. Accessibility. Education.

1 INTRODUÇÃO

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Ao longo dos anos, as pessoas com deficiência foram ganhando mais espaço perante a sociedade. O termo significa incluir os mesmos na sociedade visando a qualidade de vida. O resultado disso é a acessibilidade que os mesmos possuem hoje, pelos meios físicos, transporte, comunicação e informação, nas escolas, nos hospitais, em restaurantes, nas vagas de estacionamento exclusivos, entre muitos outros lugares.

Apesar de toda assistência e espaço que as pessoas com deficiência estão conquistando, a população não conhece realmente o que é uma deficiência e quais os direitos que essas pessoas possuem. Essas situações chamam atenção para a cultura da nossa sociedade, que tem um conhecimento muito superficial sobre acessibilidade, pois antigamente a solução para pessoas com deficiência era apenas levá-las para alguma instituição que ajudasse com os cuidados básicos ou apenas deixavam a pessoa viver limitadamente, encontrando várias barreiras para possíveis melhorias e achando impossível a vida independente.

Junto com a acessibilidade, a tecnologia tem evoluído bastante, e em conjunto os dois formaram a chamada tecnologia assistiva que é o termo utilizado para todos os recursos e serviços disponíveis para ajudar a pessoa com qualquer tipo de deficiência melhorar a funcionalidade no seu dia a dia sem depender de outras pessoas para fazer suas tarefas básicas e melhorar sua qualidade de vida.

Infelizmente no Brasil, o assunto referente a tecnologia assistiva ainda é pouco difundido, o que gera a falta de conhecimentos mais específicos na área e pouco desenvolvimento de novos recursos para as pessoas com deficiência.

2 LEIS DA ACESSIBILIDADE E DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DA TECNOLOGIA

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

A lei da acessibilidade foi estabelecida em 19 de dezembro de 2000, para gerar normas e critérios básicos para a proteção da pessoa com deficiência diante da acessibilidade e evolução da mesma.

Segundo lei nº10.098, no seu artigo 2º - I, de uma forma geral, aborda acessibilidade como:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Diante da descrição da lei nº10.098, onde entende-se que a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, pode e deve ter o direito de ir e vir sem ter barreiras ou obstáculos no seu dia-a-dia, foi estabelecida a lei nº13.146 de 06 de julho de 2015, que aborda a inclusão da pessoa com deficiência dentro do estatuto da pessoa com deficiência, garantindo uma independência na sua forma de viver e garantindo seus direitos de cidadão perante a sociedade.

O capítulo dois do título III da acessibilidade, são abordadas as leis de direito de acesso à informação e comunicação. Um dos pontos descritos é a obrigação das prestadoras de serviços, como lan houses, ter no mínimo 10% dos computadores para as pessoas portadoras de deficiência, com todos os recursos disponíveis para esse acesso sem barreiras.

Outro ponto assegurado pela lei é o total acesso à internet, inclusive para compras de produtos ou serviços e em nenhum desses acessos deve haver barreiras de informações falsas ou que dificultem o entendimento. Em qualquer site as informações devem estar totalmente claras e disponíveis, e para garantir isso, no Artigo 69 a lei diz que:

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta da quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência, em casa de sua utilização.

Voltado para a tecnologia assistiva, a lei também garante que esses recursos sejam utilizados para garantir a melhoria e qualidade de vida da pessoa com deficiência, visando na sua autonomia nas tarefas diárias.

A lei também assegura que o poder público deve incentivar o estudo e desenvolvimento científico de novos recursos para a tecnologia assistiva, sempre com foco na inclusão social das pessoas com deficiência. No artigo 78 do capítulo IV, da ciência e tecnologia, garante:

Devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e da comunicação e às tecnologias sociais.

3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Atualmente a visão que a sociedade possui sobre as tecnologias assistivas, é de que essas tecnologias são apenas para a educação, mas segundo a Lei nº 10.098, no artigo segundo referente a Ajudas Técnicas, são: “qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso do meio físico”. (BRASIL, 2000).

Devido a isso, muitos programas já estão trazendo recursos de acessibilidade para ajudar nas tarefas diárias ou apenas de lazer. Sistemas operacionais como Windows e Linux já trazem recursos como, teclado virtual,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

lupa, entre outros que para uns parece ser apenas mais uma ferramenta no sistema, mas que para a pessoa com deficiência é um grande recurso no uso diário de acesso à informação.

Para facilitar o entendimento da tecnologia assistiva para cada deficiência, ela foi dividida em onze categorias de acordo com os objetivos funcionais de cada uma.

A primeira categoria refere-se aos auxílios para a vida diária, são recursos e materiais que ajudem a pessoa completar as tarefas básicas como tomar banho, comer, se vestir, entre outros, de forma funcional e que tire a dependência da ajuda de outras pessoas para completa-las. Comunicação Aumentativa e Alternativa é a segunda categoria voltada para as pessoas que não tem a fala ou possuem limitações com a fala, são recursos tecnológicos ou não que ajudam a suprir essa deficiência e permitir a comunicação expressiva dessas pessoas. Na terceira categoria estão os recursos de acessibilidade ao computador, onde através de softwares e equipamentos de entrada e saída permitam que a pessoa com deficiência faça uso do computador. Na quarta categoria estão os sistemas de controle do ambiente, que focam nas pessoas com limitações locomotoras, nessa categoria são criados aparelhos eletrônicos que sejam controlados remotamente pela pessoa. A quinta categoria estão os projetos arquitetônicos para acessibilidade, essa categoria é a mais conhecida por ser mais utilizada nas adaptações de estruturas, como as rampas de acesso por exemplo. Na sexta categoria estão as órteses e próteses, que fazem a substituição de uma parte do corpo faltante ou o ajuste de partes do corpo que tenham o funcionamento comprometido por recursos ortopédicos ou membros artificiais controlados pela pessoa com deficiência. A adequação postural se encaixa na sétima categoria e inclui adaptações para cadeira de rodas ou qualquer outro recurso/sistema para sentar que vise o conforto e qualidade de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

vida na distribuição da pressão sobre o corpo e também posicionadores que tenham o suporte adequado para tronco/cabeça/membros. A oitava categoria são os auxílios de mobilidade, que seriam as cadeiras de roda motorizadas ou qualquer outro recurso utilizado na melhoria da mobilidade. Auxílios para cegos ou com visão subnormal estão na nona categoria onde inclui lupas, lentes, braile, comando por voz, entre outros. O auxílio para os surdos ou com déficit auditivo estão na décima categoria e incluem aparelhos auditivos, telefones com teclados, sistemas de alerta visual, entre outros. E na última categoria, mas não menos importante estão as adaptações em veículos, que possibilitam que as pessoas com deficiência conduzam veículos modificados para transporte pessoal.

Nos dias de hoje, já nos primeiros meses de vida os recursos tecnológicos são usados para fazer com que essa qualidade de vida seja aplicada desde cedo, ajudando os pais e familiares a fazer com que a criança aprenda a ser independente através da tecnologia e acima de tudo, se sinta parte da sociedade mesmo com qualquer tipo de deficiência.

A inclusão da pessoa com deficiência começa com o envolvimento de todos os familiares, fazendo com que todos entendam que essa pessoa é capaz de fazer o que ela quiser com os recursos que estão sendo utilizados. A escolha da melhor tecnologia assistiva começa com a análise da adaptação da pessoa com deficiência dentro de casa em conjunto com a inclusão diante da sociedade.

Bersch (2013, p. 13) afirma que:

Os usuários e familiares, ao participarem ativamente do processo de seleção da Tecnologia Assistiva, tomarão consciência das possibilidades e das limitações das tecnologias exploradas no processo avaliativo e isto os ajudará a tomar a decisão de qual recurso atende melhor à necessidade perseguida. Compreenderão também que mudanças de rotina e novos empenhos diários aparecerão para todos os envolvidos e que os objetivos de maior autonomia para o

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

usuário serão alcançados se efetivamente todos se envolverem no aprendizado e na utilização da TA durante o período da implementação.

A sociedade não possui conhecimento do que realmente é uma tecnologia assistiva, muitas vezes confundindo e achando que a inclusão é somente na forma educacional, sendo que a inclusão da pessoa com deficiência é em todos os lugares e o acompanha de forma natural em qualquer ambiente.

Ainda Bersch (2013, p. 11) diz que:

A TA deve ser entendida como o “recurso do usuário” e não como “recurso do profissional”. Isto se justifica pelo fato de que ela serve à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente.

No âmbito educacional, a tecnologia assistiva é usada para romper barreiras, para ajudar o aluno a ter acesso às informações da mesma maneira que o aluno que não possui deficiência tem. Na área médica, ela é confundida com aparelhos e recursos para reabilitação, e na verdade a tecnologia assistiva visa o melhoramento da funcionalidade da pessoa com deficiência e da qualidade de vida através desses recursos.

Independente do ambiente e independente da situação, a tecnologia assistiva deve ser reconhecida pelo que ela realmente é, uma tecnologia que proporciona à pessoa com deficiência ser incluída na sociedade através de recursos que melhorem suas habilidades e seu dia-a-dia trazendo qualidade e conforto para ela, junto com o apoio dos familiares e de toda sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Diante de todas as informações já estudadas referente as deficiências e de todos os tipos de tecnologias disponíveis, novos recursos serão descobertos e desenvolvidos a fim de trazer mais a inclusão para o dia-a-dia da sociedade.

Esses estudos já estão acontecendo, como pode-se notar através de noticiários onde abordam o desenvolvimento da área da saúde por exemplo, que juntam tecnologia e neurociência para criar próteses inteligentes, que dão autonomia para a pessoa conseguir fazer mover a parte faltante apenas pensando no movimento.

Com toda essa evolução tecnológica será possível implantar esses recursos em todos os setores da vida da pessoa com deficiência, fazendo com que a mesma consiga ter uma vida saudável com qualidade e muito mais que isso, fazer com que a sociedade entenda que essas pessoas devem ser incluídas independentemente da situação, porque elas podem e são capazes de estar em sociedade seja qual for sua deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.html>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. **Lei nº 13.146, 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 18 nov. 2017.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. **Assistiva Tecnologia e Educação.** Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

BRASIL ALFABETIZADO – UM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL – CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E SEUS PROJETOS – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICA

Adilson Veiga e Souza
Atilio Augustinho Matozzo
Gheniffer Fornari
Guilherme Ribas Taques
Laryssa Karas

RESUMO: Realizar um estudo para compreender os processos pelo qual a educação vem sendo construída ao longo da história no Brasil, estudo este que será realizado a partir de pesquisas bibliográficas. Com intuito de mostrar a importância e o papel do PBA – Programa Brasil Alfabetizado e suas dimensões. Sendo um trabalho investigativo, se espera além da compreensão dos processos, auxiliar na compreensão e importância de ter programas governamentais dentro do contexto da educação e deste modo colaborar para a divulgação do assunto como um alerta social, tendo em vista que a educação formal aqui tratada e estudada é uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento do ser humano bem como seu meio social, dentro desta temática abordaremos uma passagem na história da evolução da educação e os programas que vem sendo melhorados e ou desenvolvidos ao longo desse percurso. Sendo a educação formal um direito adquirido de todo cidadão é de grande valia abordar este tema.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Brasil. Programas governamentais. Alfabetização.

ABSTRACT: Conduct a study to understand the processes by which education has been built throughout history in Brazil, a study that will be carried out based on bibliographic research. In order to show the importance and the role of the PBA - Literate Brazil Program and its dimensions. Being an investigative work, it is expected, in addition to understanding the processes, to assist in the understanding and importance of having government programs within the context of education and thus collaborate to publicize the subject as a social alert, considering that the formal education discussed here and studied is an extremely important tool for the development of human beings as well as their social environment, within this theme we will address a passage in the history of the evolution of education and the programs that have been improved and or developed along this path. Since formal education is an acquired right of every citizen, it is of great value to address this issue.

KEYWORDS: Education. Brazil. Governmental Programs. Literacy.

1 INTRODUÇÃO

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Dentro da história do contexto educação formal, existiram vários processos pelo qual passou-se, dentro deles foram criados os programas de melhorias na educação, possibilitando assim o ensino que é direito adquirido para “todos”. Nas pesquisas foi possível perceber que o conceito de educação são as diferentes disciplinas que é possível estudar durante os vários tipos de formação que o ser humano recebe ao longo de sua jornada acadêmica. Conceituando-se então a palavra acadêmico como aprendiz, ou seja, aluno.

Neste estudo optou-se por explicar sobre o PBA – Programa Brasil Alfabetizado. Programa este que tem como objetivo promoção a superação entre jovens com 15 anos ou mais, contribuir para universalização do ensino fundamental no Brasil, sendo assim reconhece a educação como direito humano. Levando em consideração a escolarização ao longo de toda vida.

Sendo um projeto de iniciativa do Governo Federal do Brasil suas ações são para apoiar técnica e financeiramente os projetos de alfabetização priorizando municípios com alta taxa de analfabetismo, para tanto conta com voluntariado por todo o país. Para acessar esse projeto faz-se necessário que as secretarias de educação dos Estados, municípios e DF – Distrito Federal aderem ao PBA por meio do Sistema Brasil Alfabetizado um sistema do governo Lula que o PBA tem como principal foco a educação de jovens adultos e idosos sendo criado além dos EJAs as EJAls, este programa foi aperfeiçoado na gestão do Ministro Tarso Genro. A região que mais utiliza este projeto é o Nordeste.

Sendo um projeto dentre tantos outros que foca na elevação da escolaridade, para tanto quem fiscaliza esse nível de educação é o MEC – Ministério da Educação e Cultura.

Dentro da história do desenvolvimento da educação, os percursos que foi ultrapassado para chegar aos padrões de hoje, foram desenvolvidos muitos projetos entre eles esse que foi estudado por ser o que ainda está em

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

desenvolvimento e funcionamento, possibilitando acesso à educação para todos independentemente da idade.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao longo do processo de desenvolvimento do homem, das comunidades, dos grupos sociais e meios sociais, existe um ponto fundamental que é a educação como processo fundamental. Com o intuito de compreender esse processo passado e presente faremos um breve passeio na história da educação.

No decorrer dos séculos o legado do modelo de educação na antiguidade serviu para abrir caminhos para as civilizações, neste percurso os exemplos utilizados foram como Grécia Antiga, Atenas e Espartana servindo de modelo para as diversas sociedades por vários séculos, dentro deste contexto temos o uso de militarismo e de outro lado o exercício por uso da palavra, surgindo neste período os sofistas, de outro lado Sócrates que lutava ao ensino pelo pensamento, ou seja, ensinava a pensar além do falar ou até mais do que falar, propunha ele uma análise lógica. As duas linhas de educação contribuíram com seus métodos e estratégias para a educação na contemporaneidade, valorizando a experiência e o conhecimento prévio do aluno.

Passado pela educação na antiguidade agora passaremos um pouco pela Idade Média, conhecida como a idade medieval, neste período temos partes da educação espartana juntamente com os dogmas da Igreja Católica, período da educação conservadora e rígida, dentro deste período teve a reforma religiosa e marcada também pelo renascentismo voltando as ideias e objetivos atenienses dentro da educação. Este período foi marcado desde o desaparecimento do antigo regime até a constituição dos estados nacionais.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Então passando por todo este apanhado, resumo da história da educação nem contexto geral chegamos as ideias pedagógicas aqui no Brasil, um ponto bem importante ressaltar aqui que, vem desde os Jesuítas que segundo pesquisas em 1549 com a chegada dos primeiros Padres jesuítas marcando o período com muitas mudanças na cultura e civilização da época.

Uma educação marcada pelo catolicismo, com grande participação do Padre José de Anchieta, marcando a época com seu diferencial, o seu entusiasmo pedagógico para com os índios, já de outro lado vem a outra realidade da educação contada no contexto histórico, que são o tratamento com os filhos dos portugueses, os quais tinham sua própria estrutura e espaços elaborados proporcionando um atendimento diferenciado. Envolvendo um nível profundo de conhecimento para além da religião, entre eles estavam também os descendentes de europeus, nesta época aprendiam o chamado letramento. Essa diferença de ensino veio a pedido daqueles que detinha o poder, ou seja, a própria elite colonial no Brasil da época.

Foi uma época em que só os homens poderiam estudar e frequentar os ambientes escolares, seguiam uma hierarquia familiar. Seguiam na época o modelo chamado Ratio Studiorum – base curricular criada em 1599, pensado pela igreja que abrangia as seguintes áreas dos saberes: gramática, humanas, retórica, filosófica e teologia. Período marcado como o ensino das letras, acesso a alfabetização.

Em 1750, segundo historiadores que a educação no Brasil começou a se “deteriorar”, visão de época, isso deu-se com o Tratado de Madrid, entre Portugal e Espanha que mais tarde expulsão esse método de educação do País, marcada por Marques de Pombal, marcado pela destruição dos manuscritos jesuítas e deixando de lado a religião dentro do currículo educação, este processo de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

reinstalação durou cerca de dez anos sem escola e estruturas escolares no Brasil.

Logo em 1972 Pombal deixou sua marca com a criação do ensino público, por sua vez nesse processo os índios perderam seu espaço na aprendizagem, aqui também destaca-se os primeiros concursos públicos para professores, conhecida como as aulas regia que se davam no início na casa dos próprios professores que por sinal eram pagos pelos governantes. Legado este que deixou muitos fora da escola ou sem adquirir o ensino curricular por essa dificuldade de espaço, gerando uma carência histórica no país de estrutura e organização sistemática para realização desde a idade e tempo de estudo.

O marco da história da educação no Brasil se deu com a chegada da família real em 1808, com eles trouxeram mais de 60 mil livros que mais tarde serviu para montar a biblioteca nacional na capital Rio de Janeiro. Com a chegada Real agregou investimentos para a educação, criando as primeiras escolas de ensino superior, tendo essas escolas a única função de formar os filhos dos nobres e aristocratas, que de acordo com a historiadora Maria de Lurdes de Fávoro em uma matéria que escreveu para a Gazeta do Povo neste ano de 2020, era um ensino destinado “apenas profissionalizante e a preparação para o trabalho no serviço público,” ou seja, para trabalhar na corte, manter uma linhagem.

Os primeiros cursos criados foram: medicina, economia e desenho industrial, na região da Bahia, já indo para o Rio de Janeiro além de medicina, agricultura e química, isso ocorreu em meados de 1818.

Apesar de o país ter se tornado independente em 1822, a educação, durante o período Imperial, não contabilizou muitos avanços práticos. A gratuidade do ensino, estabelecida por determinação da corte portuguesa, não representou, de fato, investimentos em construção de escolas com espaços físicos adequados, muito menos contratação de professores bem

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

formados e uso de métodos e materiais didáticos aprofundados. A falta de prioridade do investimento em educação prejudicou de forma mais significativa as classes populares do país. Os filhos das famílias mais ricas, por outro lado, tinham acesso facilitado ao colégio, e poderiam cursar universidades em Portugal.

Passado esse período surgiu a primeira lei da educação, onde as meninas também conseguiram o seu espaço, começando a surgir uma nova organização do ensino no Brasil. Leis estas que comentaremos ao longo do texto. Nesse período do século XVIII em 1834 surgiu a escola específica de formação para professores, esse espaço se instalou em Niterói – RJ, por mais de meio século, a maioria dos estudantes eram homens, chegando logo após esse período a reforma da Constituição que existe até hoje.

Já em meados de 1920, teve no contexto histórico da educação uma mudança chamada de O Movimento da Escola Nova, deste então surgiu a percepção da necessidade da educação infantil. Na mesma época a ABE – Associação Brasileira de Educação foi fundada por Heitor Lira com a tentativa de amenizar o analfabetismo no País. Em meio a essa caminhada da história da educação não podemos deixar de falar sobre os meados de 1930 em diante, que em meio ao caos político tivemos a criação de um sistema que caminhava para a organização do ensino, que foi no governo de Getúlio Vargas onde criou-se na constituição de 1934 um capítulo que citava somente sobre a educação, dando suporte para reestruturação de sua jornada seguindo as indicações do governo federal, passando o marco para o ensino industrial que em 1942 surgindo as escolas profissionalizantes como por exemplo o SENAI, escolas estas que a população pobre teria acesso.

Surgindo como um direito de todos na época da vanguarda, que a educação no Brasil passa a ser vista por Paulo Freire, ele pedagogo, expande seus métodos a nível nacional. Atingindo principalmente a população carente,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

entre lutas e histórias que a LDB – Lei de Diretrizes de Base da Educação é promulgada em 1961 com isso as mulheres tiveram uma maior oportunidade de participar da educação, em 1971 é acrescentado a obrigação da inclusão do ensino primário.

Dando continuidade a esta pesquisa abordamos um pouco sobre as políticas governamentais para poder entender como chegamos e o quão importante é o PBA.

Considerando um país com dimensões continentais e com problemas que se acumulam, desde o período anterior ao império, como já demonstrado, era certo que seriam necessárias inúmeras políticas públicas para o desenvolvimento do que é o atual conceito de educação no país. Antes mesmo de, brevemente, listar tais esforços governamentais, devemos trazer a crítica precisa de que, mesmo com a “longa” lista de políticas públicas, ainda estamos longe de alcançar de forma satisfatória o todo de nossa população, carente de diversos direitos básicos, nos quais a educação reside.

Em termos de políticas públicas para a educação, podemos listar alguns dos principais caminhos de ação governamental, os quais chamamos de políticas públicas, quais são o Programa Brasil Alfabetizado – objeto dessa análise –, o programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o MEDIOTEC para oferta de cursos técnicos para alunos do ensino médio, o Programa Escola Acessível, pensado para portadores de necessidades especiais, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), o Programa Caminho da Escola, ainda o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), e ainda os Programas de Educação em Prisões e Brasil Profissionalizado.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Em linhas gerais, se tomará a estrutura de tópicos para descrever o básico escopo de cada uma das políticas apontadas acima, reservando o Programa Brasil Alfabetizado para o final, por ser o objetivo deste escrito:

Educação para Jovens e Adultos (EJA): Política Pública que visa levar educação formal e conclusão do ensino para jovens e adultos que deixaram os estudos ou encontram-se em idade incompatível com o ensino regular. O EJA atende desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): que serve ao propósito de incrementar a oferta e realização de cursos técnicos e profissionalizantes, visando capacitação profissional ao estudante. O programa atende estudantes da rede pública, trabalhadores e beneficiários de outros programas sociais do governo.

Programa Universidade Para Todos (PROUNI): programa governamental desenvolvido para a oferta de bolsas de estudo para instituições privadas de ensino superior, a ideia era absorver a demanda por vagas, de forma a possibilitar a formação, estudo e capacitação do brasileiro, que teria uma forma alternativa de estudar, suprimindo em parte a deficitária rede pública de ensino, de oferta restrita de vagas. As bolsas são destinadas aos estudantes de comprovada baixa renda que não possuem estudo superior.

MEDIOTEC: programa que visa criar profissionalização entre alunos de ensino médio, através de formação técnica.

Programa Escola Acessível: O programa criado com o intuito de permitir acessibilidade escolar na rede pública, com a disponibilização de recursos para melhorar o aprendizado de portadores de necessidades especiais.

Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND): foi criado para o aporte de recursos financeiros para o ensino e formação de professores capacitados dentre as comunidades indígenas.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Programa Caminho da Escola: busca realizar o incremento da frota de veículos disponíveis para o transporte escolar, possibilitando acesso aos alunos a todos os níveis do ensino básico.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB): é constituído pelo aporte de recursos na educação básica dos Estados brasileiros.

Educação em Prisões: política pública que visa envio de recursos e apoio técnico ao ensino de jovens e adultos incluídos no sistema prisional, no sentido de colaborar com a ressocialização, através do ensino.

Programa Brasil Profissionalizado: mais uma política pública de ensino que visa a profissionalização técnica do jovem no ensino médio, com objetivo de empregabilidade e inserção no mercado de trabalho.

Por último, e não menos importante, temos o objeto da presente pesquisa, o PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO, que tem como definição direta do Ministério da Educação como sendo a política pública de educação que “é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.”

Ainda, interessante transcrever mais detalhes do programa, citando diretamente os objetivos constantes da documentação oficial:

Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Podemos perceber a preocupação pública com o alcance, por parte das pessoas, da escolaridade mínima, ou seja, é reconhecida a impossibilidade estatal de dar educação básica para cem por cento da população nas corretas

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

etapas de desenvolvimento, e se admite, com a existência dessa política, que muitos brasileiros “ficam para trás” ou sequer tem acesso à educação. Por isso esta política pública tem enorme importância social e constitucional, pois busca “recuperar” estes cidadãos, permitindo que estes consigam elevar sua escolaridade, permitindo em último momento, integração social e princípio de vida digna.

Sobre o programa Brasil Alfabetizado, e sobre as políticas públicas em geral, cabe ressaltar que estamos falando de planos de ação, ou seja, ao mesmo tempo que são políticas, estas devem refletir em mudanças diretas na sociedade. No programa estudado, as ações governamentais se apresentam de forma definida como sendo “Apoiar técnica e financeiramente os projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos apresentados pelos estados, municípios e Distrito Federal.”

Ou seja, o programa governamental se reveste da ideia de que é necessário investimento financeiro para criação de uma estrutura de ensino capaz de alfabetizar jovens e adultos que, por condições sociais, “ficaram para trás” em sua educação formal.

Estes investimentos financeiros vem na esteira de criar salas de aula compatíveis com a realidade de vida destes indivíduos, que acabam por precisar de horários alternativos – como por exemplo, no período noturno – para que possam perseguir sua educação básica e ainda se manter ativos no mercado de trabalho, ou sua via de subsistência.

Sobre essa necessidade financeira, o Fundo Nacional da Educação, via seu conselho deliberativo, pela resolução nº 44/2012, traz o direcionamento dos recursos e sua aplicação, que podem ser sintetizados nos termos do art. 1º da referida resolução, vejamos:

“Art. 1º Estabelecer orientações, critérios e procedimentos para:

59

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

I - a transferência direta de recursos financeiros suplementares destinados pelo Programa Brasil Alfabetizado (PBA) aos estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao PBA no exercício de 2012, visando a apoiar ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos;

II - a execução dos recursos transferidos e sua prestação de contas;

III - o pagamento de bolsas a voluntários alfabetizadores, tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e alfabetizadores-coordenadores de turma que atuam no processo de aprendizagem, conforme § 5º do art. 5º do Decreto nº 6.093 de 24 de abril de 2007.

Parágrafo único. As ações decorrentes das transferências de recursos financeiros do PBA regulamentadas por esta resolução não substituem as obrigações legais dos entes federados quanto à oferta de ensino fundamental e de educação de jovens, adultos e idosos. Os recursos transferidos constituem apoio suplementar aos esforços e ações realizadas, pelos estados, Distrito Federal e municípios.

De uma análise breve do dispositivo mencionado, vemos que existem investimentos vinculados por lei, e estes incluem o apoio aos Estados e Municípios, com fundos diretos, e ainda com o pagamento e manutenção de bolsas aos coordenadores de alfabetização, e demais pessoas atuantes no processo de “recuperação” e educação dos jovens e adultos que se adequam ao programa.

Sobre as pessoas para quem o programa está disponível, a mesma resolução cria parâmetros, regras e requisitos para os beneficiados. Insta dizer que, apesar da Constituição Federal de 1988 prever que a Educação é Dever do Estado e Direito de todos, sendo absolutamente positiva a existência do programa para a população, deve-se, acertadamente, criar critérios que permitam a utilização dos recursos públicos, até mesmo limitando possíveis beneficiários, frente aos próprios princípios constitucionais que compreendem e harmonizam a dinâmica dos custos públicos frente à abrangência dos direitos. Nesta esteira é a redação do Art. 205 da CF, que dita:

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesta esteira é a previsão legal, constante da já citada resolução nº 44/2012, que define critérios diretos para o aproveitamento por parte do cidadão dos referidos recursos públicos, Dita tal resolução que os beneficiários do programa incluem os alfabetizandos, e os alfabetizadores, ou seja, jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos não alfabetizados como alvos do programa, e ainda como colaboradores os alfabetizadores, quais são:

Art. 3º São beneficiários do Programa Brasil Alfabetizado:

- I - jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos não alfabetizados, doravante denominados alfabetizandos;
- II - voluntários alfabetizadores;
- III - voluntários tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que atuarão em turmas com pessoas com surdez ou com deficiência auditiva, usuárias de Libras;
- IV - voluntários alfabetizadores-coordenadores de turmas.

Desta forma, o programa Brasil Alfabetizado já alcançou resultados positivos, que justificam sua manutenção, e sua expansão, proporcionando educação e profissionalização nas mais diversas formas e momentos da vida dos brasileiros. Segundo o Ministério da Educação, no período compreendido entre 2004 e 2012, houve uma redução na taxa de analfabetismo do país de 11,5% para 8,7%, em contrapartida a um investimento de R\$ 1,4 bilhão de reais. Resultados animadores ainda se mostraram na faixa dos jovens entre 15 e 19 anos, em que o MEC registrou uma taxa de analfabetismo de apenas 1,2% no referido período.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

De outro lado, porém, críticas são feitas em razão do Programa Brasil Alfabetizado não conseguir atingir metas afeitas ao EJA – Educação de Jovens e Adultos –, ou seja, não há continuidade dos estudos por grande parte dos beneficiários da alfabetização tardia, sendo que, entre 2004 e 2012, apenas 16,31% dos alunos continuaram seus estudos pelo sistema EJA. Tal constatação, infelizmente, demonstra a dura realidade das pessoas inseridas em tais programas, e não refletem a expectativa de educação continuada, o que abre caminho para críticas sobre os números e objetivos alcançados. Porém, os resultados demonstram evolução e uma melhoria nas condições gerais da educação no país².

Além do mais, existe todo um contexto social de dignidade que envolve a escolarização básica, ou seja, deve-se olhar para as vantagens obtidas em um nível individual. Apesar de não haver continuidade, já há a efetivação – ainda que mínima – de um direito Constitucional tão precioso. É de se indagar sobre a valorização do ser humano que passa pela oportunidade, ainda que mínima, de aprender a ler, escrever e realizar as operações matemáticas básicas. Por certo, o atingimento de objetivos constitucionais em muito justifica os investimentos públicos, seja pela melhoria educacional, seja pela valorização da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção que se teve ao longo desse estudo é que em diversas áreas do conhecimento, e diversos direitos constitucionais garantidos, há grande dificuldade em realizar-se progresso sem constante fomento, investimento e ações, principalmente governamentais. Entende-se que há vinculação direta entre os movimentos governamentais e os progressos na educação dos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

brasileiros. São as políticas públicas voltadas à área da educação que ditam o ritmo da evolução da educação no país.

Concluimos com base na leitura e pesquisa para a realização deste artigo que a história da educação teve a sua evolução com base em lutas por melhorias educacionais. Esse processo deu-se em diversas linhas de trabalho, em especial através da criação de leis que visavam integrar e organizar o sistema de ensino para cobrir a maior quantia de alunos e necessidades dentro de recursos limitados, sempre em prol de melhorias no ensino. Como todo processo, existem percalços e obstáculos que devem ser superados, somados a metas e objetivos que devem ser alcançados a médio e longo prazo. Ainda, a legislação em matéria educacional sofre críticas, mas em termos de políticas públicas, há observação de avanços positivos, e que tais textos legais se modificaram através das diretrizes e projetos de bases curriculares no intuito de difundir e integrar o sistema educacional nacional, com investimento em um projeto de educação. Não obstante a evolução positiva, percebe-se grande margem para melhorias, visto que é processo gradativo, e a educação é marcha constitucional e direito humano em constante evolução.

A despeito das evoluções apontadas, e dos resultados positivos, entende-se que devemos observar a história da educação no país, ao lado de qualquer análise estatística, para que se detenha real noção da defasagem do sistema de ensino, e ainda, em comparado com a história nacional, veja-se a demora até que houvesse qualquer forma de “compartilhamento” do ensino com a população absolutamente carente, que sequer teve acesso à alfabetização mínima. Portanto, conclui-se dizendo que é possível entender a educação como medida de valorização do ser humano, e seu acesso deve ser ponto chave na manutenção da dignidade da pessoa, e nestes termos, as políticas públicas, em especial a política de alfabetização tardia, devem ser prioridade.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. LEI 9.424/1996 (Lei ordinária) 24/12/1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no Art. 60, par. 7º, do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. _____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000b.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1 de 2000a. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3 de 2010. Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000.

_____. Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005.

_____. Decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006. Cria o Programa Nacional de Integração da Educação Básica Profissional com a Educação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF: Presidência da República, 2006

_____. Lei 11.494 - Regulamenta o FUNDEB, altera a Lei nº 10.195 e dá outras providências. 2007.

_____. Conferências Nacionais de Educação Básica (Documento final). Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Ministério da Educação/SECAD, 2008.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

_____. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA). Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

_____. Lei 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.

_____. Conferências Nacionais de Educação: construindo o sistema nacional articulado de educação – o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação (Documento final). Brasília, DF: MEC, 2010.

_____. Lei 12.513/2011. Programa Nacional e Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011.

FÁVERO, O. Políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. In: SOUZA, J. dos S.; SALES, S. R. (orgs). Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C. O. B., COSTA, R. de C. D. PROEJA E PRONATEC: a dança dos atores entre a formulação e a implementação de políticas governamentais. In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação – Anpae, 2013, Recife. Anais do evento. Recife [s.n.], 2013.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

Melucci, A. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAMBURGO. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos: V CONFINTEA, Alemanha: Julho, 1997

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. Em Aberto, Brasília, v.22, n.82, p. 17-39, nov., 2009.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

VENTURA, J. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (orgs). Trabalho e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011, 276p., pp. 57-97.

MICHEL, Fernanda Vach. PRÁTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **BRASIL ESCOLA**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/pratica-das-politicas-publicas.htm>

PEREIRA, Lúcia Conceição. História da Educação. **INFO ESCOLA**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/historia-da-educacao/>.

AZEVEDO, Rodrigo. "A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização". **GAZETA DO POVO**. Curitiba. Ano 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/>.

LENZI, Tié. Políticas públicas na educação: quais são e quem faz?. **TODA POLÍTICA**. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/204-10899842/19110-analfabetismo-no-pais-cai-de-115-para-87-nos-ultimos-oito-anos>

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

A RELEVÂNCIA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO NO ÂMBITO JURÍDICO: UMA ANÁLISE

Atilio Augustinho Matozzo

Laryssa Karas

RESUMO: O estudo aqui desenvolvido busca esboçar a relevância que a Análise Discursiva Crítica possui no ambiente jurídico, apresentar suas características e conceitos de Argumentatividade, Discurso e Direito, para que a análise possa ser efetuada com qualidade e eficiência pelo futuro jurista de modo a identificar os pontos-chave no discurso e desta maneira possa destacar suas falhas e conseqüentemente possa valer-se destas para o benefício de sua causa.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; Discurso; Análise Discursiva Crítica.

ABSTRACT: The present study seeks to outline the relevance of Critical Discursive Analysis in the legal environment, to present its characteristics and concepts of Argumentativity, Discourse and Law, so that the analysis can be carried out with quality and efficiency by the future jurist in order to identify the points in the discourse and in this way can highlight their failures and consequently can use these for the benefit of their cause.

KEYWORDS: Law; Speech; Critical Discourse Analysis.

1 INTRODUÇÃO

No momento que se compreende o discurso como uma maneira do indivíduo se afirmar no meio social e que para tal o mesmo vale-se de uma construção interdiscursiva realizada de acordo com suas experiências, deve-se ter em mente que o discurso estabelece uma relação de influência mútua entre o discurso social e o discurso do indivíduo.

O processo de criação do discurso se dá através da soma de variados discursos, denominamos este processo de interdiscursividade. A interdiscursividade é desencadeada pela interferência de diversas ideologias construídas, mantidas e disseminadas pela sociedade, seja esta capitalista ou socialista, moderna ou contemporânea, religiosa ou agnóstica.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

O discurso é onde embasa-se a ideologia individual, tanto de quem dissemina, quanto de quem recebe o discurso, por isso este se manifesta materialmente embasado na língua, por isso um dos conceitos mais importantes do discurso é a ideologia Brandão (2010).

Cada sociedade busca manter seu padrão ideológico e para tal, utiliza-se dos mais variados meios de comunicação, como exemplo, podemos citar as propagandas difundidas através de diversos meios de comunicação, desde notícias de rádio até mensagens de texto nos smartphones e notícias televisivas.

Em todas as maneiras utilizadas para disseminar as ideologias, é o discurso que se evidencia como “carro-chefe” de sua difusão. No meio deste processo de interação discursiva encontra-se a ideologia sendo transmitida de um sujeito emissor ao sujeito receptor, cabendo a este último assimilar aquilo que lhe foi transmitido.

Desta maneira o discurso torna-se indispensável no processo de disputa de poder entre as mais diversas ideologias, independentemente de serem corretas ou não para determinada sociedade, numa constante e interminável busca pelo domínio cognitivo da grande massa populacional.

Levando em consideração as informações supramencionadas, o presente estudo toma seu norte de desenvolvimento em torno da relevância que o domínio das bases da análise crítica do discurso possui no âmbito geral das ciências sociais mas, em específico da área referente ao curso de Direito. Busca-se demonstrar a aplicabilidade da teoria da análise crítica do discurso proposta por Fairclough (2001), e através desta, esclarecer aos membros da academia e da sociedade que, sendo o discurso um processo intrínseco e fundamental do ser humano, deve ser analisado, compreendido e criticado para enfim poder identificar sua real significação.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

2 ANÁLISE DO DISCURSO

Nas palavras de Orlandi (2009, p 15):

“[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si, a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, pratica de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Desta maneira, o discurso pode ser transpassado tanto na fala quanto na escrita, podendo identificar também a ideologia que será disseminada ao pathos.

Para que possamos entender o Discurso, entendamos a Linguagem, sendo assim, o discurso é a interação falada ou não entre dois ou mais, sendo a linguagem um trabalho desenvolvido pelo homem, por isso durante o dia-a-dia vemos toda essa linguagem de muitas formas, como de maneira formal ou informal por exemplo. Por isso a Análise do discurso não se deve ser feita apenas com o seu conteúdo gramatical de acordo com Brandão (2010).

De acordo com Orlandi (2009) a análise do discurso pode ser de grande valia no âmbito da língua enquanto trabalho simbólico, partindo do trabalho social geral e da história que constrói o homem, ou seja, com a análise do discurso podemos desvendar o âmago do ser e sua capacidade de significar e significar-se.

Através da insatisfação devido às formas limitadas da frase, tida como expressão máxima do sistema, os linguistas passaram a desenvolver uma análise interfrástica objetivando transcender tais limites, posteriormente e conseqüentemente criaram várias teorias onde passaram a utilizar o texto e/ou o discurso como seu centro de interesse (PETRI, 1994).

A conceituação de discurso, no âmbito da Análise do Discurso, dá-se inicialmente em trabalhos de dois autores, Zellig Harris que compreendia o

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

discurso como sendo a soma de enunciados simples ou como “enunciado seguido”, apresentando um modelo de análise onde o discurso é concebido em uma estrutura linear, expondo uma organização específica de classes de equivalência a qual lhe possibilita individualidade; e M. Pêcheux, afirma que elocução se opõe a enunciado, na medida em que se trata das condições de produção e das constantes responsáveis, enquanto o enunciado é o resultado de tais condições (PETRI, 1994).

De acordo com Brandão (2010) os gêneros de discurso podem misturar-se ou embasar-se de uma forma que o sentido torne se estranho, mas não inútil, de maneira que se crie vínculos ideológicos a serem decifrados.

Fairclough (2001) toma o termo discurso como uma forma de prática social, cujo qual, implica em uma forma de ação pela qual as pessoas tem a possibilidade de agir sobre o mundo e sobre os outros e também como forma de representação. Contudo, compreende que existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, sendo esta última tanto condição quanto efeito da prática social. Mas o discurso, em sentido mais amplo, também é moldado e restringido, direta ou indiretamente, pela estrutura social em todos os níveis, sejam eles entre classes, instituições subjacentes, etc. Não é apenas mera representação, mas também, de significação do mundo, participando de sua constituição e de sua construção em significado.

3 DIREITO E DISCURSO

Sabe-se que a classificação dos gêneros do discurso advém da Retórica de Aristóteles, foi elaborada com base nos três possíveis tipos de auditório, sendo eles: O Deliberativo remete-se ao útil e ou prejudicial, objetivando o aconselhamento ou desaconselhamento; O Judiciário tange o âmbito dos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

magistrados, aborda o justo e o injusto buscando acusar ou defender; e o Epidítico, contextualização do belo e do feio, propondo louvar ou censurar, Petri (1994).

De acordo com Macedo (1989) a "filosofia da linguagem" é usada como base para todas as outras ciências como a matemática, por exemplo, uma vez que esta representa o alicerce dos pensamentos dentro do ramo jurídico.

A linguística jurídica foi sugerida por François Gény, onde o jurista teria que ser capacitado também em gramática, filosofia e linguística pois estas poderiam lhe dar um norte em questões como bons costumes e ordem pública, por isso que recebe o nome de disciplina científica nova, justamente por unir o jurista com a linguística e os moldando em um meio de fácil compreensão da norma.

Cada linguagem seja ela filosófica ou jurídica por exemplo, seguem uma só base que é a língua comum e dentro do sentido lógico podemos encontrar os termos em grego "colóquio" que se vincula com o idioma e é produto da linguagem material ou seja, este termo é atribuído ao dia-a-dia pois faz parte da fala e da cultura, trazendo de cada região sua individualidade; e "paralóquio" se dedica a realidade coloquial ou seja, enquanto a coloquialidade vem se especificar na linguagem o paralóquio vem especificar-se na expressão. O paralóquio tem suas divisões correlacionadas a diferentes áreas como química, filosofia, etc. Podemos entender o paralóquio como uma árvore onde os seus galhos ou ramos são as divisões desse paralóquio, ou seja, áreas diferentes partindo de uma mesma premissa. O paralóquio matemático por exemplo diz respeito a norma em si, ou seja, a norma seguida à risca e sendo imposta ao mesmo tempo, além de termos também o Paralóquio literário que diz respeito a intuição e ao conceito, ou seja, a interpretação axiológica.

Para que seja entendido o discurso político e a estética de recepção,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

devemos lembrar que originalidade de um discurso se desintegra uma vez que este é moldado pela sociedade, fazendo com e este siga a "mesma" linha de raciocínio das demais, devemos lembrar também que o discurso perde seu teor de neutralidade quando a ideologia de certa maneira molda seu discurso, e essa neutralidade acaba interferindo o discurso, uma vez que este pode ser utilizado por outras ideologias, fazendo com que sua interpretação seja uma incógnita, traçando aí um dos problemas relacionado ao discurso. A estética de recepção neste ponto se assemelha com a estética marxista onde a fala individual, foi de certa maneira moldada por um meio seja ele social, religioso, entre outros, fazendo com que a cultura por exemplo, se adeque ao nosso meio enquanto nos adequamos a cultura, traçando deste ponto ideias nem um pouco originais, mas uteis.

3 ANÁLISE DO TEXTO SELECIONADO

O procedimento de análise desenvolveu-se com base na estrutura de análise crítica do discurso de Fairclough (2001), utilizando-se amplamente de seu método, buscando analisar criticamente o discurso da Ex-Primeira Dama Michele Obama. Para tal, ressaltamos que a análise crítica proposta por Fairclough é composta por três tipos de análise que se correlacionam durante todo o processo.

A Análise Textual compreende a análise linguística do discurso, onde se desenvolve uma “descrição” da estrutura textual. Neste âmbito, deu-se um destaque maior à identificação de como o Ethos é construído durante o transcorrer do discurso e qual o impacto que este pretende ao público, seja os que estão presentes na conferência quanto à massa populacional que lhe tem acesso por intermédio dos variados meios de comunicação.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Na Análise da Prática Discursiva, pretende-se uma análise “interpretativa”, partindo das estruturas textuais identificadas na análise textual, e desenvolvendo uma análise interpretativa das estruturas identificadas anteriormente.

Quanto a Análise da Prática Social, é parte fundamental deste ciclo de análises, pois a prática social molda a construção e disseminação do discurso bem como o discurso interfere na mesma. Portanto, não há como realizar a análise da prática social em paralelo às outras duas análises, pois ambas partem do princípio de interdependência analítica.

O texto analisado trata-se do discurso realizado pela Primeira Dama dos Estados Unidos da América Michele Obama na Conferência Nacional do Partido Democrata.

Michele Obama, Primeira Dama dos Estados Unidos da América, realiza um discurso na Convenção Nacional do Partido Democrata em tom inicial de massificação da aproximação entre ela não como Primeira Dama, mas como mãe de família e esposa de um homem de conduta e carácter ilibado, com as pessoas que ali estavam presentes e que confiaram em sua palavra e na de seu marido ao elegerem e reelegerem-no nas duas últimas eleições para presidente como podemos observar no trecho: “[...] Muito obrigada a todos. Vocês sabem, é difícil acreditar que faz oito anos desde que eu vim à primeira vez para esta convenção, para falar com vocês sobre por que eu acreditava que meu marido deveria ser presidente. Lembrem-se como contei a vocês sobre seu carácter e convicção, sua decência e sua graça – as qualidades que vimos todos os dias em que serviu nosso país na Casa Branca.”.

Em um segundo momento, Michelle passa a postar-se no discurso como a então Primeira Dama, passando a declarar apoio à candidata a Presidência Hillary Clinton, e também acaba com qualquer interrogação em termos de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

relacionamento/respeito que houvesse entre ela e seu marido com Hillary, como podemos observar: “[...] E eu estou aqui esta noite porque, nesta eleição, há apenas uma pessoa a quem acredito ser realmente qualificada para ser Presidente dos Estados Unidos, e é nossa amiga, Hillary Clinton.”.

Após construir um ponto de referência de como o futuro presidente deve ser, e de enfatizar que Hillary contém todos os requisitos necessários para o cargo, Michelle termina o seu discurso destacando o seu apoio e de seu marido a Hilary e também o papel do povo em buscar votos para sua candidata: “[...] entre agora e Novembro, nós precisamos fazer o que fizemos há oito anos e há quatro anos: nós precisamos bater de porta em porta; nós precisamos de todos os votos; nós precisamos derramar até a última gota de nossa paixão e nossa força e nosso amor por este país, para eleger Hillary Clinton como Presidente dos Estados Unidos da América.”.

Ao dar ênfase a “nossas crianças”, Michelle adota os filhos do povo para si mesma, passando a imagem de mãe, interagindo assim, mais fortemente com o povo, e atingindo sentimentalmente as famílias, como observa-se no trecho “pessoas que fizeram filas para doar sangue no massacre de Orlando porque poderiam ter sido seus filhos”.

A construção ethos de Hillary começa em “[...] é sobre quem terá o poder de formar nossas crianças pelos próximos 4 anos, ou 8 anos de suas vidas”. Empregam Hillary ao cargo de maior influenciadora das crianças, mas sempre a igualando com a família Obama, como se observa no trecho “é nossa amiga”. Com as crianças empoderadas como futuro da nação “[...] Crianças que nos olham para determinar quem e o que elas podem ser.”, caberá a Hillary “crescer” com elas mostrando o caminho certo, melhorando ainda mais a confiança dos pais na mulher que servirá como mãe da nova geração e como sequente líder da nação do melhor país do mundo como Michelle expõe “[...] Então não deixem

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

alguém jamais dizer a vocês que este país não é grande, que de alguma forma precisamos torna-lo grande novamente. Porque este, exatamente agora, é o melhor país da terra. E enquanto minhas filhas se preparam para explorar o mundo, eu quero uma líder que é merecedora dessa verdade, uma líder que é merecedora das promessas de minhas meninas, e da promessa de todas as nossas crianças, uma líder que será guiada todos os dias pelo amor e esperança e pelos grandes sonhos impossíveis que todos nós temos por nossas crianças.”.

De uma forma simples e agregando mais público, Michelle não usa termos cansativos transmitindo-lhes mais conforto e credibilidade “falar com vocês sobre o porquê eu acreditava que meu marido deveria ser presidente”. Confirmando isso como uma conversa entre amigos Hillary como o bem da nação.

No âmbito da organização das sentenças, há várias orações que se apresentam em ordem indireta para que se dê ênfase em partes específicas do texto e transitiva caracterizando de acordo com Fairclough (2001), uma ação física do indivíduo sobre um agente ou entidade, conforme o trecho: “ Vocês sabem, é difícil acreditar que faz 8 anos desde que eu vim a primeira vez para esta convenção, para falar com vocês sobre por que eu acreditava que meu marido deveria ser presidente”. Os verbos transitivos fazem, ainda, com que os objetos direto e indireto sirvam como afirmações do que foi dito e do que se espera para a futura Presidente.

A transição da seriedade das pessoas que irão entrar no poder e não se colocando como primeira dama, entregando este cargo para Hillary no trecho “Lutando por cuidados de saúde para crianças enquanto primeira dama”. Mas ao mesmo tempo, como em todo o texto, não a hierarquizando.

O discurso de Michelle apresenta constantemente proposições a cerca do que se espera da futura Presidente antes de cada determinação sobre o que

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Hillary Clinton é de fato no que se refere à sua personalidade: “E quando eu penso sobre o tipo de Presidente que quero para minhas garotas e todas as nossas crianças, é isso que eu quero. Quero alguém com força comprovada para perseverar. Alguém que conhece este trabalho e o leva a sério. Alguém que entende que os desafios que um Presidente enfrenta não são “preto e branco” e não podem ser resumidos a 140 caracteres. Porque quando você tem os códigos nucleares na ponta de seus dedos e os militares sob seu comando, você não pode tomar decisões em um estalo. Você não pode ter sangue quente ou tendência a ira. Você precisa ser equilibrado, experiente e bem informado.”,

Constrói o perfil de uma pessoa que seja perseverante, tenha experiência, que seja sensata, e continua: “Eu quero uma Presidente com um histórico de serviços públicos, alguém cuja vida de trabalho mostra às nossas crianças que não perseguimos fama e fortuna para nós mesmos, que lutamos para dar a todos uma chance de sucesso – e nos doamos, mesmo quando estamos nos debatendo, porque sabemos que sempre há alguém em pior estado; e lá, pela graça de Deus, é onde eu irei.”, uma pessoa que tenha verdadeira paixão por trabalhar em prol do povo, alguém que coloque o sentimento da nação acima de seus sentimentos particulares, e ainda: “Eu quero uma Presidente que ensinará nossas crianças que todos neste país importam – uma Presidente que realmente acredita na visão que nossos fundadores projetaram há tantos anos: que nós somos todos criados iguais, cada um uma parte querida da grande história americana. E quando crises chegam, nós não nos viramos uns contra os outros – não, nós escutamos uns aos outros. Nós nos apoiamos. Porque nós sempre somos mais fortes juntos.”, uma pessoa capaz de sedimentar na consciência da nação que todo cidadão é importante na manutenção e no processo de evolução do país e que fomente o sentimento de igualdade e a força que a união pode gerar.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Expressa a vontade da nação, mas principalmente com ênfase em caracterizar que os desejos desta nação sempre são compartilhados por todos e não por um grupo, repassando-os de geração para geração, como é evidenciado no discurso dando-se voz aos anseios das crenças através da representação de seus pais: “[...], uma líder que será guiada todos os dias pelo amor e esperança e pelos grandes sonhos impossíveis que todos nós temos por nossas crianças.”, além da voz que é dada indiretamente dentro do seu discurso, agregando assim a população LGBT, negra e pobre, mostrando-os que é necessário sonhar e acreditar pois a família Obama é descendente dos mesmos escravos que construíram o palácio que hoje é de sua posse, demonstrando uma quebra gigante de tabus que existem hoje em dia, e Michelle faz isso dentro do seu discurso, agregando a população consigo.

Nota-se que Michelle faz uso em alguns parágrafos de verbos no modo imperativo “Vejam” e “Olhem”, nestes momentos ela faz indicativos aos cidadãos a respeito das qualidades e pontos-chave no caráter de Hillary cujos quais a colocam no patamar de única “capaz” de assumir a presidência e continuar fazendo um governo em prol do futuro do país e mais importante, em prol das crianças.

Como exemplo do processo de lexicalização, que nas palavras de Fairclough (2001) são processos de significação do mundo que são interpretados de formas distintas no transcorrer dos tempos e para os mais variados grupos sociais, Michelle faz uso do discurso de batalha de seus antepassados, os quais lutaram para acabar com a escravidão e o preconceito que assolavam o país e que em seu discurso, sua menção, remete-se à continuidade no combate as diferenças sociais e raciais, de acordo com o trecho “Essa é a história deste país, a história que me trouxe até este palco hoje à noite, a história de gerações de pessoas que sentiram o chicote da escravidão, a

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

vergonha da sujeição, a ferroada da segregação, mas que seguiram aguentando e esperando e fazendo o que precisava ser feito para que, hoje, eu acorde toda manhã em uma casa que foi construída por escravos, e assista a minhas filhas – duas belas, inteligentes e jovens mulheres negras – brincando com seus cães no gramado da Casa Branca. E graças à Hillary Clinton, minhas filhas – e todos os nossos filhos e filhas – agora podem ter como verdade que uma mulher pode ser Presidente dos Estados Unidos.”.

Michelle usa metáforas sem distinção, para demonstrar ao partido que este se manterá agregado ao povo, dando basicamente a introdução de como será o governo e se ele manterá sua linha progressiva ao mesmo tempo em que coloca Hillary como a "Capitã América", assim exemplificada nos trechos “Crianças que nos olham para determinar quem e o que elas podem ser. ”, determinando o presidente como um cargo de delegação de profissões, como se as crianças dependessem disso para determinar seu futuro; e “Líderes como Hillary Clinton. Que tem garra e a graça de servir retornando e aumentando as rachaduras no mais alto e difícil teto de vidro, até que ela finalmente o atravessa, erguendo a todos nós junto consigo”. Supondo a superação das crises, dos problemas e superações de metas e paradigmas que poderão ocorrer.

Michele também coloca Hillary como uma “Super-Girl” que age apenas em prol da nação e pela nação, e estas partes ficam subentendidas, mas podem ser identificadas facilmente em alguns trechos como “Porque, como uma verdadeira servidora pública, Hillary sabe que isto é muito maior do que seus próprios desejos e desapontamentos.”, ou seja, os desejos populares antes de qualquer coisa, e neste “E olhem, houve vários momentos quando Hillary poderia ter decidido que esse trabalho era difícil demais, que o preço do serviço público era muito alto, que ela estava cansada de ser desmantelada por seu visual, ou seu jeito de falar ou mesmo seu jeito de rir. Mas aqui está o ponto – o que mais

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

admiro em Hillary é que ela nunca cede sob pressão.” Colocando Hillary como mulher de garra e força, que não cede em hipótese alguma, além de coloca-la como uma segunda mãe de todas as crianças do país, uma perfeita patriota e também futura presidente se depender de Michelle Obama. Bem como ironiza as críticas e o discurso de ódio que seu marido recebe de figuras públicas e utiliza-se de uma metáfora para auxiliar na educação e entendimento de suas filhas a cerca dos acontecimentos “Como explicamos que quando alguém é cruel, ou age como um abusador, você não se rebaixa a esse nível – não, nosso lema é, quando alguém vai “baixo”, nós vamos “alto”.”

Michele Obama se utiliza de discursos como o de Marthin Luther King para fundamentar e complementar o seu, com posse de partes do discurso que fomentam os anseios dos fundadores do país no que tange a luta constante em estabelecer a igualdade entre todos os membros desta nação, uma vez que este discurso servirá como resposta contra o discurso da oposição, por exemplo, e isto, pode ser notado em várias partes, mas em específico no trecho " Como insistimos que a linguagem de ódio que escutam de figuras públicas na TV não representa o verdadeiro espírito deste país. Como explicamos que quando alguém é cruel, ou age como um abusador, você não se rebaixa a esse nível – não, nosso lema é, quando alguém vai “baixo”, nós vamos “alto” e também neste "Em todas as palavras que pronunciamos, em cada ação que tomamos, sabemos que nossas crianças estão nos assistindo. Nós, como pais, somos os mais importantes modelos. E deixem-me contar a vocês, Barack e eu usamos essa mesma abordagem em nossas funções como Presidente e Primeira Dama, porque nós sabemos que nossas palavras e ações importam não apenas para nossas garotas, mas para crianças por todo o país” lembrando e citando de forma indireta as coisas horrendas que continham em um dos discursos de Donald Trump que vem a ser o oponente de Hillary Clinton dentro desta corrida

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

pela eleição presidencial.

No trecho acima citado nota-se, além da interdiscursividade, a proposição baseada em seu marido, uma vez que Obama enquanto ex-presidente fez muito pelo país e este mesmo país caminhará pra frente apenas com a sua herdeira Hillary, fazendo isso de uma forma pretensiosamente citando os militares como arma do futuro governante, e fazendo um adendo da seguinte forma "Porque quando você tem os códigos nucleares na ponta de seus dedos e os militares sob seu comando, você não pode tomar decisões em um estalo. Você não pode ter sangue quente ou tendência a ira. Você precisa ser equilibrado, experiente e bem informado." colocando Trump como uma bomba prestes a explodir, fazendo dele "ilegível" uma vez que este não teria cabeça pronta e sangue frio para comandar as forças militares, em outro trecho vemos também incluso em seu discurso uma possível briga dentro de redes sociais, desmerecendo de certa forma ainda mais os seus concorrentes em especial Trump, como vemos neste trecho "Quero alguém com força comprovada entende que os desafios que um Presidente enfrenta não são "preto e branco" e para perseverar. Alguém que conhece este trabalho e o leva à sério. Alguém que não podem ser resumidos a 140 caracteres.". Quase sem usar ironia dentro do seu brilhante discurso, Michelle coloca-se em negação à oposição do começo ao fim em uma intrigante desconstrução dos discursos e atitudes que já foram citadas nos trechos acima.

Michelle se mantém dentro do discurso como participante da população, ela se coloca em diversos lugares dentro da sua fala, desde mãe até primeira dama, para que seu discurso seja agregatório e também possa mostrar o quão às pessoas estarão bem dentro de um governo conduzido com a competência de Hillary, fazendo também com que este se transforme em uma conversa amigável, mas de certa forma formal, que se inicia com "Vocês sabem, é difícil acreditar que faz oito anos desde que eu vim à primeira vez para esta convenção,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

para falar com vocês sobre por que eu acreditava que meu marido deveria ser presidente. Lembrem-se como contei a vocês sobre seu caráter e convicção, sua decência e sua graça. ", neste trecho vemos que Michele conversa com os presentes, e esta conversa se mantém do começo ao fim dentro do seu discurso multifacetando as cadeias intertextuais do seu discurso.

Michele mantém uma linha lógica de raciocínio que mostra uma evolução enquanto pessoa e enquanto primeira dama, esta evolução é contada detalhadamente e se finaliza com o verdadeiro propósito do discurso que é colocar todos para trabalhar em prol de Hillary, do povo e das crianças herdeiras dos bons costumes, e dos valores nem tanto conservadores, constados dentro da sua construção lógica do discurso. Esta linha de raciocínio é construída também, de maneira evolutiva quando ela inicia dizendo que o lugar onde é o gabinete foi construído por escravos, e logo depois seria posse de descendentes de escravos, podemos notar também esta evolução no empoderamento feminino que é usado nas filhas de Michele, além de outros empoderamentos que são dados ao povo e principalmente a nova geração, demonstrando que sim, "nossos filhos" podem chegar onde quiserem com a pessoa certa no governo.

Michelle desenvolve um discurso centralizado nas ações e caráter de seu marido, enaltecendo suas qualidades e ressaltando-o como um homem que manteve a calma, o caráter e a decência durante o exercício de seu cargo na Casa Branca, como se observa no seguinte trecho: "[...] Lembrem-se como contei a vocês sobre seu caráter e convicção, sua decência e sua graça – as qualidades que vimos todos os dias em que serviu nosso país na Casa Branca.”.

Expôs tais ações e condutas de seu marido de maneira cronológica, como em uma linha do tempo, desde antes da primeira eleição como Presidente, até o atual momento, onde Michele encontra-se mais uma vez em destaque, na mesma conferência do partido republicano, porém agora, após construir esta

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

linha cronológica de seu marido e de sua brilhante atuação à frente do governo utiliza da confiança e credibilidade que lhe foram depositadas nos últimos 8 anos, da força que sua palavra e opinião possuem e traz uma mensagem aos seus aliados e demais cidadãos, de apoio, seu e de seu marido, à Hillary Clinton “[...] nós precisamos fazer como há oito anos e quatro anos: nós precisamos bater de porta em porta; nós precisamos de todos os votos; nós precisamos derramar até a última gota de nossa paixão e nossa força e nosso amor por este país, para eleger Hillary Clinton como Presidente dos Estados Unidos da América.”, percebe-se ainda neste trecho citado que Michelle explicita através de sua figura de liderança, a necessidades de integração de todos, sem distinções econômicas ou sociais afim de manter-se a base política, econômica e social já construída por seu marido até o momento e objetivando ainda, a continuidade do progresso do país através da eleição de Hillary para a presidência.

Assim como fez com seu marido, Michelle enaltece as qualidades e posturas de Hillary “[...] o que mais admiro em Hillary é que ela nunca cede sob pressão. Ela nunca toma a fácil escapatória. E Hillary Clinton nunca desistiu de nada em sua vida.”, e também fomenta a questão de quebra de paradigmas históricos como se sucedeu com seu marido “Essa é a história deste país, a história que me trouxe até este palco hoje à noite, a história de gerações de pessoas que sentiram o chicote da escravidão, a vergonha da sujeição, a ferroadada da segregação, mas que seguiram aguentando e esperando e fazendo o que precisava ser feito para que, hoje, eu acorde toda manhã em uma casa que foi construída por escravos, e assista a minhas filhas – duas belas, inteligentes e jovens mulheres negras – brincando com seus cães no gramado da Casa Branca. E graças a Hillary Clinton, minhas filhas – e todos os nossos filhos e filhas – agora podem ter como verdade que uma mulher pode ser Presidente dos Estados Unidos”, portanto Hillary passaria a ser a primeira mulher

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

a assumir o cargo de maior poder no planeta, à frente do país mais poderoso do mundo, e para isso tem o total apoio de Michelle e Barack, pois para eles, é a única pessoa que detém as competências necessárias para continuar conduzindo o país a novos horizontes.

Ao final da análise constata-se que Michelle Obama proferiu o discurso na Conferência do Partido Republicano seguindo a tradição norte americana, na qual toda primeira dama deve pronunciar um discurso em prol de seu marido, do seu papel como Presidente e conseqüentemente realizando uma propaganda em prol da continuidade dos projetos e planejamentos do próprio partido com o próximo candidato, do partido à que pertence. Porém, todos estes detalhes, nos levam a identificar não apenas uma simples tradição, mas uma na qual se identifica um modelo sexista, intrínseco à sociedade norte americana.

Michelle Obama enfatiza ao longo de seu discurso os serviços de qualidade prestados por seu marido, Presidente Barack Obama, à frente da Casa Branca, bem como a preservação do modelo dito clássico de família, onde buscam resguardar e promover princípios e valores concernentes ao âmbito familiar e disseminá-los para a nação. Realça ainda, a questão da união como fator principal para a superação de crises, obstáculos e paradigmas sociais.

Por fim, Michelle busca colocar a candidata Hillary Clinton como a única pessoa que detém as capacidades e competências necessárias para assumir a presidência dos Estados Unidos no lugar de seu marido, pois a candidata é a única pessoa, no certame eleitoral, que se desenvolveu à imagem da família Obama durante os últimos oito anos, e que dará continuidade aos projetos já estabelecidos e promoverá outros tantos seguindo a mesma proposta de ação de Barack, bem como fomentará na população os mesmos princípios e valores cultivados pela família Obama.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo e nas análises desenvolvidas, percebe-se o quão relevante e fundamental é o domínio primordial das bases da análise crítica do discurso, tanto no âmbito geral das ciências sócias, mas em específico da área referente ao curso de Direito.

O futuro jurista deve compreender que o curso de Direito, como base de construção e intervenção social, ou seja, que parte desde a mais simples até a mais complexa intervenção recíproca entre este e a sociedade, não pode valer-se de uma simples análise de textos de lei ou de procedimentos relacionados ao devido processo legal, deve buscar realizar uma análise de todas as estruturas supramencionadas e desenvolvidas, com o intuito de proceder a uma interpretação coesa, profunda e conseqüentemente mais realista, não se deixando levar pela simples aplicabilidade da norma.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analisando o Discurso**. (USP). v. 8, n. 08, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

MACEDO, Silvio. **Curso de Linguística Jurídica**. 1. ed. Maceió: EDUFAL, 1989.

PETRI, Maria José Constantino. **Argumentação, Linguística e Discurso Jurídico**. 1. ed. São Paulo: Selinunte, 1994.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

ENSINO A DISTÂNCIA E SEUS BENEFÍCIOS NA SOCIEDADE MODERNA

Adilson Veiga e Souza
Débora Bruna Fernandes Freire
Fernando Feliciano Guimarães
Gheniffer Fornari
Guilherme Ribas Taques
Ronan Anacleto Lopes

RESUMO: O advento da tecnologia criou um novo mundo de oportunidades para o ensino brasileiro. Com os cursos tecnológicos cada vez mais acessíveis e disponíveis a população, o Ensino a Distância passou a se tornar a realidade de muitos brasileiros. Uma modalidade de ensino que já estava sendo praticada a vários anos por meios físicos, como cartas e apostilas, agora ganha o digital e o alcance que isso lhe proporciona. A facilidade de acesso ao ensino superior permitiu que muitas pessoas que antes não tinham condições de estudar, agora, podem criar seu próprio horário e orçamento, conseguindo o tão sonhado ensino superior. A vantagens acerca do EaD é o tema central desta explanação e busca elucidar ao leitor, como a expansão e evolução do EaD brasileiro foi motivada. Espera-se que por meio deste trabalho, seja compreensível que o ensino realizado por meio digital deve ser encarado como uma ferramenta de inclusão social, uma vez que oportuniza a todos, o mesmo direito ao conhecimento e ao crescimento profissional e pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Ead. Internet. Tecnologia. Inclusão. Ensino superior.

ABSTRACT: The advent of technology has created a new world of opportunities for Brazilian education. With technological courses increasingly accessible and available to the population, Distance Learning has become the reality of many Brazilians. A teaching modality that was already being practiced for several years by physical means, such as letters and handouts, now gains digital and the reach it provides. The ease of access to higher education has enabled many people who previously were unable to study, now, can create their own schedule and budget, achieving the longed-for higher education. The advantages about distance education are the central theme of this explanation and seek to elucidate to the reader, how the expansion and evolution of Brazilian distance education was motivated. It is hoped that through this work, it is understandable that teaching carried out digitally should be seen as a tool for social inclusion, since it gives everyone the same right to knowledge and professional and personal growth.

KEYWORDS: Ead. Internet. Technology. Inclusion. University education.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino à Distância (EaD) surgiu no Brasil desde o século passado, com cursos realizados por correspondência. Com o passar dos anos e as inovações

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

tecnológicas que vivemos, esta modalidade de ensino tem-se apresentado vantajosa em várias situações que enfrentamos em uma sociedade globalizada como a que vivemos.

Dentre as vantagens que o EaD proporciona, destacamos: a flexibilidade de horário, na qual o aluno pode controlar onde e quando estudará, custos acessíveis, tanto para o aluno quanto para a instituição de ensino e a acessibilidade que o curso EaD oferece, de forma que mesmo alunos com deficiências físicas severas têm o acesso ao conhecimento sem enfrentar situações desconfortáveis.

Todas essas possibilidades fizeram com que alguns estudiosos pesquisassem e demonstrassem a importância que essa modalidade de ensino vem apresentando nos dias de hoje, o trabalho que segue apresenta os resultados de uma análise destas vantagens e suas justificativas.

2 DESENVOLVIMENTO

O EaD é uma modalidade de ensino que vem ganhando terreno nos últimos anos graças a expansão da informática ao aumento do acesso à tecnologia por parte de toda a população. De acordo com COVALSKY e MOTA (2016) o EaD surgiu em 1903 com cursos de datilografia por correspondência. Com a evolução da tecnologia, esses cursos foram ministrados por Rádio, TV e atualmente pela internet.

Essa modalidade de ensino apresenta 3 grandes vantagens sobre as modalidades clássicas, a flexibilidade de horários, o custo dos cursos e a facilidade de acesso, ou seja, a acessibilidade que esta modalidade trouxe ao ensino.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Segundo COVALSKY e MOTA (2016), a autonomia dada ao aluno para escolher seu local e horário de estudo criam uma grande flexibilidade que não pode ser alcançada em ensinos presenciais. Em suas pesquisas, os autores detectaram que boa parte dos alunos preferem o ensino EaD devido à baixa ou inexistente carga horária presencial, dando-lhes maior flexibilidade de escolher como estudam.

Também durante essa pesquisa, notaram que outro fator de suma importância para a escolha do EaD é o financeiro. Esses autores perceberam que a economia gerada, não somente na mensalidade dos cursos, mas também com compra de materiais, alimentação, transporte e afins, gera uma forte motivação para que os alunos escolham esse tipo de modalidade.

Por fim, Melo (2009) apresenta outro importante fator que traz uma grande vantagem ao Ead, a acessibilidade. Quando se fala em acessibilidade é importante observar que todas as instituições são obrigadas por Lei a garantir o acesso a todos, todavia o EaD garante esse acesso e ainda melhora-o, tornando a primeira opção para muitos estudantes e profissionais que apresentam alguma limitação.

Também vemos a importância da acessibilidade dos cursos EaD no trabalho de GUIDOTTI e VERDUM (2013), onde é trabalhado a acessibilidade para pessoas que não tem deficiência, mas sim, uma carga de trabalho e compromissos que impedem tal estudo. Neste artigo fica claro o valor do EaD na inclusão das pessoas no Ensino Superior, principalmente do público feminino, que não tem oportunidade de cursar de forma presencial, seja por trabalho, cuidados da casa, família e afins.

Portanto é evidente que o EaD possui diversas vantagens, o que não o exclui de diversas desvantagens, como a exigência de recursos tecnológicos, a

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

maior cobrança de autonomia dos alunos, e outras situações desfavoráveis, mas que devem ser estudadas em seu devido tempo.

É importante ressaltar que o EaD é e continuará sendo uma forte opção de estudo para pessoas em diversas situações, sendo esta, a modalidade de ensino mais inclusiva que temos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visa identificar as características que tornaram o EaD, uma área tão proeminente na educação superior brasileira. Ao analisar o trabalho de pesquisadores brasileiros acerca do tema, foi possível elencar três grandes fatores que levam ao sucesso do EaD no Brasil: flexibilidade de tempo, baixo custo e acessibilidade.

Ao observar nosso cenário educacional sobre uma ótima generalizada, percebemos que boa parte da população encontra sérias dificuldades para se especializar no ensino superior, geralmente causada por um dos três fatores que vimos anteriormente. Todavia, as faculdades e cursos EaD têm se mostrado uma excelente ferramenta para a divulgação do conhecimento, atingindo desde áreas remotas e rurais até os grandes centros populacionais, sem discriminação.

Ainda que seja o meio de ensino mais igualitário e acessível que o Brasil dispõe, é válido um alerta, o EaD exige comprometimento maior do que o ensino tradicional, além de necessitar de alguns recursos tecnológicos que muitos, ainda não dispõe.

Por fim, este estudo buscou identificar e elencar pontos vantajosos sobre uma perspectiva geral, mas é necessário que novos estudos sejam feitos, visando principalmente a qualidade destes ensinos e como a legislação e órgãos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

reguladores mantêm a qualidade destes cursos, sendo esta uma grande preocupação dos defensores desta modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

COVALSKY, Cristiana Mariani; MOTA, Junior Cesar. Limites e possibilidades de estudantes na educação a distância (EaD). **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 18, p. 75-87, 2016.

GUIDOTTI, Viviane; VERDUM, Priscila. Fatores que influenciam a evasão e a permanência dos alunos de um curso pedagogia na modalidade ead. In: **Congressos CLABES**. 2013.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade em EaD mediada pela web: um convite à ação. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Cuiabá: EdUFMT, p. 199-220, 2012.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

O ENSINO DE LITERATURA: INSTRUÇÃO OU FRUIÇÃO?

Carla Wessel

RESUMO: A presente pesquisa objetiva pôr em foco como as práticas escolares têm encaminhado o trabalho com texto literário, contemplando, assim, que papel a Literatura assume na escola, qual o trabalho desenvolvido pela biblioteca escolar e qual é o conceito que os alunos têm acerca da Literatura. O desenvolvimento desta pesquisa é pautado sobre os seguintes procedimentos metodológicos: a primeira etapa, de natureza teórica, voltada para o embasamento bibliográfico, explana como deve ser a abordagem do texto literário na sala de aula e, por fim, a elaboração do relatório final, pautado na análise dos dados recolhidos que revelam uma abordagem equivocada do texto literário pela escola, que, por vezes, encaminha o trabalho com esse tipo de texto de modo a tratá-lo como um texto utilitário, desprezando, assim, as suas peculiaridades. Ora, o texto literário é sobretudo polissêmico, simbólico e alegórico e assim deve ser lido. Para tanto, o professor deve conhecer essa linguagem e, a partir dela, conduzir seus alunos a uma leitura completa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Escola. Educação Literária. Leitura do Texto Literário.

ABSTRACT

This research aims to bring in focus how school practices have done with literary texts, so then which role the Literature assumes in the school, what the developed work is done by school library and what is the concept that students have about the Literature. The development of this research is guided on the following methodological procedures: the first theoretical stage, which is under a bibliographic base, explains how it should be the study of literary texts in the classroom, and finally, the final report based on analysis of collected data that reveal a misguided approach of literary texts by school, which sometimes, leads the work with this type of texts to an utilitarian work, disregarding their peculiarities. Now, the literary text is particularly polysemic, symbolic, and allegorical and it must be read. Therefore, teachers must know this language and from it, lead their students to a complete reading.

KEYWORDS: Literature. School. Literary Education. Literary Text Reading.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa desdobra-se no seguinte questionamento: Vista a sua característica estética e, portanto, polissêmica, o texto literário tem sido abordado adequadamente na escola de Ensino Médio?

Assim, a justificativa para este projeto se firma em duas constatações: a primeira, sobejamente veiculada em resultados de inúmeras e diferentes pesquisas realizadas na área da textualidade, dá conta de que a escola ainda

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

trata o texto de forma equivocada, usando-o, conforme Bragatto Filho (1995), como mero instrumento auxiliar para o ensinamento linguístico ou manual de boas maneiras. Dessa forma, o texto literário possibilita, por sua riqueza polissêmica, uma tomada de consciência do real imediato do leitor, tornando-o assim, mais capaz de dar significação à vida e captar seu entorno de forma mais crítica. Ainda há um outro grande equívoco, quando do trabalho com o texto literário: além de tratá-lo como um frio veiculador de informações, a escola, por vezes, limita todo o encanto da obra a uma classificação estética e teórica, ou seja, não ocorre a troca de vivências e emoções entre o leitor e o texto. Em outras palavras, não há a oportunidade de o aluno sentir-se atraído pelo que lê e, ao mesmo tempo, ser capaz de identificar traços de estilo do autor ou escola literária presentes no texto.

A segunda constatação vem de nossa experiência como docente: a ausência de uma disciplina específica para a Literatura (exceto em algumas escolas privadas) deixa um vácuo na formação de nossos educandos, que só conhecem esse gênero como forma de pretexto para o estudo das regras da gramática da língua portuguesa.

A apresentação da obra **A Literatura em Perigo**, de Todorov (2009) ao público brasileiro, afirma que, na escola,

a literatura – pelo menos de maneira direta, isto é, mediante a leitura de romances, contos, poemas etc. – não participou de sua formação [do aluno] intelectual e afetiva (...) o contato maior que o aluno do ensino médio tem com texto literário de fato se dá nas abonações e exemplos que auxiliam na compreensão das regras e formações da língua portuguesa.

Segundo Silva (2001, p. 03) observamos

ainda a tendência para um ensino da Literatura abstrato, fragmentado e desvinculado da realidade do aluno sem uma análise crítica dos textos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

e autores. A prática mais usual se detém em autores canônicos, para exemplificação de determinada "escola" em que se inserem. Assim, evidencia-se a existência de um bloqueio dos adolescentes que não gostam do que lêem na escola, porque a leitura recomendada não lhes desperta o interesse.

Valendo-se da comparação metafórica estabelecida entre a obra **Admirável Mundo Novo**, de Aldous Huxley, Klebis (2008) aponta dois traços distintos e presentes nas práticas de leitura das escolas públicas brasileiras: uma, de caráter traumático, a qual ele compara com as crianças "delta" – que foram submetidas a experiências dolorosas quando se aproximavam dos livros – e outra, de caráter afetivo, a qual ele compara com as crianças "alfa" – que eram incentivadas em relação ao convívio com os livros.

Referindo-se a políticas educacionais, o autor afirma que estas "elegeram como meta o 'desenvolvimento' de leitores", em detrimento ao "envolvimento" dos estudantes com os livros, com a biblioteca" (KLEBIS, 2008, p. 35). Esta constatação teve como base o seguinte conceito: desenvolver significa afastar-se daquilo que se pretende conhecer ao passo que envolver significa entregar-se ao objeto de estudo.

Partindo do pressuposto anterior, Klebis (2008, p. 36) comentou ainda que,

a respeito da leitura, é necessário também que haja, primeiramente, um processo de 'envolvimento' entre os estudantes (aqui tomados como leitores em formação) e os textos, os livros, as coisas a serem lidas, para que, posteriormente, seja possível que uma relação significativa e cada vez mais complexa – e cada vez mais consciente de sua complexidade – se 'desenvolva' entre eles.

Já com o enfoque sobre a escola, o autor afirma que nesta o texto é trabalhado de forma direcionada para a produção de resultados - provas,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

questionários, resumos -, o que gera um certo preconceito para com a leitura fruição.

Atento às bibliotecas, Klebis (2008, p. 38) ainda nos leva a notar que esse espaço, símbolo da leitura, revela um ambiente “nada convidativo aos leitores iniciantes”: rigor na preservação do acervo (o que inibe a circulação dos livros entre os leitores), “silêncio absoluto”, móveis pouco confortáveis, “punição” para as devoluções em atraso, além de “pouco investimento” governamental e ausência, muitas vezes, da figura do bibliotecário.

Klebis (2008, p. 36) também comenta a postura dos professores em todo esse processo e nos revela que estes “apóiam-se numa visão escolarizada da leitura, muitas vezes pautada pelo autoritarismo e pela burocratização”.

Klebis (2008, p. 44) ainda afirma que,

Em relação à leitura e à formação de leitores, cabe às escolas, às bibliotecas escolares e, sobretudo, aos professores, o engendramento de condições mínimas para que as relações entre os leitores iniciantes e os livros se deem para uma aproximação, um convívio, de um ‘envolvimento’, que, se não se produz de forma absolutamente espontânea, tampouco se constrói pela obrigatoriedade.

Portanto, a leitura e a formação de leitores na escola dependem de três fatores fundamentais: a própria escola – que deve tomar noção de sua dimensão cultural -, a biblioteca – que necessita de fomento para que se torne, verdadeiramente, um espaço instigante da leitura - e o professor – que, assumindo sua condição humana, poderá envolver os leitores e revelar “a ‘cara humana’ da leitura no espaços escolares” (KLEBIS, 2008, p. 44).

Não se trata de desmerecer a educação formal, deseja-se apenas que a didatização da leitura no espaço escolar contemple todos os aspectos acima citados.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Assim, partindo desta visão acerca da presença da Literatura na escola, esta pesquisa objetiva identificar o papel da literatura no Ensino Médio de uma escola pública, investigar se a escola possui biblioteca e explorar como o bibliotecário desenvolve seus trabalhos, no que tange ao incentivo à leitura literária, analisar como o professor tem conduzido o trabalho com o texto literário em sala de aula e compreender qual o conceito que o aluno tem desenvolvido sobre a disciplina de Literatura em Língua Portuguesa.

2 METODOLOGIA

Levando-se em conta que o nosso objeto de estudo é o ensino da Literatura na escola, pretendemos desenvolver uma investigação qualitativa em educação pois, segundo Bogdan (1994, p.15), “na investigação pedagógica, o investigador é um praticante (um professor, administrador ou especialista educacional) ou alguém próximo da prática, que pretende utilizar a abordagem qualitativa para otimizar aquilo que faz”.

3 LEITURA LITERÁRIA E FORMAÇÃO DO LEITOR

O que nos interessa nesta pesquisa são as questões inerentes ao ensino da leitura literária, portanto acreditamos ser necessário explorar teoricamente os aspectos concernentes a este tema.

Segundo Ramos e Zanolla (2008, p. 28),

Atualmente, muito se discute sobre a qualidade do ensino no Brasil. Métodos, abordagens e concepções de educação são questionados, uma vez que a aprendizagem demonstrada pelos alunos em exames vestibulares, avaliações internas e externas está cada vez mais aquém do desejado. Tanto os resultados de avaliações quanto a observação cotidiana demonstram que, embora passem anos na escola, a maior

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

parte dos alunos sai da sala de aula sem adquirir as habilidades mínimas de leitura, escrita e cálculo.

Segundo Carvalho (2001, p. 57), a literatura pode ser tomada sob vários pontos de vista, a saber:

Na concepção sociológica a literatura é tomada enquanto manifestação cultural de diferentes estratos sociais e pode ser considerada de “agregação” para públicos menos exigentes e de “segregação” para públicos mais refinados. Do ponto de vista histórico, a literatura é a apreensão da realidade de diferentes sociedades, de forma a revelar-se enquanto fontes de pesquisa para a História. Por sua vez a Filosofia concebe a literatura enquanto arte e meio revelador da constituição existencial do ser humano.

Para a Psicologia a literatura é um modo de ler os símbolos que revelam a mente humana.

Na concepção da Artes, a literatura é a criação verbal capaz de exprimir o processo do ato criador.

A concepção linguística se vale da literatura enquanto função poética.

Entretanto, todas essas definições não dariam conta de conceituar o que é literatura. Para Lajolo (1993), a literatura nunca foi e nunca será um vocábulo passível de uma única significação, pois as concepções de literatura surgem de acordo com o momento histórico e com a expectativa de mundo dos leitores, como que um prolongamento de uma sociedade, de uma cultura. A esse respeito, Zilberman e Lajolo (2001, p. 55) afirmam que a função social da literatura só se afirma porque “[...] propicia um tipo de leitura que produz uma ruptura no interior das vivências do sujeito, apontando-lhe as possibilidades de outro universo e alargando suas oportunidades de compreensão do mundo.” Assim, podemos afirmar que “a leitura da literatura precisa ser pensada e proposta nas escolas e não apenas enquanto texto, sob o risco de se perder o

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

caráter dinâmico, transcendente e comunicacional que a literatura possui”. (CARVALHO, 2001, p. 58).

Portanto, ao se falar em ensino de literatura, é preciso também levar em conta que a literatura é uma arte que possui uma constituição estética, revela a realidade, cria um mundo imaginário a partir dessa realidade, possui caráter gratuito e desinteressado, satisfaz a necessidade de ficção e forma a personalidade do leitor.

Segundo Carvalho (2001, p. 58),

Não se pode esquecer da definição dada por Aristóteles, de que a literatura é, ao mesmo tempo, “dulce” e “útil”. É por esse dialética que ela deve ser concebida, pois o prazer e a utilidade implicam em extrapolação do objeto literário em direção a um sujeito com o qual ela se comunica. Daí porque defendemos a idéia de literatura enquanto um processo de comunicação entre um autor que escreve uma obra para ser lida por um leitor.

Se pensarmos dessa forma, pressupomos que a inserção do texto literário no universo escolar deveria pressupor o seu entorno, ou seja, as características dos sujeitos que terão contato com ele. Porém, o que temos notado é que o texto é introduzido na escola segundo normativas pré-estabelecidas em planejamentos e materiais didáticos. Levando em conta que um dos textos estudados na escola é o texto literário, concluímos que o ensino deste não implica em um envolvimento texto-leitor porque o ensino limita-se a explanação de regras e teorias. O ensino da literatura, muitas vezes, tem-se mostrado uma tarefa delicada na sala de aula, haja vista que o texto literário depreende características peculiares, portanto, distintas dos outros tipos de textos.

Para melhor compreender esse posicionamento, é fundamental resgatar o que Compagnon (1999, p. 31) entende por literatura:

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

No sentido mais amplo, literatura é tudo o que é impresso (ou mesmo manuscrito), são todos os livros que a biblioteca contém (incluindo-se aí o que se chama literatura oral, doravante consignada). Essa acepção corresponde à noção clássica de „belas-letas” as quais compreendiam tudo o que a retórica e a poética podiam produzir, não somente a ficção, mas também a história, a filosofia e a ciência, e, ainda, toda a eloquência.

Se pensarmos assim, todos os textos que circulam dentro e fora da escola poderiam ser classificados enquanto literatura. Dessa forma, o ensino desses textos não implicaria em uma metodologia diferenciada. Compagnon (1999, p. 32) afirma:

No sentido restrito, a literatura (fronteira entre o literário e o não literário) varia consideravelmente segundo as épocas e as culturas. [...] Desde [o século XIX], por literatura compreendeu-se o *romance*, o *teatro* e a *poesia*, retomando-se à tríade pós-aristotélica dos gêneros épico, dramático e lírico, mas, doravante, os dois primeiros seriam identificados com a prosa, e o terceiro apenas com o verso, antes que o verso livre e o poema em prosa dissolvessem ainda mais o velho sistema de gêneros.

Compagnon (1999), afirma que, segundo abordagem histórica, a literatura revela-se enquanto texto documental, isto é, legitimado do ponto de vista contextual. Em uma abordagem linguística, por sua vez, a literatura é a arte da linguagem, constituída de especificidades próprias, polissêmica e motivada esteticamente.

Já para Aristóteles, a literatura promove a purificação das emoções (catarse), enquanto instrui agradando e promovendo o deleite. Em relação à concepção humanista (ligada ao leitor burguês), o homem atinge o universal, à medida que atravessa o outro num percurso dialético que nega a sua individualidade.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Nas discussões sobre visões de literatura, verificamos em Compagnon (1999) que entre a decadência da religião e o início da ciência ela assumiu uma função moralizante, servindo, muitas vezes, de aparelho ideológico do Estado. Desse ponto de vista, a literatura pode ou não estar em acordo com a sociedade. Na antiguidade, a literatura foi compreendida como a imitação linguística (*mimêsis*) da ação do homem. A poesia didática, satírica e lírica foi excluída por Aristóteles da poética, pois não apresentavam a imitação.

Compagnon (1999) levanta que, a partir da metade do século XVIII, levando-se em conta o uso estético da língua, o belo foi concebido na literatura, em oposição a uma linguagem cotidiana. Assim, os formalistas deram ao uso literário da língua o nome de *literariedade*. Eles se opunham ao sentido de que a literatura representava o real ou registrava expressões do autor e acentuavam os aspectos da literatura levando em conta uma linguagem conotativa e tomando como critérios o estranhamento (renovação da sensibilidade linguística).

Jakobson (*apud* COMPAGNON, 1999) nomeou de “poética” uma das seis funções da comunicação. A função poética foi entendida como aquela que se voltava para a mensagem e abolia todos os demais elementos das funções (locutor, destinatário, referente, código e contato). Porém, “a literariedade não é mais questão de presença ou de ausência, de tudo ou nada, mas de mais e de menos (mais tropos, por exemplo): é a dosagem que produz o interesse do leitor.” (COMPAGNON, 1999, p. 42).

A desfamiliarização também não pode ser elemento restrito à linguagem literária, pois se assim o fosse, a publicidade seria literatura. Portanto,

[...] é uma sociedade que, pelo uso que faz dos textos, decide se certos textos são literários fora de seus contextos originais. Tudo o que se pode dizer de um texto literário não pertence, pois, ao estudo literário. O contexto pertinente para o estudo literário de um texto literário não é o contexto de origem desse texto, mas a sociedade que faz dele um uso literário, separando-o de seu contexto de origem. [...] Nenhuma diferença

98

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

de natureza entre um slogan publicitário e um soneto de Shakespeare, a não ser a complexidade. (COMPAGNON, 1999, p. 44).

Desse modo, percebe-se a literatura enquanto objeto artístico porque não se prende à veiculação da realidade apenas. Ela o faz de modo a suscitar o encantamento, o inesperado, o prazer. Assim, fica evidente que o ensino da literatura é um debruçar sobre as especificidades que este tipo de texto apresenta, pois o texto literário é atemporal e se renova a cada nova leitura. Segundo Trevisan (2005, p. 21), a leitura do texto literário:

[...] viabiliza uma realidade plural confirmadora das possibilidades de diferentes reflexos ou relações do leitor com o texto e é nesse processo contínuo de realizações múltiplas de significados a cada vez produzidos e modificados pelo leitor, em novas e diversas leituras, que reside o prazer de ler o estético, perpetuado no tempo histórico e renovado a cada revisitação do texto literário.

Ler não é apenas decodificar letras e palavras, mas estabelecer conexões com o mundo em que o leitor está inserido e permitir que letras e palavras sejam portas de entrada para o entendimento cultural, social e subjetivo. Em outras palavras, entre o que foi apreendido pelo leitor em conexão com seus conhecimentos subjetivos e exteriores a ele, aqueles que o cercam como ser social. Tudo isso possibilita suas tomadas de posicionamentos críticos, utilizando conteúdos em novas situações, ou seja, ler é interagir com o texto e com o mundo.

No caso do ensino de leitura, concebido em uma perspectiva de interrelação entre sujeitos, observamos a possibilidade de apreensão e gestão de conhecimentos científicos no âmbito escolar para a resolução ou reflexão de conflitos cotidianos, subjetivos e coletivos. É a leitura estabelecendo papel fundamental entre a subjetividade e o coletivo, é a oportunidade de significar o

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

mundo e o sujeito inserido nele por meio da linguagem arquitetada e em funcionamento por meio do ato.

Segundo Freire (1997), ler a palavra necessita de leitura prévia e contextualizada do mundo, pois antes de lermos as letras no papel, lemos as mensagens do ambiente do nosso contexto, daí a necessidade de nos tornarmos bons leitores antes da alfabetização formal, baseada no conhecimento técnico. No entanto, a escola coloca o texto escrito em primeiro plano e exclui os outros modos de transmissão do saber.

Aguiar (2003) aponta que nem sempre a leitura do mundo pode ser a única que o sujeito exerce. Na sociedade moderna, o domínio da cultura letrada é a base para o exercício da cidadania.

Ao realizar uma retrospectiva histórica, a autora nos faz perceber que as sociedades primitivas utilizavam fontes orais como forma de comunicação. Apenas dezessete mil anos depois é que os habitantes da Suméria criaram a escrita em placas de barro.

Mil anos antes de Cristo, os Fenícios inventaram o alfabeto: menos de trinta signos capazes de substituir inúmeros caracteres. Esta facilidade, que foi a criação do alfabeto, culminou na democratização do saber. Nesta mesma época, surgiu o primeiro livro, até então confeccionado com materiais leves – que facilitavam sua mobilidade – em rolo de folhas de papiros. Esse era o *volumen*. Desde o século III a. C., o pergaminho cortado em folhas e costurado em caderno tornou-se comum por ser mais barato e menos frágil do que o papiro. Esse era o *codex*.

Com o advento da imprensa, o livro, feito de papel, passou a obedecer a uma preocupação econômica: o livro era distribuído dentro de um grupo restrito e de acordo com os seus interesses. No século XVIII surgiu a figura do editor e o leitor tornou-se parte de uma massa consumidora anônima. Já no século XIX,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

a massa leitora passou a reivindicar a publicação de livros traduzidos em suas línguas nacionais, em outras palavras, o despertar das nacionalidades atingiu os livros.

A partir de 1848, na França, apostava-se no livro e na alfabetização como metas para a conquista da liberdade. Com o surgimento da escrita, as sociedades foram dividindo-se em cultas ou incultas. Diante disso, a Revolução Francesa esforçou-se em fazer chegar o livro a um maior número de leitores como mecanismo para promoção social. No entanto, cultura não pode ser sinônimo de cultura letrada, pois ler compreende muito mais do que decodificar sinais gráficos.

Em relação à leitura literária, de acordo com Aguiar (2003, p. 66), o texto literário pode encampar a “totalidade do real”, uma vez que ao abordar o “particular” acessa a amplitude dos temas que norteiam a vida dos sujeitos. Isso acontece porque o texto literário, “por não possuir caráter utilitário”, permite ao leitor “embarcar na ficção sem perder a noção da realidade” e a entregar-se em ato de gratuidade a sua significação única.

Para Aguiar (2003, p. 68), os vazios que o texto carrega consigo sugerem uma comunicação dinâmica que conduzem à atividade participativa do leitor. Há dois pólos que se estabelecem quando da concretização da leitura: o estético (o texto lido) e o artístico (a obra). Esse caráter dialógico que o texto literário apresenta permite ao leitor “concordar ou discordar do que ali encontra e posicionar-se diante do novo”. Ler um texto literário implica, portanto, em um exercício de seleção, pois a leitura só é possível quando dominamos um código e selecionamos aquilo que satisfazem a inteligência e a emoção.

Citando Jauss (1994), Aguiar (2003) afirma que o texto literário permanece vivo à proporção que se relaciona com o seu leitor, pois, a cada revisitação da obra, ela tem sua significação ampliada pelas diversas leituras, estabelecendo

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

constantemente os intercâmbios por meio das possibilidades da língua e do ato de ler. A aceitação da obra literária se relaciona com o conjunto de expectativas do leitor, incidindo na produção das obras e nas suas recepções. O que nos parece é que à medida que o horizonte de expectativas se amplia, a estética da obra também se modifica, pois uma obra que apresenta novidades em um determinado momento histórico pode não surpreender novos leitores, em outras palavras, uma obra que apresenta um sentido específico em uma determinada época, pode não apresentar em outras, de acordo com a movimentação da cultura em que ela está imersa. Essa incompatibilidade aponta uma relação efetiva entre obra e meio social, ou entre leitor e leitura. Se a percepção de um texto literário é renovada, o ato de ler também sofre alterações de acordo com o seu suporte, haja vista que não praticamos a mesma modalidade de leitura quando entramos em contato com os diversos gêneros textuais.

E é justamente esta a problemática que envolve o ensino da literatura. Os professores, a escola e os alunos enfrentam dificuldades para exercerem a prática de uma leitura completa do texto literário, que implica em tomá-lo como objeto de prazer e também desenvolver a leitura crítica do mesmo. Essa consideração nos leva para outra questão que é a formação do leitor crítico. Segundo Carvalho (2001, p. 59), “por leitor crítico entendemos aquele que tem competência para ler e compreender uma obra estética e tematicamente bem elaborada”. E isso pressupõe uma proposta de ensino gradativo. Segundo Carvalho (2001, p. 60),

nessa proposta os alunos iniciam lendo obras que estejam próximas de seus horizontes de expectativas, de seus interesses imediatos, de suas experiências de leitura para, gradativamente, chegarem à leitura de obras que ultrapassam o circuito cultural em que eles estão inseridos, ampliando assim os seu horizonte.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Porém, o ensino da literatura, a partir do conceito de literatura como um processo de comunicação, em que a comunicação não estaria meramente ligada à noção do transporte da mensagem do emissor (autor) por meio de um texto a um receptor (leitor) é constituída pelo processo de interação entre o leitor e o texto. A esse respeito, Arena (2006, p. 70) afirma que

[...] ler sempre será um ato considerado transitivo, realizado pelo leitor na relação com o material escrito, razão que determina, também, a relatividade da conceituação do leitor como crítico, porque há clara dependência entre o leitor, o conteúdo de sua ação e o gênero textual que materializa a enunciação. Afastadas as considerações dogmáticas e as expressões cristalizadas pela cultura escolar e pela cultura do mundo de produção do impresso, será possível elaborar considerações razoavelmente estáveis, mas não duradouras, sobre a criticidade do ato de ler.

Isso nos leva a crer que o ato da leitura sofreu alterações no decorrer dos anos, acompanhando a evolução das mídias, artes, tecnologia etc.; portanto, devemos também pressupor que as habilidades de leitura tenham se alterado para melhor se adaptarem ao contexto. Dessa forma, é importante ressaltar que “o leitor do livro é o mesmo da imagem e este pode ser o leitor das formas híbridas de signos e processos de linguagem, incluindo nessas formas até mesmo o leitor da cidade e o espectador de cinema, TV e vídeo (SANTAELLA, 2004, p. 16)”. Logo, surgem três tipos de leitores propostos por Santaella (2004): Leitor contemplativo (mediativo): é o leitor do livro impresso. Este é o leitor da idade pré-industrial, que tem em mãos um objeto concreto (o livro), o que lhe permite uma leitura ou releitura isoladas, silenciosas. Assim, segundo a autora (2004, p. 18), “esse tipo de leitor nasce da relação íntima entre o leitor e o livro”. Durante a leitura, a concentração desse leitor está focada, visto que, segundo Manguel (1996, p. 49) essa habilidade de leitura

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Envolve não apenas a visão e percepção, mas a inferência, julgamento, memória, reconhecimento, conhecimento, experiência e prática. Ler, então, não é um processo automático de capturar um texto como um papel fotossensível captura a luz, mas um processo de reconstrução desconcertante, labiríntico, comum e, contudo, pessoal.

Leitor movente (fragmentário): é o leitor da Revolução Industrial que convive com signos distintos e diversos, ou seja, é o leitor de um hibridismo.

É nesse ambiente que surge o nosso segundo tipo de leitor, aquele que nasce com o advento do jornal e das multidões dos centros urbanos habitados de signos. É o leitor que foi se ajustando a novos ritmos de atenção, ritmos que passam com igual velocidade de um estado fixo para um móvel. É o leitor treinado nas distrações fugazes e sensações evanescentes cuja percepção se tornou uma atividade instável, de intensidades desiguais. (SANTAELLA, 2004, p.29).

Leitor imersivo (virtual): é o que “navega entre nós e conexões alineares pelas arquiteturas líquidas dos espaços virtuais” (SANTAELLA, 2004, p. 11). Este é o leitor oriundo de múltiplas imagens sígnicas e contextualizado com um entorno repleto de comunicação virtual imediata, capaz apresentar uma sensibilidade perceptiva-cognitiva quase que momentânea, pois está acostumado com a linguagem transitória.

Assim, podemos delinear o perfil do leitor do século XXI e esse novo perfil condiz com a procura incessante de informações. Embora na sala de aula, gradativamente, tem se incorporado esses novos modos de ler, o leitor contemporâneo precisa desenvolver a habilidade de contextualizar o lido com o seu modo de ver o mundo. De acordo com Arena (2006), o *leitor* sênior (crítico) é aquele que possui a capacidade de interagir com um texto, dar-lhe significação, personalizá-lo. Segundo a metodologia proposta por Kugler (1978), a aludida relação entre o compreender e a personalização do texto na recepção fica clara se entender ‘compreender’ não como uma captação extra-dirigida por significado pré-projetado (aprender), nem como comentário explicativo de um texto.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Constitui-se o compreender, antes de tudo, pelo fato de que o sujeito que compreende percebe, juntamente com objeto da percepção, a si próprio, de tal modo que o compreender um objeto sempre inclui também a articulação do auto-conhecimento. Isto significa, no caso da percepção do texto, o simples reconhecimento do círculo hermenêutico, isto é, o aluno não pode, quando da leitura do texto, abstrair-se. Ele se apresenta literalmente como pessoa na recepção. Apresentar-se significa então que o aluno não pergunta inicialmente “O que significa este texto?” (tomando em consideração o autor, os destinatários, o problema proposto), mas pergunta na verdade o seguinte: “O que significa este texto para mim”.

Se estes elementos pessoais atingem a constituição coletiva do significado e são ali reforçados (contra a expectativa), o ensino literário poderia então ser personalizado, isto é, a leitura de responsabilidade subjetiva complementar-se-ia por meio de uma discussão dialógica e crítica sobre as experiências de leitura entre os alunos. A capacidade de crítica assim produzida não seria só a consequência de um encontro com textos, mas também com pessoas.

A origem etimológica da palavra texto é encontrada no latim e significa tecido. Se afirmarmos que tecido é um entrelaçamento de fios com alguns espaços vazados, vamos concluir que texto é muito mais que um amontoado de palavras: é um entrelaçamento de ideias que permitem a cooperação do leitor para sua troca significativa. Isso porque a obra literária não ocorre de maneira fechada, impermeável e completa; pois este, representando o mundo através das palavras, é marcada por vazios que, ao serem preenchidos pelo leitor, dão vida e dinamicidade ao escrito. Assim, Candido (1989, p. 45) afirma:

A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade.

Portanto, em atitude de gratuidade, o leitor completa as lacunas do escrito, dá voz ao texto, busca o que não está dito, dialoga com ele. Isso porque o texto literário instiga os sentimentos do leitor, ao mesmo tempo em que amplia o seu conhecimento de mundo, visto que uma das necessidades fundamentais do homem é dar sentido ao mundo e a si mesmo. E o livro, sobretudo o de ficção, permanece, nessa situação, como veículo primordial preenchendo tal necessidade. Nesse caso, “a atividade do leitor de literatura se exprime pela reconstrução, a partir da linguagem, de todo universo simbólico que as palavras encerram” (AGUIAR, 1993, p. 15). Isso decorre do fato de que, como afirma Perrone-Moisés (2000, p. 71),

[...] a obra literária é sempre uma crítica do real, mesmo que essa crítica não esteja expressa, já que a simples postulação de uma outra realidade coloca o leitor numa posição virtualmente crítica com relação àquilo que ele acreditava ser o real.

Entretanto, é ainda Antônio Candido (1989) que defende o direito de todas as pessoas ao contato direto com a literatura para que se humanizem mais, explicando que, por humanização, entende-se maior capacidade de reflexão e discernimento, compreensão do mundo e generosidade, entre outros traços que tornam o homem melhor. Da mesma forma, Todorov (2009, p. 32) afirma que

[...] ela [literatura] nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido e mais belo. Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Do exposto, compreende-se a literatura como a experiência de se pensar, de se autoconhecer, pois a leitura literária promove a configuração do leitor enquanto ser humano em um determinado contexto.

A leitura de um livro submete-se às imposições e aos contextos determinados pelo leitor porque este não busca exatamente compreender o livro, mas compreender-se através do livro. Não há leitura inocente e neutra, o leitor vai ao texto com as suas próprias normas e valores que são modificadas pela experiência de leitura. “O sentido é, portanto, o efeito experimentado pelo leitor e não um objeto definido. O texto instrui e o leitor constrói” (COMPAGNON, 1999, p. 150).

Segundo Booth (1983, *apud* COMPAGNON, 1999), um autor nunca se ausenta da obra, mas deixa nela um co-autor implícito que a controla: o leitor. O leitor subtendido é uma construção textual imposta pelo leitor real. Assim, “o leitor é percebido simultaneamente como estrutura textual (o leitor implícito) e ato estruturado (a leitura real)” (COMPAGNON, 1999, p. 152).

O filósofo e antropólogo francês Morin (2001, p. 69) cita a literatura como parte de um dos “sete saberes necessários à educação do futuro”. Quando o autor trata da identidade humana, afirma ser da literatura e da poesia a função de “abordar o concreto das relações humanas com uma força extraordinária”. Assim, o autor reafirma uma verdade já esquecida pelas escolas: “ela [a literatura] não deve ser considerada como secundária e não essencial. A literatura é para os adolescentes uma escola de vida e um meio para se adquirir conhecimentos.”

Esse bem (a literatura) tem na escola um dos maiores caminhos para transmiti-lo, se pensarmos num país como o nosso em que a distribuição de renda é uma das mais cruéis, o que impossibilita a aquisição de bens culturais

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

por boa parte da população. Mas, para que a escola desenvolva a contento essa troca de bens culturais é preciso que o professor de Língua Portuguesa entenda esse objeto de trabalho e assim possa trabalhar com ele de acordo com as suas especificidades; pois, como afirmam os PCN's (1998, p. 26): “O texto literário constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética”. E é exatamente aí que está o grande nó a ser desfeito: repetimos que a escola (embora tenhamos observado progressos nesse sentido) ainda trata o texto literário com um fundo marcadamente pedagógico, delimitando, classificando e determinando certos períodos ou movimentos literários. Porém, este encaminhamento com o texto não é o desejável, como afirma Zilberman (1985, p.37),

[...] o que legitima o uso do livro literário na escola nasce, de um lado, da relação que estabelece com o seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante sua circunstância; e, de outro, do papel transformador que pode exercer dentro do ensino, trazendo-o para a realidade do estudante.

Porém, o aluno, segundo Barbosa (2010) tem se comportado como um sujeito passivo quando da sua interação com o texto, pois ele lê o que o professor recomenda, gostando ou não. Assim, quando acontece a leitura do texto literário, ela se dá apenas na busca da fruição ou então embasada na identificação de determinadas características de um estilo de época. Porém, essa atitude não implica um alargamento do conhecimento de mundo dos alunos porque limita a atividade de leitura a uma “taxonomia” do texto ou a uma busca forçada pelo prazer.

Por isso, só é possível pensar em leitura do texto literário quando esta prática levar em conta, além da forma e da estrutura, a enunciação deste. Arelado a este conceito, Bordini e Aguiar (1998, p. 53) afirmam que:

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

[...] a seleção dos significados se opera por força de um contexto que os justifica. Esse contexto é o da experiência humana, que confere valor a um sinal que em princípio é vazio e só passa a portar significado por um ato de convenção eminentemente social.

Com o intuito de buscar uma nova abordagem para a leitura do texto literário, Cosson (2007, p.17) propõe o uso da expressão *letramento literário*, que corresponde ao “processo de letramento que se faz via textos literários e compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso da escrita, mas também e, sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio”. Dessa forma, poderíamos abordar a cumplicidade texto/leitor, proposta por Cosson, tomando como exemplo o poema **Autopsicografia**, do poeta português Fernando Pessoa (1997, p. 209):

O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

E assim nas calhas de roda
Gira, a entreter a razão,
Esse comboio de corda
Que se chama coração.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Vale salientar que o ato de fingir, no poema, configura-se como o uso da imaginação criadora e transmutadora da realidade, sentida ou não, numa verdade poética.

Essa construção poética leva em conta alguns elementos da comunicação, a saber: emissor (o eu lírico), mensagem (o próprio poema – que reflete uma visão metalinguística) e receptor (o leitor). Nesse caso, Fernando Pessoa permite uma atividade de co-autoria, quando deixa claro que o processo criativo da escrita leva em conta tanto o autor, quanto o leitor, em atitude de solidariedade. Em outras palavras, Geraldi (2003, p. 166) corrobora para a afirmativa do ato solidário da leitura, a saber:

O produto do trabalho de produção se oferece ao leitor, e nele se realiza a cada leitura, num processo dialógico cuja trama toma as pontas dos fios do bordado tecido para tecer sempre o mesmo e outro bordado, pois as mãos que agora tecem trazem e trançam outra história. Não são mãos amarradas – se o fossem, a leitura seria reconhecimento de sentidos e não produção de sentidos; não são mãos livres que produzem o seu bordado apenas com os fios que trazem nas veias de sal história – se o fossem, a leitura seria um outro bordado que se sobrepõe ao bordado que se lê, ocultando-o, apagando-o, substituindo-o. São mãos carregadas de fios, que retomam e tomam os fios que no que se disse pelas estratégias de dizer se oferece para a tecedura do mesmo e outro bordado. É o encontro destes fios que produz a cadeia de leituras construindo o sentido de um texto. E como cadeia, os elos de ligação são aqueles fornecidos pelos fios das estratégias escolhidas pela experiência de produção do outro (o autor) com que o leitor se encontra na relação interlocutiva de leitura.

É necessário que essa competência crítica esteja frequentemente presente durante a leitura. Para isso, é preciso fornecer ao nosso aluno-leitor a chance de refletir sobre o que leu, de sentir o que leu; é preciso renegar o caminho da interpretação única do guia de leitura ou do professor, pois no dizer de Lajolo (1993, p. 44), “cada leitor, na individualidade de sua vida, vai entrelaçando o significado pessoal de suas leituras com os vários significados

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

que, ao longo da história de um texto, este foi acumulando”, ou seja, cada leitor lê e dá significado ao que leu a partir de sua história, que aliás é única, e a partir do contexto criado pela escola para que essa autonomia se faça.

Porém, o que tem intrigado muitos professores de Língua Portuguesa e Literatura é justamente o fato de que, em um pequeno espaço de tempo, faz-se necessário, além de trabalhar os conteúdos relativos à sua disciplina, despertar os alunos para o ato de leitura.

Neste impasse literatura fruição e literatura instrução confundem-se, ao passo que a escola exige quantidade, mas a leitura completa exige qualidade. Endente-se, aqui, por leitura completa, o fato de tomar posse de um texto, entregar-se a ele, mas também saber analisá-lo criticamente. Porém, esta expectativa levanta exatamente o oposto daquilo que é proposto nos PCN's, a saber: o aluno ideal é aquele que “deve ser considerado como produtor de textos, aquele que pode ser entendido pelos textos que produz e que constituem como ser humano (...) o homem visto como um texto que constrói”. (BRASIL, 1998, p.139).

Há de se chegar a um consenso acerca da abordagem literária na escola, visto que, enquanto os PCN'S pregam a formação crítico-participativa dos alunos dentro e fora das escolas, o mesmo governo que o idealizou, muitas vezes, não prepara professores capazes de formar cidadãos críticos e participativos.

Silva (2010, p. 64) afirma que as famílias enviam seus filhos para a escola a fim “aprender a ler” e, conseqüentemente, “ler para aprender”. Isso implica em estar capacitado para “compreender os diferentes tipos de texto que existem em sociedade e, assim, poder participar da dinâmica que é própria do mundo da escrita”. Portanto, essa expectativa social deve estar embasada na premissa de que o professor tende a “observar criticamente o que ocorre em sociedade.”

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Porém, esta postura não é a única condição necessária para uma mudança nas práticas de leitura. Segundo o autor, é preciso que se construa uma “nova pedagogia da leitura” que consiste em variar e sequenciar gradativamente as leituras “de modo que ocorram desafios cognitivos ao leitor”. Além disso, é preciso desenvolver a autonomia no aluno para que este possa, partindo de suas experiências de leitura, “detectar outros materiais relacionados ao tema sob estudo.”

Diante disso, a pergunta que se faz é a seguinte: Como desenvolver as potencialidades de leitura do texto e do contexto dos nossos alunos? Segundo Silva (2010, p. 66), “o estatuto de criticidade da leitura pode ser conseguido através da organização de dinâmicas pedagógicas que permitam aos leitores trabalhar com três movimentos de consciência: o constatar, o cotejar (refletir) e o transformar”. Dessa forma, o leitor lê as linhas, reflete o que leu (as entrelinhas) e gera novos sentidos para o texto. Daí a afirmação de que a leitura é a produção de um novo texto, permeado de experiências, visões de mundo e potencial linguístico de seu leitor.

Porém, Silva (2010, p. 66) afirma que os “professores eliminam os dois movimentos mais ricos da leitura, quais sejam, o cotejo e a transformação”, ou seja, a leitura na escola não leva à reflexão e à reconstrução porque é “rigorosamente cristalizada pelo professor e/ou pelo livro didático” e também pelos questionários engessados “que funcionam como verdadeiras camisas-de-força à liberdade interpretativa dos leitores”. Dessa forma, o aluno passa a ver a leitura como uma obrigação de descobrir a visão que o professor deseja que ele descubra, portanto a leitura torna-se institucionalizada. Segundo Barbosa (2010, p. 31):

A escola está imbuída da função de legitimar tipos de leitura. Dentro desse processo, o professor é detentor da leitura ‘ideal’ que, por ser ‘ideal’, é a ‘legítima’, aquela que deve servir de modelo. Em decorrência disso é que se estabelece a necessidade de o aluno seguir aquele

112

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

modelo. Esse tratamento homogeneizante em relação à leitura é, na verdade, uma forma de hierarquização institucionalizada dos leitores, via sentidos atribuídos à leitura.

Dessa forma, há uma grande incoerência entre o que se ensina nos PCN's e aquilo que se espera na prática, e o resultado desse abismo é a incerteza quanto ao ensino da literatura na escola, que tem formado alunos que não gostam de ler porque não compreendem o que estão lendo.

Assim, a literatura foi reduzida a uma espécie de ferramenta - que leva os alunos à descoberta do prazer de ler - e a um recurso didático que torna “erudito” o ato de ensinar regras e normas gramaticais. Mas o ensino da literatura deve desenvolver no aluno habilidades que o permitam entender/apreender as leituras que lhes são propostas, visto que ler por ler ou ler para aprender gramática, levará os alunos a um vazio cultural ou à incapacidade de opinar sobre tudo aquilo que o circunda.

O professor poderia caminhar no sentido de desenvolver, em seus alunos, uma leitura completa, que consiste em instigar o prazer pelo texto e, ao mesmo tempo, consolidar a bagagem cultural do aluno, pois o texto literário atua como organizador da mente e depurador da sensibilidade, num mundo de valores conturbados.

Porém, a questão que se coloca é a seguinte: como trabalhar a literatura de forma completa, se a própria metodologia do trabalho docente parece não delegar espaço para esta postura? A saber:

Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocadas para um segundo plano. O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão / interpretação / produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura. (BRASIL, 1998, p. 139).

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Como relegar a história da literatura a um segundo plano? Para inserir o aluno num contexto social através da língua se faz mister que ele consolide sua bagagem cultural, para que entenda e opine acerca do que lê. Se o texto literário for utilizado apenas como pretexto para a leitura, ocorrerá uma desvalorização cultural, pois o resultado dessa leitura será inócuo.

Assim, torna-se clara a importância do professor, enquanto mediador desse conhecimento, visto que, segundo Bordini e Aguiar (1998), o ensino de Literatura deve ter diretrizes que norteiem os trabalhos nas salas, porém deve partir do professor uma postura ativa na escolha dessas diretrizes, uma vez que o mesmo está na sala de aula e sabe o que seus alunos de fato precisam. Se o professor se omitir dessa missão, verá passar por si um batalhão de alienados enquanto cidadãos e seres humanos.

Se o trabalho educativo, desprovido de uma orientação metodológica, deságua num ensino caótico e ineficiente, por outro lado a utilização de um método definido não afiança o sucesso do ensino de literatura na escola brasileira. A aplicação passiva de qualquer método, sem se levar em conta as condições circunstanciais da sala de aula, ou a excessiva preocupação com as técnicas desvinculadas dos conteúdos que lhe devem servir de suporte, burocratizam o ensino, determinando sua perda de significação ante o alunado. (BORDINI; AGUIAR, 1998, p. 47).

Pensando, ainda, na questão levantada pelos autores, de que o ensino deve possuir significação para o alunado, atentamos para o fato de que a leitura literária, centrada na leitura estética em detrimento de uma aquisição simplista de leitura literária, suscita uma significação cultural, humana, visto que esse leitor poderá estabelecer inter-relações que dialogam com o seu contexto, trazendo um maior significado para aquilo que ele aprende na escola.

Assim, é importante o reconhecimento do aluno enquanto protagonista desse ato de recepção textual, pois, conforme afirma Orlandi (1984), no

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

momento de seleção daquilo que será lido, devemos levar em conta o histórico de leituras do receptor para que o texto possa abranger maior significação. Dessa forma, chegamos à conclusão de que “a leitura estética deve, portanto, ser introduzida como objeto cultural no universo crítico do receptor”. (TREVISAN, 2000, p. 80).

Tendo em vista que o leitor preenche as lacunas que permeiam o texto, podemos afirmar que ele se entrelaça ao escrito. A respeito dessa entrega para o texto, Barthes (2004, p. 8) afirma ser o leitor uma espécie de contra-herói social, à medida que, ao entregar-se ao ato de ler, abole as barreiras, as classes, as exclusões, suporta “mudo, todas as acusações de ilogismo, de infidelidade”, permanece, “impassível, diante da ironia socrática (levar o outro ao supremo opróbrio: *contradizer-se*)”. Sabendo, ainda, que, quando acontece a leitura que preenche as lacunas, há a união da voz do autor à voz do leitor, Barthes afirma que “então o velho mito bíblico se inverte, a confusão das línguas não é mais uma punição, o sujeito chega à fruição pela coabitação das linguagens, *que trabalham lado a lado: o texto de prazer é Babel feliz*”.

Quando pensamos que os alunos têm o direito à leitura da literatura, devemos pensar também que o professor, enquanto mediador, pode garantir a autonomia crítica aos seus alunos. Para isso, portanto, é necessário que o mediador tenha um comportamento empático (colocar-se no lugar do outro) frente ao leitor, pois ao perceber o mundo como o outro, ou seja, como o aluno, terá condições de perceber também as limitações e/ou necessidades desse outro com maior nitidez.

A mediação aflora o pertencimento, ou seja, o leitor deve ver-se nos enredos. Assim, o enfoque deve estar no leitor, pois é ele quem preenche/liberta o texto pelo seu contexto, visto que

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

[...] ler é conhecer e construir uma concepção de mundo, é ser capaz de compreender, analisando e posicionando-se criticamente frente às informações colhidas. A leitura permite exercer, de forma mais abrangente e complexa, a própria cidadania. (VILLARDI, 1999, p.4).

Não podemos negar os equívocos, quanto ao encaminhamento do texto literário na escola. Ou faz-se uma leitura superficial, para a extração e identificação de normativas gramaticais ou poéticas, ou realiza-se uma leitura interpretativa, sem levar-se em conta o momento de enunciação do texto, que envolve as relações dialógicas entre leitor/autor e combinações signas no texto. Lembrando que a poesia é um dos grandes frutos gerados pela literatura, concordamos com Trevisan (2000, p. 90) quando a autora argumenta, sobre a importância do trabalho com esse gênero na escola:

Ora, se a poesia é uma estrutura comunicacional específica (que se abre à criatividade do leitor, na produção de sentidos legítimos tanto para o texto como para a vida), a tarefa do leitor só pode ser a de buscar (com prazer) a adequação do papel modelizante dos signos à concepção de mundo veiculada pela obra; tarefa, aliás, esquecida pela própria escola, como dissemos anteriormente.

Alguns equívocos, quanto ao encaminhamento do texto literário na escola, poderiam ser evitados se, para atingir o objetivo descrito nos PCN's (BRASIL, 1998, p.22), que visa ao “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, a escola delegasse importância à literatura, sabendo que esta tem o poder de interligar a formação humana (enquanto fruição) à estruturação de uma autonomia intelectual (enquanto instrução). Enfim, levando em conta essa via de mão dupla pela qual o professor deve encaminhar o trato do texto literário, poderíamos resumi-la, em consonância com Barthes (2004, p. 61): “*Prazer do texto*. Clássicos. Cultura (quanto mais cultura houver, maior, mais diverso será o prazer”.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Porém, é importante salientar que o prazer nem sempre é o único fruto da leitura, pois, como afirma Arena (2003, p. 54) o ato da leitura não é intransitivo, ou seja, deve haver um porquê, uma razão para se ler. Entre as tantas expressões veiculadas em pesquisas e projetos de leitura, a saber: “hábito, gosto e prazer de ler”, o autor afirma que a discussão deveria se deslocar para uma “preocupação com os agentes e com a leitura, transferindo-a para o que poderia ler o leitor e quais os comportamentos que deveria exercitar para se tornar melhor leitor do material”.

Assim, o autor compara a leitura a uma “dama companheira de múltiplos objetos”, ou seja, a leitura não deveria ser mais referenciada apenas como “leitura”, mas como “a leitura de”. Dessa forma, pressupõe-se que, ao instigar o hábito ou o prazer pela leitura, deve-se também criar um contexto que satisfaça uma necessidade criada pelo leitor. Da satisfação desta necessidade poderão surgir o “prazer ou o desprazer, o que implica entender que prazer é uma sensação produzida pelo leitor, mas não é necessariamente consequência da leitura” (ARENA, 2003, p. 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber, diante das reflexões e análises apresentadas nesta pesquisa, que o ensino da literatura apresenta-se como uma tarefa complexa já que, em se tratando da leitura do texto literário, é importante refletirmos sobre as especificidades que esse possui, esclarecendo os objetivos que permeiam a abordagem da literatura na vida escolar do aluno. Assim, essa pesquisa buscou: identificar o papel da literatura no Ensino Médio de uma escola pública, investigar se a escola possui biblioteca e explorar como o professor readaptado, que exerce a função de bibliotecário, desenvolve seus trabalhos, no que tange ao

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

incentivo à leitura literária, analisar como o professor tem conduzido o trabalho com o texto literário em sala de aula e compreender qual o conceito que o aluno tem desenvolvido sobre a disciplina de Literatura em Língua Portuguesa.

Para discutirmos sobre a funcionalidade da Literatura no período escolar, foi preciso definir qual o papel que se pretende que ela desempenhe. Como apontado nesta pesquisa, é bastante comum, em sala de aula, o estudo de Literatura ser baseado em questões que se distanciam do “saber literário”. Como exemplo, é possível citar as práticas recorrentes de estudos literários como pretexto para o conhecimento das normas gramaticais, bem como a ausência de uma disciplina específica para a Literatura.

Vale ressaltar que a intenção presente nesta pesquisa não foi desconsiderar os métodos preconizados pela escola. Contudo, encarar esses métodos sob uma única perspectiva é, sem dúvida, tornar o ensino da Literatura superficial, uma vez que esse objeto artístico necessita da subjetividade, da conotação, da pluralidade de leituras para ser apreciado. Espera-se mais da escola, da formação do professor de língua portuguesa, da valorização e implementações adequadas das políticas educacionais como agentes transformadores e formadores da cidadania. É importante considerar o ensino de Literatura como premissa para formar leitores críticos e, portanto, capazes de desenvolver uma leitura completa, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

A gestão do conhecimento literário e de linguagem que o professor e a instituição escolar apresentam para o ensino de língua e de literatura e, reiterando o que foi dito acima, um cuidado especial com a formação do professor e com as políticas educacionais.

Para que isso se concretize é preciso que a pesquisa seja um subsídio permanente para o ensino e que a leitura da literatura, em sala de aula, não fique

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

apenas no nível primário da compreensão afetiva e cultural do leitor, nem em atividades engessadas. Portanto, é importante que a literatura seja um encontro entre pessoas e que ela possa contribuir para as vivências (humanas, culturais, intelectuais) de quem a lê.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, S. P. Literatura e visão de mundo. In: RESENDE, Lucineia Aparecida (org.). **Leitura e visão de mundo: peças de uma quebra cabeça**. Londrina: Atrito Art Editorial, 2005.

AGUIAR, V. T. **A formação do leitor**. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. Conceito de Leitura. In: CECCANTINI, J. L. C. T.; PEREIRA, R. F. (Orgs.). **Pedagogia cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa**. São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2003.

AMORA, A. S. **Introdução à teoria da literatura**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

AMORIN, G. (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2008. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

ANNIBAL, S. F.; BARBOSA, R. L. L.; BOLDARINE, R. F. Leitura, escrita e livro: determinantes de práticas culturais e desenvoltura social. **Leitura: teoria e prática**, Campinas, v. 28, n. 55, nov., 2010.

ANNIBAL, S. F.; BOLDARINE, R. F. Leitura como prática sociocultural. In: GUIMARÃES, A. T. (org.) **Língua e literatura: Machado de Assis na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2012.

ARENA, D. B. Alunos, leitores e bibliotecários: uma rede a ser construída. **Leitura: teoria e prática**, Campinas, v. 29, n. 57, 2011.

_____. Considerações sobre o estatuto de leitor crítico. In: BARBOSA, R. L. L. (org.) **Formação de educadores: artes e técnicas, ciências e políticas**. São Paulo: Ed.UNESP, 2006.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

_____. Nem hábito, nem gosto, nem prazer. In: MORTATTI, M. R. L. (org.) **Atuação de professores – proposta para a ação reflexiva no ensino fundamental**. Araraquara: JM, 2003.

AZEVEDO, R. Formação de leitores e razões para a leitura. In: SOUZA, R. J. (org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.

CARVALHO, N. C. Leitura literária: processo de comunicação literária. In: AGUILERA, V.; LÍMONI, L. (orgs.). **Entrelinhas, entretelas: os desafios da leitura**. Londrina: Ed.UEL, 2001.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria**. Literatura e senso comum. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

COSSON, R. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2007.

CZELUSNIAK, A. Melhores alunos leem por prazer. **Jornal Gazeta do Povo**. Curitiba, v. 267, p. 08-10, nov. 2011.

DUARTE, M. Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EISENSTEIN, E. L. **A Revolução da cultura impressa - os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GARNICA, A. V. M. Um ensaio sobre as concepções de professores de Matemática: possibilidades metodológicas e um exercício de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 34, n. 3, sept./dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15179702200800030006&lang...>. Acesso em: 20 fev. 2011.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.
- HOUAISS, A. **Dicionário básico escolar Koogan-Larousse**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1981.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO (Brasil). **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.
- ISENSEE, A. S. **A leitura literária na formação humana: um olhar discente**. Blumenau, 2004. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.
- KLEBIS, C. E. O. Leitura na escola: problemas e tentativa de soluções. In: SILVA, E. T. (org). **Leitura na escola**. São Paulo: Global, 2008.
- KOCH, I. J. **A inter-ração pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KUGLER, H. **Literatur um kommunikation**: Stuttgart, Ernst Klett, 1978. Tradução de Carlos E. Fantinati. (texto digitado).
- LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIMA, L. C. (org.) **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOIS, L. **Teoria e prática da formação do leitor: leitura e literatura na sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MARIA, L. **O clube do livro; ser leitor – que diferença faz?** São Paulo: Cultrix, 2009.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

RIOLFI, C. Quebras na escrita, surpresas para quem escreve: o percurso subjetivo da formação do professor de língua portuguesa. In: CALIL, E. (Org.) **Trilhas da escrita: autoria, leitura e ensino**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço: o perfil do leitor imersivo**. São Paulo: Paullus, 2004.

SANTANA, M. **Dicionário de expressões**. São Paulo: Cultrix, 2001.

SILVA, E. T. **O ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, F. M. **Estilo de Época: a literatura no ensino médio**. In: IVEDIPE – Encontro Estadual de Didática e Práticas de Ensino. Goiânia: UFG, 2011.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA NETO, A. **Formação do leitor e cânone literário: relações entre as orientações curriculares e as práticas docentes**. Criciúma, 2008. 11f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa/naturalista. – Problemas epistemológicos. **Educação e Seleção**, jan./jun. 1983.

SUTTANA, R. **Fim do verão**. São Paulo: Virtual Books, 2010.

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

TREVISAN, Z. **As malhas do texto**. 2. ed. São Paulo: Clíper, 2000.

_____. Z. P. Leitura do literário: os efeitos de sentidos do estético no século XXI. In: RESENDE, L. A. (org.). **Leitura e visão de mundo: peças de uma quebra cabeça**. Londrina: Atrito Art, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VILLARDI, R. **Ensinando a gostar de ler: formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

ZILBERMAN, R. **A Literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1985.

ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. **O preço da leitura**. São Paulo: Ática, 2001.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

O SER CAÓTICO E A SOCIEDADE NO LIMITE

Adilson Veiga e Souza
Atilio Augustinho Matozzo
Guilherme Ribas Taques
Laryssa Karas

RESUMO: O ser humano vive em meio às mazelas da sua própria existência, produzindo, em si mesmo efeitos do caos como uma forma de construção da sua moral. Assim, para que haja o crescimento do sujeito é necessário que haja sofrimento, como forma de ultrapassar barreiras construídas pelo próprio ser em meio ao tempo em que vive. Vencer esses obstáculos significa, para o ser, servir como modelo de vivência, sendo referência. Este trabalho questiona justamente esse posicionamento, não seria muito mais fácil não ter que passar pelo caos? Seria, mas não haveria valor na vida. Desse modo, dividimos nosso texto em três partes, levando em consideração que o ser precisa vivenciar o seu medo e não reclamar durante todo o tempo. A primeira parte questiona a criação do caos pelo próprio ser, para que a sua vida tenha valor; a segunda busca entender como que a felicidade está ligada a dor e ao caos; por fim, a terceira parte desenvolver um olhar crítico sobre as virtudes do ser em meio à felicidade e o caos.

PALAVRAS-CHAVE: Caos. Felicidade. Filosofia. Sociedade.

ABSTRACT: The human being lives amid the ills of their own existence, producing in itself effects of chaos as a way of building their moral. Thus, for there to be the subject of growth there must be suffering as a way to overcome barriers built by the very being in the midst of time in which he lives. Overcome these obstacles means to be serve as a living model, and reference. This work rightly questioned this position, I would be much easier not having to go through chaos? It would be, but there would be no value in life. Thus, we divide our text into three parts, taking into account the need to be experiencing your fear and not complain at all times. The first part questions the creation of chaos by being, so that your life has value; the second seeks to understand how that happiness is linked to pain and chaos; Finally, the third part of developing a critical look at the virtues of being in the midst of happiness and chaos.

KEYWORDS: Chaos. Happiness. Philosophy. Society.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, como indagador de sua própria existência, desenvolve-se em meio ao processo de causa e efeito, o qual o constitui no delinear de sua história. As escolhas são determinantes, por isso, resíduos das más escolhas, que um dia foram realizadas, sempre retomarão, de forma aguda e sem anestesia, justamente em um tempo de sobriedade, não mental, mas de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

vivência, provocando o sofrimento, elemento mais importante para o homem, pois é o motivador das mudanças.

Para Schopenhauer (2011, p. 113):

O sentido mais próximo e imediato de nossa vida é o sofrimento, e se não fosse assim, nossa existência seria o maior dos contra-sensos, pois é um absurdo imaginar a dor infinita, que nasce da necessidade essencial à vida, da qual o mundo está pleno, é meramente acidental e sem sentido.

Nossa receptividade para a dor é extraordinária, já que estamos sempre em busca dela, seja para que mudanças aconteçam, seja para chamar a atenção de alguém. A regra para a construção do caos é a infelicidade, que emerge, no mundo pós-moderno, como uma faca pontiaguda que destrincha a existência do ser não deixando chances para reações estabilizadoras, já que o ser emocional não mais tem forças e dá lugar ao ser da dor, do sofrimento e da angústia.

Memorialisticamente as sensações mais tenras de sofrimento são delineadas em parcelas de tempo, mesmo assim a sensação de que o caos foi instaurado é maior que as possibilidades de ajuste da dor, isso que define o ser humano como o próprio prólogo do sofrimento, para Schopenhauer (2011) é aí que se encontra o fundamento da negatividade do bem-estar, já que ninguém deixa de lado os efeitos do caos, formando uma famigerada positividade da dor.

O ser insiste em viver em um modelo cartesiano, projetando em sua existência um parâmetro de vida que traceja o tempo como ferramenta de manipulação de si e dos outros e se isso não der certo, o início do caos projeta a dor e a busca pela piedade, socraticamente não estamos delineando um processo de causa, mas de busca para entender os princípios de angústia de ser em meio ao caos que nos mesmos provocamos para que a piedade e as mudanças nos instituem como seres melhores, meta e fisicamente.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Desse modo, este trabalho irá discutir possibilidades do ser nas transformações temporais como a construção de um eu melhor, não em sentido pleno, mas um eu real que não projeta, mas vive a intensidade do tempo que lhe é de direito, provocando no outro a responsabilidade da construção de uma sociedade não estagnada que espera pela piedade, mas que promove a acesso aos direitos, à vivência e a felicidade nos preceitos kantianos, tendo na dor a experiência de ser.

Assim, dividimos essa discussão em três partes: na primeira apresentaremos prospectos sobre a vida e a construção do eu em meio à projeção do caos; na segunda buscaremos o delineamento do ser meio a construção da felicidade e, por fim, discutiremos o ser como provocador da dor e da piedade, o qual transborda necessidades de viver em meio à morte de seu eu.

2 CONFIGURAÇÕES DA VIDA EM CAOS, OU APENAS UM AMANHECER EM DIFICULDADE

A projeção de uma vida centralizada em modelos cartesianos serve como um acalento à dor da existência numa sociedade considerada desestruturada e perdida em meio às demandas da pós-modernidade. O medo das projeções realizadas para o futuro sequer se estabiliza no presente, o pensamento sobre aquilo que não se conhece e o projetar sobre o não conhecer determinam o quão é importante para o homem sofrer. Para Sócrates, isso não passa de um princípio de ignorância (no sentido de não saber), pois não ignorância maior do que supor saber o que não se sabe.

As suposições são as roldanas da força motriz do ser humano, pois supor está no projetar e no estabelecimento de metas contraditórias que confluem em um sistema universal de vida: a busca pelo que é bom. Ninguém quer o mal,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

ninguém quer o sofrimento, mas por que há o provocar de ambos? Para que o conflito entre o sentir e o existir possa ser mais valioso quando se estabelecer a vitória do bom contra o ruim, do bem contra o mal. Eis a construção de nossos enredos de vida, conduzimos o nosso pertencer por meio do inevitável sofrimento causando pelo eu em deriva no ser, no constructo da vitimização e do sofrimento.

Para Sócrates é muito melhor sofrer a injustiça do que cometê-la, mas aos produzimos uma reflexão sobre essa máxima, resta-nos a indagação a respeito das injustiças que produzimos contra o nosso eu, não o deixando livre pelo simples fato de que a dor provocada pelo instante em que vivemos deve ser necessária, para que o gosto de ter passado por isso, ou ter vencido o mal, seja maior, mais triunfante, caímos, novamente, no enredo do heroísmo, não comum ao reles mortal, mas aos melhores e de detentores do poder, o qual nunca é um poder intelectual, mas de pertencimento. Isso tudo determina um princípio poético de nossa existência.

A determinação de um campo espiritual, como reforço da existência e apego à superioridade do nosso próprio ser auxilia o tráfego pelo caos, o que acaba transformando o homem em matéria e, supostamente, em um organismo que vive apenas em relação ao tempo que lhe é de direito, mas e seus feitos, como ficam? Não se acaba apenas em carne e as contas não são acertadas como se estabelece, para tanto, a ideia de que sofrer em vida e vencer esse sofrimento com a ajuda metafísica alivia o pensar de que poderá haver, pós *mortem*, mais sofrimento antes de navegar nas nuvens do paraíso.

As intermitências do ser em sofrimento fazem com que a própria existência dos outros seres faça mais sentindo, mas não seria mais simples se não houvesse o sofrimento? Mas o caos se transformou na mais pura manipulação do eu, projetando uma vida de nefasta sensação baseado no outro

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

que poderá ser o controlador total do eu, servindo de regulador do sofrimento, já que a liberdade de ser não está em nossas determinações, mas compreensão de eu em meio ao caos em que vivemos.

Tracejamos a visão do poeta e ensaísta Edgar Allan Poe (1999, p. 203) que afirma:

Há pessoas, bem sei, que, ocupando-se em tentativas para atingir o inatingível, adquirem mui facilmente, por força do jargão que empregam, entre aqueles que se pensam pensadores e para os quais profundidade e escuridão são sinônimos, uma espécie de reputação de profundidade turva; mas a mais bela qualidade do Pensamento é ter conhecimento de si mesmo e, com pouco engano, pode-se dizer que nenhum nevoeiro do pensamento pode ser maior do que aquele que, estendendo-se até os limites do domínio mental, furta à compreensão até mesmo esses limites.

Conhecer a si mesmo antes de projetar a vivência social é uma tarefa socraticamente difícil, pois somos programados para buscarmos modelos cartesianos de vida que sobreviveram ao caos humano e experimentaram o sofrer, pois somos movidos pela menor bagatela de sofrimento que possa nos abater. Podemos passar momentos tenros e perfeitos durante o dia, mas um simples deslize no decorrer do tempo será lembrado com maior força do que os bons momentos. Cabe, aqui, uma nova indagação: o bem sempre, realmente, vence o mal? Para Schopenhauer (2011) o fundamento da negatividade da felicidade e do bem-estar em oposição à positividade da dor se fundamenta nesse ponto.

O mal tem vencido o bem para que o haja uma superioridade do bem quando as tormentas passarem, mas será mesmo um mal, ou a projeção de que há algo errado e com a real necessidade de um combate? Com isso podemos pensar nos movimentos do intelecto humano, o qual deveria ser o moderador e o combatente do caos, pois explicações e soluções imediatas à dor seriam lançadas e determinadas não sendo necessário curar o espírito/alma, mas a

128

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

consciência, pois ela provocará as dores futuras, refugando a reconstrução penosa da moral do ser ao vencer a intermitências da vida. Desse modo, nunca a moral será reestabelecida, e o ideal kantiano será um mero rabisco na instabilidade do ser, provocada pela angústia infinita do viver.

Para Kant (2010, p. 57):

A moral já é em si mesma uma prática no sentido objetivo, como um conjunto de leis que ordenam incondicionalmente, segundo as quais *devemos* agir, e é um evidente absurdo, depois de se ter concedido a este conceito de dever sua autoridade, ainda querer dizer que, porém, não se *pode* obedecer.

O caos é estabelecido para que a ordem moral tenha mais valor, isto é, viver moralmente em uma sociedade sem caos não é tão válido quanto ter moral em uma sociedade anárquica e sem valores. Assim, é-nos mais glorioso passar pelas duras penas da vida, nos momentos mais difíceis de um amanhecer doloroso do que estarmos glorificados em um mundo igualitário, justo e sem dor.

Mas viver em um mundo perfeito aniquilaria a compaixão, força que move a humanidade, pois nossa infelicidade é acalentada pela nossa observação do outro, eis a força da alteridade, que sofre mais do que a nós mesmos, aí nos damos por satisfeitos e seguimos os rumos tortuosos de nossa vida esquizofrênica e autista.

Sim, nossos amanheceres de sofrimento são necessários para que nos sintamos com vida, já que utopicamente o projetar da melhora sempre nos é útil. Para Schopenhauer (2011, p. 115) “a felicidade de um certo curso de vida não é avaliado segundo suas alegrias e prazeres, mas sim como positivo, pela ausência de sofrimento [...]”, vamos mais longe, ampliando essa afirmação no consenso da construção de nossa teoria, pois não seria a ausência do sofrimento que causa da felicidade, mas combatê-lo e vencê-lo, pois a catarse se estabelece nisso, já que desta forma “vencemos na vida”.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Uma máxima prolixa, já que vencer tem se configurado como uma forma mais valiosa de viver. Nascer em berço de ouro e ter tudo o que quiser parece, hoje, não representar o valor de uma vida, pois não há sofrimento. Pobre senso comum, como não há sofrimento, se o ser em existência já faz parte de um caos causador do sofrimento, mesmo que não seja necessário ou real, o sofrer é primordial para o processo de valia. Para Nietzsche (2012, p. 45) “nenhum mal nasce em ti, a não ser aquele que brota da luta das tuas virtudes”, virtudes essas que se configuram em meio ao combate do caos, vencê-lo é se transformar digno em meio à desapropriação da moral.

Lutamos pela moral e nada melhor que configurar, segundo Kant (2010), um princípio exaurido na fé, ou na projeção de um acreditar. Já para Durkheim (2009, p. 66) diz que:

Os atos que tendem não mais a conservar, mas a desenvolver o meu ser, não teriam maior valor moral? Sim, ainda, se eu procuro me desenvolver não por um interesse pessoal, nem mesmo por um interesse estético, mas para que esse desenvolvimento tenha efeitos úteis para outros seres além de mim. Mas, se procuro somente desenvolver minha inteligência e minhas faculdades para brilhar, para prosperar, para fazer de mim uma bela obra de arte, meu ato jamais será considerado moral.

É o que o ser humano faz, desenvolve o ser para que este tenha o conhecimento para si, o esforço, as dificuldades são para si o mecanismo de autoglorificação e apropriação do direito moral do existir. Mas e o princípio social? O ser para si também aflige o sujeito o transformando injusto.

Os problemas mundanos nunca nos deixarão livres, pois nossa liberdade se mescla a ter moral para estar livre, mas não é o que fazemos para sermos livres, mas como fazemos. Eis o fel do caos estabelecido em nosso projetar, na vivência mais simples do cotidiano com noções básicas de dever e poder sancionadas a todo o momento por alguém que nos serviu de modelo. Na práxis

130

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

isso ocorre quando alguém morre, geralmente não estamos com essa pessoa em nossa mente, mas a sua morte provoca a sua aparição, aí nos lançamos à memorialística das coisas boas projetadas por essa pessoa, mas e as más? Essas somente em vida, pois ele precisa pagar, sentir e remoer os seus erros também no plano terrestre, para termos a certeza de que ele pagará, pois não há definição de nada ao longo do pós *mortem*.

Assim usurpamos a vida do outro, numa projeção descabida do sofrimento em meio ao caos de ser. Em todos os nossos anoiteceres pensamos que o próximo dia será melhor, desejo intenso e providencial, mas nós somos pessoas melhores para configurar um amanhecer melhor? Na maioria das vezes não, apenas projetamos melhoras, não nos transformamos em melhores, já que sempre nos resta o princípio da dúvida como mecanismo regulador do nosso ser. Enquanto descansamos nosso corpo nossa mente produz a dor, para que não haja descaso, mas dúvidas sobre amanhecer, sobre o ser. Na verdade, se nos embebedássemos de conhecimentos e, aos poucos, enveredássemos para o lado dos outros, ao invés dos outros para o nosso lado, poderíamos nos transformar e (re)transformar os outros. Mas muitas vezes nos encontramos aleijados em nossas ideias frustradas culpabilizando o outro por nossas falhas. Isso nada mais é do que falta de virtude nos moldes kantianos.

3 SER FELIZ, FELIZ SER

A *conditio sine qua non* para o movimento da felicidade está nos momentos em que o caos não domina ser, mas sem caos também não há o porquê ser feliz, já que a própria etimologia “felicidade” não existiria, não teríamos um estado a ser alcançado, todos seriam felizes, não seria mais uma condição temporal, mas um estado permanente do ser. Assim, a virtude, como

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

espaço para a conquista da paz perpétua se conflui aos resquícios da dor e do sofrimento.

O apego ao divino tem funcionado para muitos, levando em consideração o projeto kantiano, o próprio Schopenhauer (2013) delinea traços de apelo a uma força superior, que poderá, meio a filosofia moral e real, segundo ele, a existência e merecimento do ser nos mais altos rincões da felicidade, que muitas vezes pode ser tardia, mas não falhará. Mas vamos poupar um pouco a transcendencialização de métodos metafísicos que afirmam uma conduta do homem em virtude de uma existência nunca comprovada, mercantilizando a sua vida na terra em prol de uma paz perpétua em outros planos. O mesmo acontece quando se pensa em fazer o bem, para se ter o bem, ou para que seja bom. Quando o melhor seria fazer o bem para que nada tenha, como um princípio moral de cada ser humano. Doce ilusão que conduz essa discussão. Para o próprio Schopenhauer (2011 e 2013) eu estaria praticando heresias filosóficas, sendo um filósofo da indústria, mas não sou eu que me uno ao coro de louvor a algo que não se comprava fisicamente, pelo simples fato que o ser pode precisar de algo além do seu próprio ser. Amém aos gritos felizes, e a saída do templo, como fica? A luta diária para vencer o leão na arena do desafio, as dores e as fétidas feridas causadas pelo tempo transcorrido e não vivido, quem ajudará o ser a dar conta disso? A força metafísica da crença em um cosmos de soluções, mais uma vez o outro intercedendo pelo eu, que se esconde na fraqueza de ser, como um torturador de si mesmo. A vida como cilício que corrói até o osso e nada pode ser dito, pois a pena pode ser maior, vai que realmente exista a regulação da nossa existência por meio de uma força superior e que tem o dom da felicidade. Infelizmente, tudo isso é o que nos faz humanos.

Durkheim (2009, p. 71) mostra que “o que faz de nós, seres verdadeiramente humanos, é aquilo que chegamos a assimilar” no decorrer de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

nossa vida, dessa forma, mesmo vivenciado um fatigado estado espiritual como uma virtude humana e necessária para a conquista da moral, nunca deixaremos de ser humanos. A felicidade custa, realmente, muito, não capitalistamente falando, mas temporalmente, já que o tempo que dispomos para sermos felizes é escasso, na maioria silenciosa do tempo estamos apaziguando nosso sofrimento e carência do belo através do ter e não do ser.

Segundo Sócrates o que há de realmente honesto e belo nada concedem os Deuses os homens sem sacrifício e diligência, nada mais precisa ser dito, já que o belo para o humano está na práxis metafísica de temer algo maior que si mesmo e sofrer as penas provocadas por si, como uma controvérsia metafísica. Como isso é possível, se o compêndio da felicidade do ser está na sua redescoberta como sujeito centrado e capaz de produzir não apenas a sua felicidade, mas felicidades globais, transcendendo o eu para que auxilie a sociedade nas suas mais distintas e infinitas buscas pela felicidade, num contínuo e real convívio social.

A *priori* a constatação da necessidade do conhecimento como ferramenta fundamental para a reconfiguração do ser e de todos os seus princípios deve ser maior que a busca da felicidade por meio da moral, ou de regras intransigentes e desconexas em pleno movimento pós-moderno.

Para Sartre (2010, p. 42):

[...] todo conjunto da realidade é dado primeiramente como participado da consciência, ou melhor, como *consciência*: caso contrário, essa realidade jamais poderia *tornar-se* consciente, isto é, adquirir um caráter que seria estranho à sua natureza.

O autor se esquece de que a consciência, como essência fundamentadora do ser real, se estabelece em pequenos lapsos de sobriedade, já que na maioria das vezes o que determina o ser é o outro que lhe compõe e

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

as agruras dos desejos projetados para o futuro feliz e árduo que poderá ser construído. Sartre, como cartesiano que é, deixa de lado a esquizofrenia social e o autismo que comandam a sociedade na busca pelo ser ideal, moralisticamente construído e temente a algo que nunca viu. Seria muito mais fácil se o conjunto da realidade fosse determinado pela produção do ser, independente se sua consciência, para que um novo conceito de belo pudesse existir.

Agudamente ser feliz não significa um feliz ser, justamente porque a necessidade de sentir a dor do nada, como um pesar que assola a existência, da mais longa a mais breve, derrama sobre o ser as infinitas torturas de viver dias mais prósperos de moral e não de conhecimento, desvencilhando o homem de sua paz perpétua kantiana e produzindo um ser abstrato que usa traços da racionalidade para cumprir suas tarefas coordenadas pelo padrão engrenado socialmente, com pesar por não estar em outro tempo, mas como medo de pensar nesse processo, pois ainda seu sofrimento é pouco, comparado a outro ser que tem mais bocas para sustentar ou luta contra uma doença terminal. Eis modelo de motivação à felicidade constituída e mantida pela sociedade positivista que brada por liberdade, mas tem medo de morar sozinha.

4 A (IN)FINITUDE DO SOFRER: UM DELÍRIO DO SER

O medo tem sido o maior regulador da humanidade, logo o sofrimento faz parte do medo, porém necessário, o que modifica com o medo é o tamanho do sofrer. Nietzsche (2012, p. 148) aponta que: “não é a altura que terroriza é o declive! O declive donde o olhar se precipita para o fundo e a mão se estende para o cume”. Isso acaba dando ao ser inspiração para que não chegue ao fundo e se lá já estiver, palavras de consolo e tentativas inspiratórias para que ressurgja

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

fenixmente do nada são lançadas e acompanhadas da metafísica da fé pregado em modelos já banalizados.

A inspiração para o combate à dor e ao sofrer deveria vir do conhecimento do ser, da sua projeção intelectual, sem esquecer a sociedade que lhe dá aporte e ao mesmo tempo o tortura.

Rohden (2007, p. 100) mostra que:

A inspiração é, pois a idoneidade de receber o influxo do Infinito no Finito; de perceber algo do Absoluto para dentro do relativo; de canalizar algo do Todo para dentro da parte. Essa idoneidade é uma potencialidade, que admite alargamento e estreitamento, expansão e contração, majoração e minoração.

Como vemos, a inspiração é um processo completo, em que mais de uma força é envolvida, porém nós sempre a atribuímos apenas um acontecimento, ser, ou momento, facilitando o pensar e o esforço da devolutiva, a qual não está no cumprimento do dever de fazer algo inspirado, mas de servir como inspiração ao mesmo processo que nos ajudou. Como isso é possível? Deixando de lado a crença de que o sofrimento como fenômeno providencial deve ser aceito como destino do ser. As crenças não nos fazem humanos, nos fazem tolos.

Não há um fim para o sofrer, já está enraizado na vivência humana, acabar com o sofrimento também seria provocá-lo. É impossível controlar efetivamente o que se sente, logo haverá a dor em um eterno movimento cíclico. Cabe ao ser humano a não centralidade na dor e a construção de seus valores em seu ser, não no estar/pertencer, já que cada um de nós têm uma representação do mundo, bem como uma verdade em cada tempo vivido.

Viver na realidade tem sido cada vez mais difícil, a fuga que temporalmente se constrói para dar conta dos pensamentos em prol da melhora de vida acaba anulando as vivências do presente, servindo como uma forma metafísica e positivista de vida. Se não houvesse essa anulação, o viver real

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

faria do homem uma máquina manipulada pelo sofrimento e seu tratamento para com o outro seria mais ou menos assim: amigo da dor, companheiro do infortúnio, pobre diabo, etc. não mais teríamos os tratamentos formais aos quais nos acostumamos, todos seríamos seres moribundos dotados de dor.

A esperança de melhora deveria vir com passar do tempo, com o desenvolvimento do conhecimento, porém isso não se efetiva, o que se tem é a perspectiva de que o que é ruim irá piorar para que seja realmente válida a possibilidade de reconstrução da moral.

Prendemo-nos num delírio contínuo de sermos infelizes, com a possibilidade de superação, mas não esquecimento, do mal que nos cerca. Somos criados e educados desta maneira, acostumados com as intempéries da vida. O delineamento de um princípio de entendimento do ser seria o procedimento ideal para se estabelecer uma vivência configurada no conhecimento como fonte de solução dos problemas causados pela ausência do viver em meio tempo presente que se solidifica e não o vemos passar, apenas o recordamos com pesar como mais uma forma de sofrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As necessidades humanas sempre estiveram centralizadas no viver, mas não um viver legítimo, mas que lhe traga prazer e satisfação. Para que isso ocorra, o estabelecimento de dificuldades, ou o sentimento de dor e caos, sempre estão presentes construindo mazelas “nunca” esperadas. A cumplicidade com que a sociedade se apresenta nisso tudo define, como caráter legítimo, de que não pode ter vida sem dor. É típico do ser sofrer, nem que seja por poucas coisas, ou poucas horas. A necessidade do caos é iminente a todos, sempre.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Escrever um trabalho como esse, justamente durante o considerado século da psicologia, (re)produz uma inconsolável dúvida: o ser humano produz seu próprio sofrimento como uma forma de clamar pela atenção, seja humana ou divina? A resposta é simples, curta e já estabelecida pelo nosso texto: sim. É necessário a ele sofrer, a compaixão, etimológica e semanticamente falando, só existe porque alguém precisa dela, alguém precisa produzir a compaixão, mesmo que esteja sofrendo, pois seu sofrimento é menor do que do próximo, ao ajudá-lo há a sensação de dignidade extrema. Eis o sentido da vida para muitos e a busca da redenção.

As batalhas travadas pelo ser na reconstrução de sua moral estabelecem modelos de viver, o que, por sua vez, traz o certo e o errado, mais uma vez, como formas pré-definidas, pragmaticamente o há dois lados para que o sujeito siga, o modelo bom de viver, passando pelas dificuldades e encarando tudo como desafios, lamentando e mostrando lamento, bem como buscando piedade, ou o modelo ruim, que é não se preocupar com problemas, viver e deixar que o tempo faça o seu trabalho. Mas há algo errado nisso tudo, logicamente, já que o fator tempo integra a todos igualmente, a diferença é que um viverá no caos, o outro na tranquilidade.

Ao que parece aqui é que estejamos escrevendo uma teoria do vagabundo, o qual espera que tudo se resolva pelo próprio tempo, não é isso, mas sim uma tentativa de mostrar que toda a dor e caos é causada pelo que nós pensamos que está errado, sem mencionar o fato de que somos os culpados por tudo que acontece. Eis mais uma forma de sofrer, parece-nos cara a ideia de que podemos ter uma vida sem caos. O transgredir do ser também é natural, assim nunca terminará o sofrimento do ser.

A sensação de *mea culpa* é determinante para o ser, dessa forma podemos traçar inúmeras linhas teóricas, mas a práxis sempre interrompe o

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

pensar para apresentar novas formas de viver. O tempo, além do limite das vinte e quatro horas, passa a exercer profunda influência no viver do ser. Para tanto, discorreremos mais sobre esse assunto em outros textos, buscando tracejar linhas teóricas que possam, em sumo, alinhar-se à práxis, neste tentamos isso, esperamos que o efeito seja compreensível.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Trad. ANDRADE, Fernando Dias. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Trad. ZINGANO, Marco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. Trad. SOUZA, José Mendes de. Ed. Especial. Rio de Janeiro, 2012.

POE, Edgar Allan. **Poemas e Ensaios**. Trad. MENDES, Oscar; AMADO, Milton. 3ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

ROHDEN, Huberto. **Filosofia da Arte: a metafísica da verdade revelada na estética da beleza**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SARTRE, Jean Paul. **A imaginação**. NEVES, Paulo. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Da morte; Metafísica do Amor; Do sofrimento do mundo**. Trad. NASSETTI, Pedro. 7ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. **Sobre a vontade na natureza**. Trad. SILVA, Gabriel Valladão. Porto Alegre: L&PM, 2013.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE TRABALHOS E PROVAS NO ENSINO SUPERIOR

Adilson Veiga e Souza
Atilio Augustinho Matozzo
Daniel Alberto Machado Gonzales
Fernando Feliciano Guimarães
Guilherme Ribas Taques

RESUMO: A avaliação, enquanto processo fundamental no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, necessita de um planejamento que esteja além da prática, levando em consideração modelos teóricos e metodológicos acerca da avaliação, para que os resultados obtidos sirvam de fontes de dados para a realização de um diagnóstico do desenvolvimento do estudante, bem como do andamento da disciplina. A produção de provas, trabalhos e demais atividades avaliativas precisa de atenção, congruência e, principalmente, precisão de linguagem, comando e conteúdos abordados que façam jus ao que foi discutido e trabalhado em sala de aula. Dessa forma, há a globalidade entre o tripé aula-produção-correção. O presente trabalho foi desenvolvido, com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), com uma análise da Teoria Clássica de Testes (TCT), com o intuito de realizar uma reflexão teórica prática sobre o desenvolvimento de atividades, ou avaliações utilizando tais teorias, considerando que a função de elaborar avaliações não é uma tarefa fácil, apesar dos(as) professores(as) estarem acostumados(as) com a produção de questões (objetivas e discursivas), mas pedagogicamente devemos repensar nossas práticas, levando em consideração a competência e as habilidades de nossos educandos, visando o melhor desempenho e a produção de conhecimento, o que, automaticamente, representará uma maior expansão do sujeito em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Teoria de Resposta ao Item. Avaliação Diagnóstica.

ABSTRACT: Evaluation, as a fundamental process in the development of teaching-learning, needs planning that is beyond practice, taking into account theoretical and methodological models about evaluation, so that the results obtained serve as data sources for the realization of a diagnosis of the student's development, as well as the progress of the discipline. The production of tests, works and other evaluative activities needs attention, congruence and, mainly, precision of language, command and contents covered that do justice to what was discussed and worked on in the classroom. In this way, there is the globality between the class-production-correction tripod. The present work was developed, based on the Item Response Theory (IRT), with an analysis of the Classical Test Theory (TCT), in order to carry out a practical theoretical reflection on the development of activities, or evaluations using such theories. , considering that the function of preparing assessments is not an easy task, despite the fact that teachers are used to the production of questions (objective and discursive), but pedagogically we must rethink our practices, taking into account the competence and skills of our students, aiming at better performance and knowledge production, which will automatically represent a greater expansion of the subject in society.

KEYWORDS: Evaluation. Item Response Theory. Diagnostic Evaluation.

1 A IMPORTÂNCIA DA MATRIZ DE PROVA

A avaliação desempenha um papel central no processo educacional. Deve ser planejada no início do desenvolvimento curricular e não ser acrescentada ao final como um simples desfecho do projeto de ensino-aprendizagem. Os objetivos educacionais devem estar em estrita concordância com os objetivos delineados para a avaliação. Caso contrário, os objetivos da avaliação prevalecerão sobre os educacionais. É oportuno ressaltar que, invariavelmente, os estudantes estão sobrecarregados de tarefas e estudam somente as áreas do currículo nas quais serão avaliados. Dessa forma, a avaliação tem que se preocupar em validar os objetivos traçados pelo currículo. Os conteúdos e tarefas dos exames devem ser cuidadosamente planejados, considerando os objetivos traçados para a aprendizagem.

Assim, a elaboração de uma Matriz de prova deve ser o primeiro passo para a organização das avaliações, levando em consideração o Perfil do Egresso (P), as Competências e Habilidades (R) e os Conteúdos (OC). Conforme o modelo abaixo:

TABELA 1 – Modelo de Matriz

		R1	R2	R3	R4
Item 1	P1			OC3 D	
Item 2	P2				
Item 3	P3				OC2 F
Item 4	P4		OC1 F	OC4,8 M	
Item 5	P5				

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Fonte: Os autores (2020)

Nesse modelo, temos um exemplo de Matriz em que se leva em consideração as competências e habilidades em relação aos conteúdos estudados, compreendendo perfil do egresso. Os itens deverão seguir um parâmetro para os graus de dificuldade: fácil, médio e difícil, como está representado no quadro: Item 1, com perfil 1 do aluno (P1), com a competência/habilidade 3 (R3) e com o conteúdo 3, nível de dificuldade difícil (OC3 D).

A matriz é organizada conforme os perfis traçados nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), que por sua vez seguem as necessidades e especificações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior (DCNs). Segue abaixo um outro exemplo de Matriz, mais simplificada, na qual o parâmetro utilizado é o mesmo da tabela 1:

ITEM DIFICULDADE	PERFIL DO EGRESSO COMPONENTE	COMPETÊNCIA	BLOCO DE CONTEÚDOS
1 F	Compreensão do fenômeno humano e religioso na ótica do saber teológico, considerando o ser humano em todas as suas dimensões	II	I, X e XI

TABELA 2 – Modelo de Matriz simplificada

Fonte: Os autores (2020), com base na portaria do INEP/ENADE, curso de Teologia.

A Matriz segue o que está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior (DCNs), desse modo, é essencial que cada Projeto

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Pedagógico de Curso (PPC) esteja adequado às DCNs, bem como os planos de ensino de cada professor, como se apresenta no esquema abaixo:



Sugere-se, ao professor, o desenvolvimento da Matriz da prova para que possa visualizar toda a avaliação, repensando as suas práticas, conteúdos e metodologias a partir do resultado. Além do mais, a devolutiva para os alunos, que se instaura como uma das mais importantes fases da aprendizagem, torna-se mais prática e efetiva, pois os estudantes terão noção de suas fragilidades e potencialidades a partir da programação da matriz.

Outro ponto fundamental se concentra na elaboração da questão/item, pois justificar os distratores e o gabarito é de suma importância para a devolutiva da avaliação aos alunos, bem como para que seja desenvolvida a real prática avaliativa como um todo, abrangendo as competências e habilidades visadas no PPC e DCNs, para tanto, a matriz de prova irá mostrar como a estrutura e o desenvolvimento de cada item.

2 QUESTÕES OBJETIVAS: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS-PEDAGÓGICAS

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Orientações didáticas e orientações teóricas são importantes no processo de elaboração de questões/itens objetivas para que sejam redigidas de forma clara e precisas. Uma questão/item objetiva deve informar ao avaliado o que se exige dele e como ele deverá proceder. Erros comunicativos, decorrentes da má qualidade da questão, podem levar o estudante a um resultado negativo.

Assim, ao elaborar questões/itens para avaliar, é necessário atenção em alguns aspectos:

- **Comunicação eficiente:** linguagem clara e objetiva, vocabulário simples e apropriado aos conteúdos, as competências e as habilidades que são alvos da avaliação, para que o avaliando compreenda precisamente o que e como deve responder;
- **Metodologia de ensino:** o que está sendo avaliado deve sempre levar em conta o padrão de aprendizagem, o qual deve ser diferente da memorização, centrado no desenvolvimento do estudante por meio das competências necessárias para que ele desempenhe o seu papel em sociedade, cometendo menos erros possíveis. Assim, deve-se sempre prestar atenção para que se cobre na avaliação questões/itens em conformidade com a metodologia utilizada em sala de aula;
- **Concepção de aprendizagem, conhecimento e saberes:** avaliam-se, sempre, os conhecimentos adquiridos ao longo de um período de estudo, sejam eles conceituais ou factuais, mas o foco deve estar na aprendizagem por meio da competência desenvolvida, mostrando ao estudante como lidar com as habilidades adquiridas, dando-lhe as direções para que se transforme em agente de sua aprendizagem e do outro;

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- **Didática:** a estruturação da questão deve conter elementos que a torne atrativa para que haja empenho do estudante em respondê-la. Entra aqui, também, a mensuração do nível de dificuldade da questão/item: fácil, média e difícil;
- **Correção linguística:** deve-se garantir a presença de elementos de textualidade como: pontuação, coesão, coerência e conexão com os conteúdos e a linguagem utilizada em sala de aula;
- **Princípio de educabilidade:** avalia-se sabendo que nem todos aprendem da mesma forma e que os resultados da avaliação indicam o que cada estudante necessita como atendimento específico tendo em vista assegurar o seu desenvolvimento contínuo;
- **Nível ao qual a avaliação se destina:** qual é o grau de complexidade das questões em relação ao Plano de Ensino e à Ementa, bem como às competências abordadas, sendo que em uma avaliação deve-se dividir o nível de complexidade desta maneira: fácil 25% das questões, médias 50% das questões e difíceis 25%. Lembrando, ainda, que o que é avaliado e cobrado não é apenas o conteúdo, mas a competência/habilidade de resolver problemas e aplicar os conteúdos.

2.1 ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Para se produzir uma boa questão objetiva é necessário que:

- Haja a identificação das competências/habilidades, conteúdos e o perfil do estudante, com base no PPC e nas DCNs;
- Tenha o objetivo da avaliação e a Matriz em mente, voltados para o plano de ensino;

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- Retome os textos que disponibilizou/indicou aos alunos e que foram efetivamente trabalhados em sala de aula;
- Selecione os estímulos necessários, textos, tabelas, gráficos, imagens, etc., evitando colocar imagens e demais itens meramente ilustrativos;
- Evite textos longos e complexos, pois os alunos nem sempre são leitores fluentes;
- Tenha um comando simples e compreensível;
- Forneça todas as informações necessárias para a resolução dos problemas presentes na questão/item;
- O texto base tem que ser claro e retomar as competências trabalhadas em sala de aula;
- A questão precisa ser formulada de maneira direta;
- Evite que o aluno apenas erre, por não ter compreendido o que estava sendo pedido na questão;
- O comando esteja sempre de acordo com o que efetivamente se quer, ligado à competência/habilidade;
- As alternativas sejam compostas de gabarito (resposta correta) e distratores (respostas que não contemplam a aplicação real e/ou a resolução do problema), havendo apenas uma resposta correta;
- As justificativas para os gabaritos e distratores devem sempre ser redigidas, para que se possa usar nas devolutivas;
- Revise a questão, processos de grafia, coesão, coerência e demais processos que possam influenciar na resolução da questão.

2.2 RECOMENDAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE QUESTÕES OBJETIVAS

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

As orientações a seguir ajudam a eliminar os principais problemas que comprometem a qualidade e a eficácia de questões objetivas.

Orientações técnicas:

- Planejar a questão/item para avaliar a real aprendizagem do estudante, buscando encontrar soluções para as fragilidades e melhoramento para as potencialidades;
- Verificar qual é o tipo de questão/item mais adequada ao desenvolvimento dos conteúdos estudados em relação às competências/habilidades;
- Elaborar a questão de forma que estimule o exame crítico, a capacidade de análise e resolução de problemas;
- Focalizar, em cada questão/item, os tópicos mais importantes, deixando de lado as minúcias e os detalhes que não sejam essenciais;
- Redigir a questão/item com estilo próprio, evitando clichês;
- Produzir a questão/item de forma completa;
- Especificar bem o que se pede com termos precisos e que indiquem a base da resolução;
- Eliminar do texto base o que for supérfluo;
- Referenciar tudo o que for utilizar conforme as regras da ABNT;
- Escrever o que significam as siglas, caso utilize;
- Variar as solicitações que faz em cada comando;
- Evitar a utilização de termos como EXCETO, INCORRETO, ERRADO, NÃO, NENHUM;
- Redigir as questões/itens de forma resumida e clara, sem a repetição de expressões;

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- Evitar conteúdos que possam constranger, criar/gerar preconceitos, ou que abordem um viés controverso;
- Revisar a questão/item para que não contenha erros;
- Verificar a harmonia global da questão/item, desde o texto base até a dos comandos e alternativas;
- Eliminar ambiguidades, chavões e frases fragmentadas;
- Utilizar letra maiúscula para indicar a alternativa em entre parênteses (A), (B), (C), (D), (E) e sempre com cinco alternativas (de A a E);
- Iniciar as alternativas, de A a E, com palavras da mesma categoria gramatical;
- Começar o texto das alternativas com letra maiúscula caso seja uma questão/item que venha na sequência ao comando com dois pontos (:).

2.3 COMPOSIÇÃO DAS QUESTÕES (ITENS) OBJETIVAS

Deve-se ter em mente:

1 – Os objetivos;

2 – As competências e habilidades;

3 – Tipo de questão (item), que pode ser: asserção-razão, interpretação e resposta múltipla, seguidas de gabarito e distratores com justificativas (princípio de plausibilidade)

4 – A divisão das questões:

25% de questões fáceis – conceitos mínimos;

25% de questões difíceis – interdisciplinaridade (avanços);

50% de questões médias – serve de quantificador e qualificador do curso.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Além disso, as questões/itens objetivas são compostas pelas seguintes partes:

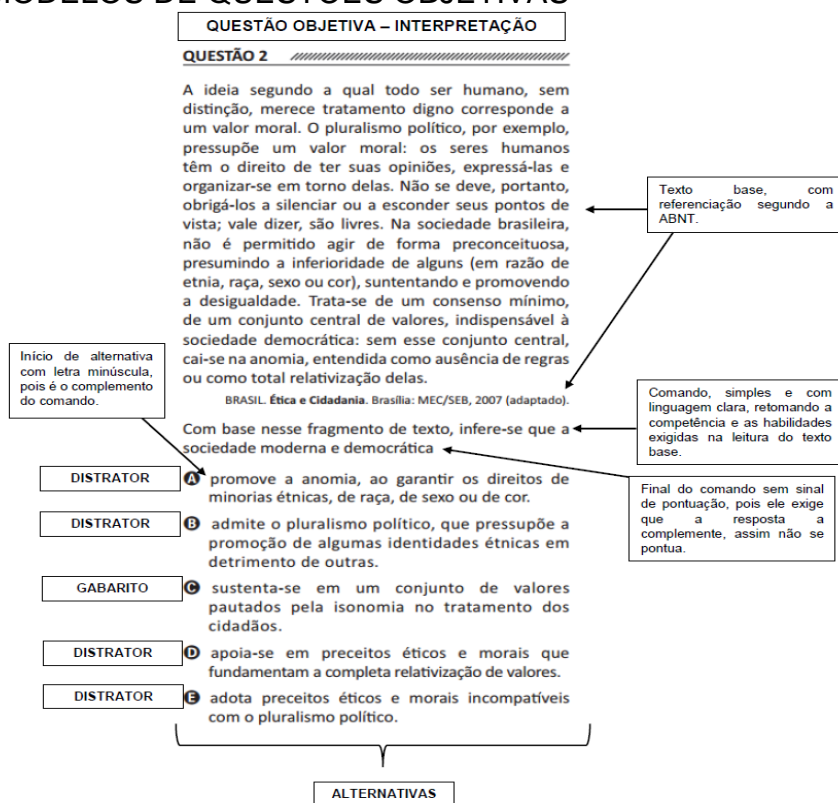
- **O texto base:** responsável por acionar o conhecimento do avaliado, servindo como uma direção ao que se pedirá o no item. De preferência deve ser retirado de uma referência clássica da disciplina/área.
- **O enunciado/comando:** é a instrução clara e objetiva da tarefa a ser realizada pelo estudante, aqui se define o nível de habilidade cognitiva requerida e que será avaliada. Pode ser uma pergunta, pode ser uma frase a ser completada ou respondida pelas alternativas.
- **Alternativas:** são as possibilidades de resposta, formadas pelo gabarito (alternativa correta) e pelos distratores (alternativas incorretas). Não se utilizam os seguintes termos: **nenhuma das respostas anteriores, todas as anteriores**. As alternativas não devem ser longas e repetitivas. Não devem empregar elementos que levem à resposta correta por exclusão e não se deve tornar uma alternativa falsa pela inclusão da palavra NÃO.
- **Gabarito:** única alternativa correta.
- **Distratores:** são alternativas incorretas, devem ser redigidas com aparência de resposta correta, mas sendo inquestionavelmente incorreta. Devem parecer corretas para aqueles que não adquiriram a competência e a habilidade exigida.

É adequado elaborar primeiramente a situação-problema (texto-base), depois o enunciado/comando e em seguida as alternativas. Deve-se observar também que o item correto não deve deixar dúvida. A situação-problema, o

enunciado e as opções devem ser coerentes, articulados e homogêneos. No processo de elaboração da questão deve-se evitar construções complicadas que possam induzir o estudante ao erro e sempre dar preferência às fontes primárias, utilizando textos que abordem temas adequados aos conteúdos estudados e as competências desenvolvidas.

Sempre utilizar as normas da ABNT, principalmente para referência de tabelas, textos, quadros, imagens, etc.

2.4 MODELOS DE QUESTÕES OBJETIVAS



Fonte: Prova de Conhecimentos Gerais ENADE, 2015.

TRIVIUM

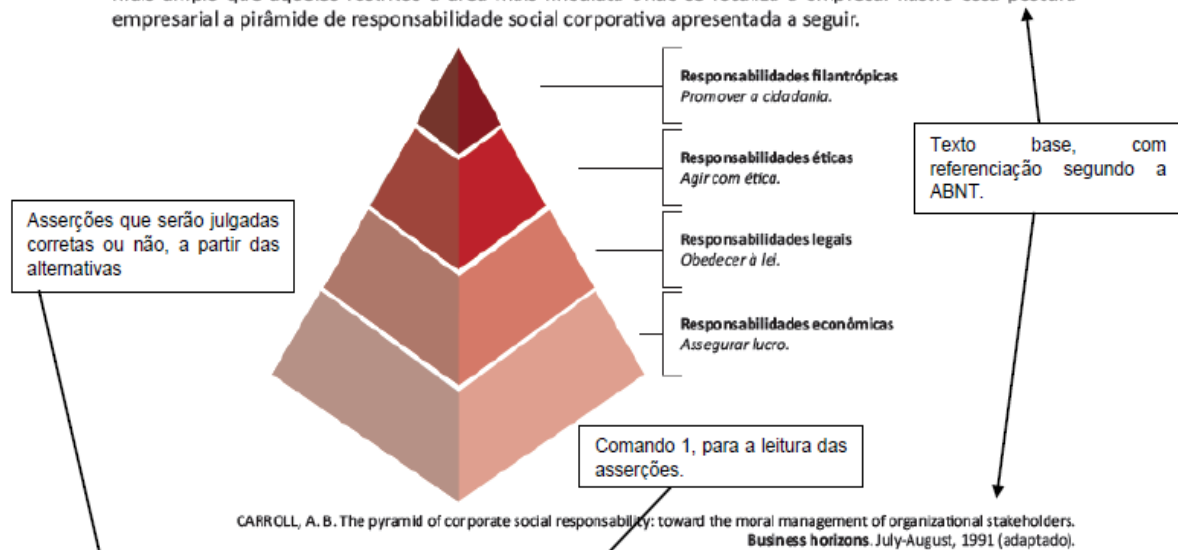
Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

QUESTÃO OBJETIVA – RESPOSTA MÚLTIPLA

QUESTÃO 3

A percepção de parcela do empresariado sobre a necessidade de desenvolvimento sustentável vem gerando uma postura que se contrapõe à cultura centrada na maximização do lucro dos acionistas. A natureza global de algumas questões ambientais e de saúde, o reconhecimento da responsabilidade mundial pelo combate à pobreza, a crescente interdependência financeira e econômica e a crescente dispersão geográfica das cadeias de valor evidenciam que assuntos relevantes para uma empresa do setor privado podem ter alcance muito mais amplo do que aqueles restritos à área mais imediata onde se localiza a empresa. Ilustra essa postura empresarial a pirâmide de responsabilidade social corporativa apresentada a seguir.



Com relação à responsabilidade social corporativa, avalie as afirmações a seguir.

- I. A responsabilidade social pressupõe estudo de impactos potenciais e reais das decisões e atividades da organização, o que exige atenção constante às ações cotidianas regulares de uma organização.
- II. À medida que a responsabilidade econômica de uma organização diminui, a responsabilidade social corporativa aumenta e, por conseguinte, a empresa passa a agir com ética.
- III. A concessão de financiamento para atividades sociais, ambientais e econômicas é fator relevante para a redução da responsabilidade legal empresarial.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas. **GABARITO**
- B II, apenas. **DISTRATOR**
- C I e III, apenas. **DISTRATOR**
- D II e III, apenas. **DISTRATOR**
- E I, II e III. **DISTRATOR**

ALTERNATIVAS

Comando 2, para encontrar o gabarito em meio aos descritores. Sempre perguntando sobre o que é CORRETO. Não se utiliza sinal de pontuação, porque é uma afirmação que será complementada pela alternativa correta (gabarito).

A organização das alternativas sempre será do menor para o maior, ou do maior para o menor, ou seja, em formato de trapézio. Assim como está nesta questão.

Fonte: Prova de Conhecimentos Gerais ENADE, 2015.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

QUESTÃO OBJETIVA – ASSERÇÃO-RAZÃO

QUESTÃO 4

Mais de um quarto dos presos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pinheiros I, na zona oeste da capital paulista, havia morado nas ruas. Há alguns anos, percebe-se progressiva mudança da população carcerária dos CDPs de São Paulo: além da tradicional parcela de acusados e condenados por crimes patrimoniais com emprego de violência ou por tráfico de drogas, passou a integrar o quadro prisional uma parcela da população sem histórico de violência, habitante, majoritariamente, das ruas do centro da cidade. Nos últimos três anos, o número de presos provenientes das ruas da região central da capital paulista aumentou significativamente; a maioria deles é presa pela prática de pequenos furtos e/ou porte de drogas. Os casos são, em geral, similares: pessoas dependentes de crack que vivem nas ruas e são flagradas furtando lojas ou tentando roubar transeuntes, sem o uso de armas. Como são crimes leves, os acusados poderiam aguardar a conclusão do inquérito em liberdade.

Disponível em: <<http://lbcrim.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 25 jul. 2015 (adaptado).

Tendo esse texto como referência e considerando a relação entre políticas públicas de segurança e realidade social nas metrópoles brasileiras, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. A presença de policiais nas ruas das grandes cidades brasileiras atende, em geral, à solicitação de lojistas, que constantemente se queixam da presença de moradores de rua dependentes de crack.

II. O encarceramento de moradores de rua viciados em crack que praticam pequenos delitos não resolve os problemas que afetam a população, como os de segurança, violência, saúde, educação e moradia.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I. **DISTRATOR**
- B As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I. **GABARITO**
- C A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa. **DISTRATOR**
- D A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira. **DISTRATOR**
- E As asserções I e II são proposições falsas. **DISTRATOR**

ALTERNATIVAS

Sempre neste tipo de questão deve haver o PORQUE introduzindo a resposta da primeira asserção, correta ou não.

A numeração das asserções sempre será em números romanos

Texto base, com referência segundo a ABNT.

Comando 1, para a leitura das asserções.

Asserções que projetam as competências e habilidades.

Comando 2, pedindo a resposta CORRETA em relação às asserções. Com o ponto final ao término da sentença.

Fonte: Prova de Conhecimentos Gerais ENADE, 2015.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

As principais características das questões objetivas são: objetividade; informação necessária à sua resolução; ordem gramatical direta; adequação aos objetivos estabelecidos no plano de ensino das disciplinas (ementas e matrizes); simplicidade no vocabulário; clareza na linguagem; precisão (uma única resposta correta); impessoalidade; ausência de adjetivos.

3 ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE QUESTÕES DISCURSIVAS

As questões/itens discursivas são mais abertas, necessitam de um cuidado maior em relação à produção, pois, mesmo que dependam do conhecimento adquirido pelo aluno, com base em suas competências/habilidades apreendidas, esse tipo de questão/item deve direcionar o avaliado a respostas concretas.

Deve-se ter claro o objetivo da questão/item para que o princípio avaliativo não seja prejudicado. Assim, deve-se prever que o avaliado defina, identifique, relacione, descreva, interprete, compare e contraste os conteúdos aprendidos com os problemas apresentados na questão/item.

Assim, observa-se alguns procedimentos técnicos-pedagógicos para a elaboração das questões/itens discursivas, que também são conhecidas como dissertativas, abertas, descritivas, tipo ensaio ou resposta livre, elas servem para avaliar a clareza, a coerência, coesão, estratégias argumentativas, vocabulário e correção gramatical do estudante, além do conhecimento adquirido, em forma de competência, sobre o assunto abordado.

Desse modo, deve-se observar o seguinte:

- Nunca improvisar na elaboração da questão/item, pois a resposta poderá fugir do esperado, dentro de um princípio avaliativo fidedigno.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- É aconselhável traçar os objetivos e a divisão da questão por peso na avaliação (valor real das questões/itens no rol de toda a prova);
- Verificar o nível de dificuldade, o qual segue o mesmo parâmetro das questões objetivas, fácil 25%, médias 50% e difíceis 25%;
- Deve-se sempre construir a questões/itens com um texto base, que motive o aluno a compreender o que se pede e que o leve à resposta;
- Tomar cuidado com a limitação da resposta, já que não poderá, via de regra, haver mais de uma resposta correta;
- Adequação do tema da questão/item ao nível do aluno;
- Estabelecimento dos aspectos a serem explorados na questão/item;
- Estruturação da questão de forma que o educando identifique imediatamente a linha de abordagem desejada;
- Evitar expressões vagas, como **“o que você sabe sobre”**, **“o que você pensa sobre”**, **“qual sua opinião”**, **“escreva tudo que sabe sobre”**, etc.

a) Nunca devem contemplar em seus enunciados:

- Discorra..., disserte..., dê sua opinião sobre...;
- Perguntas do tipo que, quem, quando, não avaliam habilidades complexas;
- Admitir resposta sim e não.

b) Os itens discursivos servem para que o estudante possa:

- Explicar e solucionar problemas apresentados;
- Aplicar o que aprendeu em situações novas;
- Fazer comparações ou classificações de dados e informações;
- Estabelecer relações entre fatos e princípios (causa e efeito);
- Analisar a propriedade das afirmações;

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- Analisar o valor dos procedimentos;
- Assumir posição favorável ou contrária a alguma conduta e sua devida argumentação;
- Demonstrar capacidade de síntese;
- Formular conclusões a partir de elementos fornecidos;
- Demonstrar capacidade de organizar, por escrito, as ideias trabalhadas de modo coerente e lógico.

c) As questões discursivas devem atender aos seguintes requisitos em seus enunciados:

- Ser escrita em linguagem simples, clara e sem ambiguidade;
- Evitar o uso de palavras, expressões, textos, fórmulas, figuras e tabelas que não tenham função;
- Definir claramente a(s) tarefa(s) a realizar, indicando a abrangência da resposta e os aspectos a serem abordados;
- Conter todas as informações necessárias para a resolução do item, fornecendo elementos como textos, informações técnicas específicas, tabelas, figuras e fórmulas que sejam necessários apenas à sua resolução e não apenas como elementos ilustrativos;
- É sugerido o uso de subitens na questão discursiva, pois ajudam o estudante a organizar melhor a sua resposta.

d) Respostas da questão discursiva: ao construir a questão deve-se elaborar também um padrão de resposta:

TRIVIUM


Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- Estabelecendo a resposta padrão ou esperada (identificando as partes fundamentais da resposta para serem usadas como referência na correção);
- Prever diferentes alternativas de respostas consideradas corretas;
- Prever o critério de atribuição de pontos.

3.1 MODELO DE QUESTÃO DISCURSIVA

QUESTÃO DISCURSIVA 1



A paquistanesa Malala Yousafzai, de dezessete anos de idade, ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2014, pela defesa do direito de todas as meninas e mulheres de estudar. “Nossos livros e nossos lápis são nossas melhores armas. A educação é a única solução, a educação em primeiro lugar”, afirmou a jovem em seu primeiro pronunciamento público na Assembleia de Jovens, na Organização das Nações Unidas (ONU), após o atentado em que foi atingida por um tiro ao sair da escola, em 2012. Recuperada, Malala mudou-se para o Reino Unido, onde estuda e mantém o ativismo em favor da paz e da igualdade de gêneros.

Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br>>
Acesso em: 18 ago. 2015 (adaptado).

A partir dessas informações, redija um texto dissertativo sobre o significado da premiação de Malala Yousafzai na luta pela igualdade de gêneros. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

a) direito das jovens à educação formal; (valor: 5,0 pontos)

b) relações de poder entre homens e mulheres no mundo. (valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Texto base, com referência segundo a ABNT. Na questão discursiva o texto base serve como um motivador para a resposta, pois estabelecerá os limites da problemática apresentada, auxiliando no desenvolvimento da resposta.

Comando, apresentando o que se quer do estudante e como ele deve fazer, como o processo é discursivo, geralmente se pede um texto dissertativo, exigindo alguns critérios.

Critérios exigidos pelo comando, os quais têm uma pontuação fechada, presente entre parênteses (5,0 pontos).

Delimitação da resposta em linhas, é necessário deixar esse espaço para que o aluno responda a questão, facilitando a correção. Sugere-se que não ultrapasse a 15 (quinze) linhas.

Fonte: Prova de Conhecimentos Gerais ENADE, 2015.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema educacional, muitas vezes, tem se apoiado na avaliação classificatória com a pretensão de verificar a aprendizagem ou as competências através de medidas, de qualificações. Este tipo de avaliação pressupõe que as pessoas aprendam do mesmo modo, nos mesmos momentos e tenta evidenciar competências isoladas. Ou seja, algumas, pessoas que por diversas razões têm maiores condições de aprender, aprendem mais e melhor. Outras, com características que não correspondem tão bem ao conjunto de disciplinas, aprendem cada vez menos e são muitas vezes excluídos do processo de ensino-aprendizagem. Isso acontece muito com o sistema numérico de atribuição de notas, o que acaba por marginalizar o aluno o caracterizando como incompetente e abaixo da média.

Essas orientações, que aqui apresentamos, preveem o desenvolvimento e produção de questões objetivas e dissertativas para as mais diversas avaliações no cotidiano do estudante universitário, levando em consideração a Teoria de Resposta ao Item (TRI), a qual prevê resultados e dados que servirão de base para o desenvolvimento das aulas, plano de ensino e das metodologias abordadas, tendo como princípio o desempenho do estudando a partir de suas competências e habilidades. Para tanto, consideramos no decorrer do documento dois tipos de avaliação, a formativa e a diagnóstica, as quais se complementam à TRI dando subsídio para o desenvolvimento do educando, bem como do professor em sua práxis cotidiana.

Assim, devemos levar em consideração que o educando produz conhecimento a partir do desenvolvimento de suas competências e habilidades ao que tange a aplicabilidade de conceitos e processos teóricos que

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

complementam a sua vivência, desse modo, a avaliação deve pressupor um processo de formação do estudante, por meio de diagnósticos apurados dos resultados obtidos.

Dessa forma, utilizamos a avaliação formativa como uma ferramenta com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades. Apontando a deficiência na organização do processo de ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações e assegurar o alcance dos objetivos. Essa avaliação é conhecida como formativa porque indica como os educandos estão se modificando em relação aos objetivos.

Sant'Anna (2001, p. 34) afirma que:

A avaliação formativa tem como função informar o aluno e professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios).

A avaliação diagnóstica é constituída por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar dificuldades encontradas.

A avaliação diagnóstica, se aplicada de forma integrada (currículo, Plano de Trabalho Docente e Planos de Aula) poderá reajustar o processo de ensino-aprendizagem dando ênfase ao ato de aprender, favorecendo as trajetórias subsequentes do caminhar escolar dos alunos.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

O diagnóstico do próprio processo de avaliação obriga o professor a tomar decisões que favoreçam o ensino, utilizando uma pedagogia que visa à transformação social do educando, comprometendo a avaliação com uma proposta histórico-social-crítica.

A necessidade de avaliar é um processo constante no ensino, não importando a norma ou padrão pela qual se baseie o modelo educacional. Não há como fugir da avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la mais eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo.

Luckesi (2002) ressalta que a prática educacional usualmente denominada avaliação da aprendizagem pouco tem a ver com avaliação. Ela se constitui muito mais de provas/exames do que de avaliações. A prática de aplicação de provas e exames, com atribuição de notas ou conceitos, tem sua origem na escola moderna do século XVI e XVII com a cristalização da sociedade burguesa. Isso se configura como exclusão e marginalização de grande parte dos alunos.

Pensando nisso, que se propõe essas orientações, para que se estabeleça uma nova visão avaliativa, a qual faça sentido no meio acadêmico, com dados claros e reais para que se reavalie a própria prática educacional diária, fortalecendo as potencialidades e sanando a fragilidades.

Como se sabe, a avaliação representa um ponto vital para o alcance de uma prática pedagógica competente. O cenário educacional precisa viver em constante análise, por parte do professor, assim, pressupostos teóricos e práticos, referentes à aplicabilidade da avaliação, devem ser aproveitados a todo o instante para que sempre estejam em concomitância com a evolução do conhecimento dos alunos em busca do desenvolvimento de competências.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Conforme Haydt (2000) faz parte do trabalho docente verificar e julgar o rendimento dos alunos, avaliando os resultados do ensino, a avaliação está sempre presente na sala de aula, fazendo parte da rotina, passando a ser uma responsabilidade do professor o aperfeiçoamento de suas técnicas de avaliação, para que não se torne uma tortura, mas sim um momento de aprendizagem.

Ainda Haydt (2000) defende que a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico de permanente interação entre educador e educando no apontamento e no desenvolvimento de conteúdos de ensino-aprendizagem, na seleção de aplicação de suas metodologias, bem como no diagnóstico da realidade social, visando à mudança comportamental do educando e do seu compromisso com a sociedade, por isso é de extrema valia a produção de questões/itens com base em um modelo que apresenta uma solução mais centrada às problemáticas da evolução do ensino-aprendizagem.

Apesar de a avaliação ser de responsabilidade do professor, não deve ser ele o único com esta função. Delegá-la aos alunos, em determinados momentos, é uma condição didática necessária para que construam instrumentos de autorregulação para as diferentes aprendizagens.

Para Brasil (2001, p. 86):

A autoavaliação é uma situação de aprendizagem que o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar. Além desse aprendizado ser, em si, importante, porque é central para a construção da autonomia dos alunos, cumpre o papel de contribuir com a objetividade desejada na avaliação, uma vez que está só poderá ser construída com a coordenação dos diferentes pontos de vista do aluno quanto do professor.

Por isso uma metodologia que abarque a avaliação diagnóstica e formativa poderá apresentar muito mais resultados, já que a própria avaliação

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

preverá a realização de atividades que contemplem o aluno como mediador do seu próprio conhecimento.

Os dados que o professor colhe durante as avaliações são sempre provisórios, pois o que o aluno demonstrou não compreender em um primeiro momento poderá demonstrar evolução posteriormente, mas isso somente poderá acontecer se houver um processo de devolutiva das avaliações, que se refere ao princípio de retomada/recuperação, que é o momento da firmação da competência.

Segundo Luckesi (2002, p. 33):

[...] avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

Na avaliação diagnóstica e formativa, conforme Luckesi (2002), o objeto avaliado será tanto mais satisfatório quanto se aproximar do ideal estabelecido, como protótipo ou como estágio de um processo. Esse julgamento se faz com base nos caracteres relevantes da realidade do objeto de avaliação. O julgamento apesar de qualitativo, será inteiramente subjetivo. O juízo emergirá dos indicadores da realidade que delimitam a qualidade efetivamente esperada do objeto.

Assim, avaliar é imitar um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja a propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas consequências. Conforme Brasil (2001) a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados, por isso da construção dessas orientações, as quais servem de subsídio ao professor no momento da elaboração das questões/itens da

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

avaliação, buscando muito mais que uma escala de nota, mas sim a análise real de um processo de ensino-aprendizagem concreto.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Eutália Aparecida Candido de; ANDRADE, Dalton Francisco de; BOTOLOTTI, Silvana Ligia Vicenzi. **Teoria de Resposta ao Item**. Revista de Enfermagem da USP, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Ensino Superior. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13^o ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 7. ed. Vozes. Petrópolis, 2001.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

RESUMO SOBRE REDES COMPLEXAS EM UMA ÓTICA DE MINERAÇÃO DE DADOS

Fernando Feliciano Guimarães
Pedro Lealdino Filho
Ronan Anacleto Lopes
Samantha Franciele Dorabiato de Matos

RESUMO: Desde a popularização da informática e a globalização causada pelos computadores e pela internet, a quantidade dos dados vem aumentando exponencialmente. Enquanto a quantidade aumenta, a qualidade acaba decaindo, dificultando a um gestor, identificar informações relevantes dentro desta enorme massa de dados. Para resolver esta situação, existem estratégias algorítmicas que processam os dados e buscam identificar informações coerentes e importantes para as instituições. Este processo recebe o nome de Mineração de Dados. Dentre as muitas técnicas de análise presentes na mineração de dados, a sua utilização para analisar estruturas de grafos complexas é um importante campo de estudo. O Objetivo deste trabalho é resumir as principais informações e conceitos de Redes Complexas, utilizadas em conjunto com técnicas de mineração de dados, fomentando assim futuras pesquisas deste tema.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração. Redes complexas. Análise. KDD. Dados. Conhecimento.

ABSTRACT: Since the popularization of information technology and the globalization caused by computers and the internet, the amount of data has been increasing exponentially. As the quantity increases, the quality ends up decreasing, making it difficult for a manager to identify relevant information within this huge mass of data. To solve this situation, there are algorithmic strategies that process the data and seek to identify coherent and important information for the institutions. This process is called Data Mining. Among the many analysis techniques present in data mining, its use to analyze complex graph structures is an important field of study. The objective of this work is to summarize the main information and concepts of Complex Networks, used in conjunction with data mining techniques, thus promoting future research on this topic.

KEYWORDS: Mining. Complex networks. Analyze. KDD. Data. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual é baseada em uma complexa rede de informações formadas principalmente após o explosivo crescimento da internet, resultando na produção de uma enorme massa de dados [5, 12]. Segundo Bora[3], entende-se por dado qualquer fato, números e textos que possam ser processados por um computador, enquanto que a informação é obtida através das relações e associações destes dados.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Nesta situação, mais importante do que as informações, o conhecimento adquirido através da análise destas informações é o que guia inúmeros setores da economia.

Devido ao desenvolvimento dos equipamentos de armazenamento, informações que antes era apagadas, hoje são armazenadas para futuras análises, resultando em dados sobre padrões de compra, hábitos na internet, histórico financeiro, todos esses dados quando analisados podem revelar uma nova gama de conhecimento [3, 13].

Todo esse conhecimento pode por fim ser representado apropriadamente em uma estrutura gráfica indicando suas múltiplas conexões e fontes de dados, gerando o que chamamos de Rede Complexa. Podemos utilizar, portanto, a análise deste grafo por meio da Mineração de Dados, uma área de estudos capaz de aplicar algoritmos de descoberta de conhecimento para identificar e extrair novas informações dessa massa complicada de informação.

2 DESENVOLVIMENTO

O processo de Mineração de Dados consiste em extrair as relações formadas por dados já existentes, resultando em informações históricas sobre um determinado assunto [3, 13].

As associações e relacionamentos destas informações produzirão conhecimento, que poderá auxiliar em ações de tomada de decisão. Essas informações, portanto, acabam formando redes de conhecimento que podem ser representadas na forma de grafos [3, 13].

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Dentre os tipos de grafos, os homogêneos, ou seja, compostos por estrutura de informação única e padronizada, de forma que sejam simples de serem analisados pelos algoritmos atuais.

Todavia quando se busca representar sistemas do mundo real, o grafo é construído por diversas fontes de dados, formando redes complexas, dificultando a análise das informações pelos algoritmos conhecidos pela ciência moderna [1].

Segundo Lopes e Rodrigues [12], a teoria de redes complexas é composta por diversas ferramentas e técnicas utilizadas para criar uma rede informacional com características presentes na vida real, modelando suas complexidades.

Essas redes são baseadas na teoria dos grafos, descrita por Euler em 1735, ao analisar o problema das pontes de Königsberg. Um grafo é composto por elementos chamados de vértices ou nós e por ligações, chamadas de arestas [8, 4, 7, 5, 9, 2].

Praticamente todas as áreas do conhecimento utilizam grafos para representar as relações entre os objetos de estudo, fazendo-se presente nas áreas de ciências biológicas, tecnológicas, humanas ou sociais [9, 11, 14, 15, 10, 1].

Ainda que redes complexas tomem como base a teoria de grafos, ela possui certas características que as destacam das demais. O autor Xiao-Yuan [16] descreve em seu trabalho algumas destas características. De forma resumida, ele descreve seis características principais:

- **Estrutura complexa:** uma rede com um enorme número de elementos (nós) e uma grande variedade de características;

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

- **Evolução na rede:** elementos e suas relações podem surgir ou desaparecer, alterando a forma como as conexões ocorrem;
- **Diversidade de conexão:** Os pesos das conexões têm diferentes valores entre os nós da rede;
- **Complexidade cinética:** Os nós podem pertencer a sistemas cinéticos não-lineares, alterando os status dos nós através do tempo;
- **Diversidade dos nós:** Cada nó pode representar qualquer coisa, desde uma página da *web* até um funcionário de uma empresa;
- **Fusão de múltipla complexidade:** as interações entre múltiplas complexidades resultam em resultados mais imprevisíveis.

Essa complexidade tem se revelado presente em todas as áreas do conhecimento, resultando em uma interessante área de estudos e pesquisas dos últimos anos [11, 14, 15, 10, 1].

Devido a tamanha abrangência de aplicabilidade, as redes complexas tomaram-se altamente atrativas para os estudiosos. As técnicas de mineração de dados são normalmente aplicadas aos dados e às informações, todavia no trabalho de Coscia [6] é abordada a utilização de técnicas de mineração e agrupamento voltada às relações entre os nós de uma rede complexa, com o objetivo de realizar a identificação das características de comunidades detectadas na rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou que uma forma viável de representar o conhecimento em diversas áreas é através de grafos, todavia, para elementos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

do mundo real, estes grafos acabam tomando proporções gigantescas e complexas, resultado no que chamamos de Redes Complexas.

Identificar conhecimento relevante de uma rede complexa é complicado e deve ser realizado com base em algum algoritmo de mineração de dados, com o intuito de extrair as informações e relacionamentos importantes desta complexa estrutura.

Com a conclusão deste trabalho, percebe-se que a mineração de dados é uma área relevante para a análise de redes complexas. Também identificamos como diferenciar as principais características de redes complexas de outros grafos mais simples.

Com este documento, espera-se fomentar mais pesquisas na área de mineração de dados e análise de grafos e redes complexas, tal como a literatura investigada neste projeto.

Para análises futuras, espera-se que sejam pesquisados os algoritmos de mineração responsáveis pela extração da informação, bem como um olhar mais atual sobre o estado da arte desta área de estudo.

REFERÊNCIAS

A.-L. Barabasi, R. Albert, and H. Jeong. **Mean-field theory for scale-free random networks.**(February 2008):1–19, 1999.

L. Beiwei and F. Jinxin. **Research on simulation of the networks information ecological chain evolutionary process in complex network perspective.** In *2013 IEEE International Conference on Granular Computing (GrC)*, pages 182–185, 2013.

S. P. Bora. **Data mining and ware housing.** *2011 3rd International Conference on Electronics Computer Technology*, pages 1–5, apr 2011.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

W. Chunlei, M. Qing, and F. Lan. **A COMPLEX NETWORK ANALYSIS MODEL FOR CYBERSPACE SURVIVABILITY**. 2013.

J. Cong and H. Liu. **Approaching human language with complex networks**. 11(4):598–618, 2014.

M. Coscia, G. Rossetti, F. Giannotti, and D. Pedreschi. **DEMON: a Local-First Discovery Method for Overlapping Communities**. *Proceedings of the 18th ACM SIGKDD international conference on Knowledge discovery and data mining - KDD '12*, page 615, 2012.

L. Cui and S. Kumara. **Complex Networks**. 2010.

J. Metz, R. Calvo, E. R. M. Seno, R. a. F. Romero, and Z. Liang. **Redes Complexas: Conceitos e Aplicações**. *Relatórios Técnicos do ICMC*, pages 1 – 45, 2007.

M. E. J. Newmann. **The structure and function of complex networks**. *SIAM Review*, 45(2):167–256, 2003.

P. K. Pandey and B. Adhikari. **Context dependent preferential attachment model for complex networks**. *Physica A: Statistical Mechanics and its Applications*, 436:499–508, 2015.

J. Tang, Y. Wang, and F. Liu. **Characterizing traffic time series based on complex network theory**. *Physica A*, 392(18):4192–4201, 2013.

G. A. W.Lopes e P. S. Rodrigues. **Analyzing natural human language from the point of view of dynamic of a complex network**. *Expert Systems with Applications*, 45:8–22, 2016.

I. H. Witten, E. Frank, and M. A. Hall. **Data Mining - Practical Machine Learning Tools and Techniques**. 2011.

Z. Wu, X. Lu, and Y. Deng. **Image edge detection based on local dimension: A complex networks approach**. 440:9–18, 2015.

W. Xiao, L. Lin, and G. Chen. **Vertex-degree sequences in complex networks: New characteristics and applications**. *Physica A*, 437:437–441, 2015.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

L. Xiao-Yuan. **Application of the Complex Network in Traditional Industry.**
*2014 Fifth International Conference on Intelligent Systems Design and
Engineering Applications,* pages
230–233, 2014.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE VISANDO O SUJEITO DO CAMPO: PERSPECTIVAS EMPREENDEDORAS PARA MUDANÇAS SOCIAIS

Adilson Veiga e Souza
Atilio Augustinho Matozzo
Fernando Feliciano Guimarães
Guilherme Ribas Taques

RESUMO: A partir da metade dos anos 70, a sociedade começa a reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, os movimentos sociais assumem um caráter de luta pela democratização da sociedade, de conscientização popular e reivindicação de direitos, fazendo com que as diferentes iniciativas situadas no campo da educação popular – educação política, formação de lideranças, alfabetização de jovens e adultos, formação sindical e comunitária – comecem a ser pensadas dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho. A LDBN 9394/96 que leva em conta medidas de adequação da escola à vida do campo, definindo que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente nos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação à natureza do trabalho na zona rural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação do Campo. Sociedade.

ABSTRACT: From the mid-1970s, society began to react to times of authoritarianism and repression, social movements assumed a character of struggle for the democratization of society, for popular awareness and the demand for rights, making the different initiatives in the countryside of popular education - political education, leadership training, youth and adult literacy, union training and community - start to be thought through in a critical analysis of their relationship with school education and work training. The LDBN 9394/96 that takes into account measures of school adequacy to rural life, defining that in the provision of basic education for the rural population, the education systems will promote the adaptations necessary to adapt them to the peculiarities of rural life and each region, especially in the curricular contents and methodologies appropriate to the real needs and interests of the students of the rural area, its own school organization, including adaptation of the school calendar to the phases of the agricultural cycle and the climatic conditions and adaptation to the nature of the work in the rural area.

KEYWORDS: Education. Field Education. Society.

1 INTRODUÇÃO

169

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Quando pensamos em educação quase nunca levamos em consideração as escolas do campo/rural¹, pois sempre concentramos nossas atenções às instituições urbanas. O elitismo e a falsa ideia de que as escolas do meio urbano são melhores, e progridem mais nos conteúdos e debates, ainda prevalece entre a maioria das pessoas que se preocupam com a educação. Sabemos que as escolas não são iguais, não ensinam, mesmo tendo o mesmo currículo, as mesmas coisas, mas o que mais nos interessa é saber que os objetivos traçados por cada instituição, seja ela do campo/rural, ou urbana, é diferente, pois deve atender à sua clientela, deve servir aos interesses da comunidade que atende. Quando isso não acontece, podemos falar em crise no sistema educacional e traçar metas para desfazer os problemas produzidos por nós, educadores e membros das comunidades atendidas pelas mais diversas instituições de ensino de nosso país.

Por isso, até meados do século XX há o predomínio de uma visão otimista em que o papel da escola era o de tentar superar todos os atrasos sociais e econômicos de uma nação. Havia um pensamento de que a construção e o aparecimento de escolas públicas garantiria a todos os cidadãos o acesso à educação de qualidade, prevalecendo assim o princípio de igualdade entre todos.

Neste caso, as condições de ensino estavam determinadas e eram consideradas igualitárias devendo prevalecer apenas os dons individuais. Assim se houvesse fracasso escolar, a responsabilidade não seria da escola, mas do próprio indivíduo que não teria tido competência ou não teria se esforçado o suficiente para ser aprovado. Aqui cabe uma reflexão sobre a educação do

¹ Neste texto consideraremos, embora saibamos que há grandes diferenças e objetivos diferentes, as escolas do campo e as escolas rurais com o mesmo princípio educativo. Não iremos nos deter em diferenças cada uma delas, pois não é o objetivo deste trabalho.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

campo/rural, como era, ou ainda é, traçada as metas desta modalidade educacional em nosso país? Adiantando uma resposta, podemos afirmar que ainda não há metas e nem objetivos claros a respeito deste ensino em muitos lugares, principalmente em cidades pequenas, o que parece contraditório, pois são as cidades menores que na maioria das vezes têm um número maior de escolas do campo/rural.

Bourdieu, durante a década de 60, formula respostas para a profunda crise em que a escola (todas e em todas as modalidades) se encontrava naquele momento de reflexões acerca de sua função, enquanto esta buscava reinterpretar o seu papel na sociedade acabava abandonando todo o otimismo pedagógico das épocas anteriores.

Inova-se nas concepções sociológicas da educação e agora, a origem social do cidadão passa a ser levada em consideração na sua aprendizagem e no ambiente escolar. Descarta-se a antiga concepção de que o fracasso escolar era inerente ao indivíduo.

Para Bourdieu (1983) a educação perde o seu antigo papel de democratização e transformação da sociedade e passa a ser vista como uma instituição que legitima, mantém e colabora com a divisão de classes e dos privilégios sociais.

O novo caráter atribuído à escola ajuda a repensar as novas obrigações da família, que devem juntamente com esta instituição ser responsabilizada pela formação social, política e cultural de seus membros e afirma ainda, que devemos reconhecer a relação que se estabelece entre escola e sociedade e que no interior da instituição escolar se reproduz toda a estrutura social.

Ainda para Bourdieu (1983) o homem não é um sujeito de caráter autônomo, é um indivíduo que carrega consigo uma bagagem social herdada

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

seja em seu ambiente interno ou externo, podendo ser exposto positivamente ou não, a serviço do sucesso escolar.

O autor ainda coloca que há uma grande importância do capital cultural na formação do sujeito, pois promove a diminuição do capital econômico na justificativa das desigualdades escolares. É importante lembrar que a ênfase do capital cultural apresentada por Bourdieu (1983) se justifica, pois favorece o desenvolvimento escolar do sujeito facilitando a apreensão dos conteúdos e dos códigos que são tão cobrados pela instituição escolar.

Com a apreensão prévia do capital cultural a escola torna-se apenas a extensão da família, visto que as crianças da elite já trazem de casa o maior ou menor domínio da língua culta, os parâmetros culturais e conhecimentos já legitimados pela sociedade e cobrados pela instituição escolar em suas bases curriculares. Daí podemos retirar a tese de que os alunos das instituições do campo/rural tenham tido uma educação deficiente e/ou enfraquecida pela falsa hipótese de que eles vêm de casa com uma bagagem cultural fraca, ou até mesmo inexistente. Quem tira estas conclusões, na maioria das vezes é o próprio professor, que se concentra nas atividades mais fáceis afirmando que os alunos não conseguiriam acompanhar o conteúdo apresentado no currículo. Isso somente faz com que a defasagem escolar aconteça.

Concomitantemente a esse fato, as crianças oriundas das classes populares também são excluídas do capital cultural elitizado e que ao adentrarem no mundo da escola se veem ameaçadas num mundo estranho ao seu, não se identificando com a realidade que lhes é apresentada.

No ambiente escolar o estranhamento das classes menos abastadas se justifica na medida em que a escola cobra, e acaba sendo o único espaço de cobrança, de seus alunos um comportamento elegante de falar, se comportar e até mesmo que sejam perfeitos na escrita e que tenham interesse, curiosidade

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

e disciplina. Infelizmente, pesquisas recentes têm comprovado que essa realidade só pode ser cumprida por indivíduos previamente educados e socializados dentro desses ambientes e valores, no cotidiano dos museus, teatros e, entre livros e boa música, atividades que são desenvolvidas e estimuladas pela família. Como a família das classes mais baixas economicamente poderão proporcionar isso aos seus filhos? E os que moram no campo? Cabe ao governo a tarefa de auxiliar na culturalização destes sujeitos, caso contrário sempre haverá diferenças sócio-culturais, que nesse caso se dá por falta de acesso à cultura.

A posição social de cada grupo ajuda a construir determinadas ações que fazem com que cada grupo social escolha estratégias seguras e rentáveis, asseguradas através de experiências de êxito e fracasso que são incorporadas pelos indivíduos como parte de seu *habitus*².

No campo da educação os exemplos de fracasso e sucesso escolar dos indivíduos fazem com que esses sujeitos, inconscientemente, apliquem à sua realidade as chances de investimentos na educação.

Nogueira (2002, p. 6) afirma que:

Isso significa que os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebem serem maiores ou menores as probabilidades de êxito.

² Lugar em que vive e como vive o sujeito.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Nesse caso, os investimentos em educação dependeriam do grau de benefício que cada classe social teria atingido ou adquirido com o avanço de seus pais e filhos na escolaridade.

Neste trabalho discutiremos como as instituições, educadores, comunidade e governantes deveriam (re)pensar a educação e a qualidade do ensino no campo/rural, pois o sujeito que vive neste meio depende de auxílio de seus governantes para evoluir social e culturalmente.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O EDUCAR: AS ESCOLAS DO CAMPO/RURAL EM FOCO

Ao utilizamos o termo campo/rural, remetemo-nos ao que é relativo ao campo, ao sistema agrícola. Quando discutimos sobre educação do campo/rural, vemos um sistema composto por fragmentos da educação urbana introduzida no meio rural, na maioria das vezes precário na sua estrutura e funcionamento. Vemos uma instituição escolar que passa valores de uma ideologia urbana que subordina a vida e o homem do campo. As políticas e projetos de educação rural que buscam fixar o homem a terra não são efetivos, uma prova disso é a grande movimentação de rurícolas que abandonam o sistema agrícola em um movimento de êxodo rural desde o período pós II Guerra Mundial até os dias de hoje.

Whitaker (1997) afirma que o descaso para com a educação do campo/rural é geralmente colocado quando se diz que as famílias deste meio não valorizam a escola colocando seus filhos para trabalhar ao invés de estudar. Esta é uma falsa consciência que tenta justificar a situação do Estado brasileiro que nunca se interessou em dar escola às populações do campo/rural – preocupação esta que vem mudando aos poucos, inclusive por meio da LDBN 9394/96 –, politicamente fragilizadas diante do latifúndio monocultor e

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

escravocrata e tornadas ainda mais vulneráveis após a urbanização do país, quando a ideologia urbana e industrial exacerbou o preconceito contra o mundo rural. Além da escola no campo surgir tardiamente, ela sequer foi mencionada nos textos constitucionais até 1891; historicamente se afirma que não houve para a educação rural uma formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola deveria funcionar e se organizar e, muito menos, uma dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade.

Uma educação rural adequada à cultura e ao homem do campo precisa ser um elo, entre outros elementos, de uma política efetiva de redistribuição da propriedade fundiária e de garantia de justiça social entre os trabalhadores rurais. Fora destas condições, conteúdos, currículos e tipos de escolas e ensinamentos rurais são propostas, no geral, inadequadas, já que o trabalho e as relações de produção nas comunidades agrícolas formam valores e estruturam uma organização social diferenciada do contexto urbano, que acaba se estendendo à organização escolar, exigindo, portanto, que as ações educativas no meio rural sejam norteadas pelas características que lhe são peculiares.

Hoje, de uma certa forma, o ensino do campo/rural voltou-se mais para a formação de técnicos do que para o ensino fundamental e o ensino nas áreas rurais é o que apresenta maiores percentagens de reprovação, ausência às aulas, número de professores leigos e distorções na relação idade-série. Estas são algumas deficiências desta modalidade de ensino, assim como carência de recursos didáticos, a baixa remuneração dos profissionais, falta de esforço das autoridades e o não cumprimento da lei que permite a adaptação do período letivo ao calendário agrícola.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

A partir da metade dos anos 70, a sociedade começa a reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, os movimentos sociais assumem um caráter de luta pela democratização da sociedade, de conscientização popular e reivindicação de direitos, fazendo com que as diferentes iniciativas situadas no campo da educação popular – educação política, formação de lideranças, alfabetização de jovens e adultos, formação sindical e comunitária – comecem a ser pensadas dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho.

As mobilizações em torno do processo Constituinte, pela democratização do país e afirmação de uma cultura de direitos, garantiram importantes conquistas populares e espaços de participação nas políticas públicas fazendo com que a Constituição Federal (1988) se tornasse expressão dessa demanda ao incorporar o princípio da participação direta na administração pública e também da criação de conselhos gestores como forma de controle popular nas definições políticas do país.

A preocupação com um ensino do campo/rural que se adapte às características do meio rural é manifestada através da primeira LDBN 4024/61 e se repete no Art. 28 da atual LDBN 9394/96 que leva em conta medidas de adequação da escola à vida do campo, definindo que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente nos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação à natureza do trabalho na zona rural. Entretanto, apesar da constituição propor diretrizes a serem seguidas, a real tradição do ensino do campo/rural tem sido apenas a reprodução do mesmo

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

processo curricular da escola urbana, sem nenhuma atenção especial às reais necessidades da clientela atendida pelas escolas do campo/rurais.

No cenário da educação, movimentos políticos no campo brasileiro, como a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, a experiência acumulada pela Pedagogia da Alternância, as pautas de reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores rurais e o envolvimento dos mais diversos setores, além dos próprios movimentos sociais, fizeram com que fossem contempladas, no corpo da legislação, referências específicas à Educação do Campo.

Uma educação que desperte no agricultor, e demais pessoas que dependam da agricultura para viver, a capacidade de refletir sobre seu contexto deve evidenciar a questão da terra. No momento em que o agricultor perder o vínculo com este elemento de produção, poder-se-ia até dispensar a luta por uma melhor escola no meio rural. Daí decorre a importância da escola como fonte de desafios e de suporte aos agricultores na luta pelos seus justos direitos.

Assim, ao refletirmos sobre a educação que é realizada no campo devemos pensar no sentido que damos a este local, pois não devemos perder de vista que a educação é um processo social que contribui para as lutas do povo que ali reside. Por isso a educação, quando vinculada às questões do campo/rural não deve ser compatibilizada com o modelo de agricultura capitalista, que hoje no Brasil é expresso pelo agronegócio e pelos grandes latifúndios, causando a expulsão dos camponeses de seu ambiente. Desta maneira, deve-se pensar num ambiente de inclusão deste camponês e/ou da família rural, buscando na reforma agrária, na agroecologia popular, na agricultura camponesa a combinação entre educação e campo.

É neste contexto que entra o papel da escola. A escola fechada em si mesma deixa de ser o principal foco da Educação do Campo, mas a luta por manter viva esta instituição é imprescindível, pois a maneira como esta se

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

encontra no campo a torna fonte perpetuadora do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses e das famílias rurais. Por isso, esta instituição tem como papel imprescindível à busca pela formação educativa das novas gerações, pois é através dela que se pode ter o conhecimento e a realização da educação do campo/rural na procura de um projeto de vida e de sociedade mais humana.

Outro aspecto básico da educação é a construção uma visão para o mundo. Nesse caso, a escola deve se preocupar em relacionar o seu currículo, seus conteúdos com um ideário que possa orientar os seus alunos num enraizamento histórico, consciente e explícito de seu cotidiano. Essa visão deve revisar ideias sobre o mundo onde vivem, compreendendo-o e tentando de várias maneiras modificá-lo.

Para que essa ideia seja realmente válida e tenha algum impacto na vida dos alunos da área rural, a escola como instituição de formação e socialização de indivíduos e principalmente a escola do campo/rural, deve se preocupar com a seleção de seus conteúdos, para Forquin (1993) ela é permeada por intensos conflitos acerca de sua função, transmissão e seleção de seus conteúdos. O autor levanta algumas ideias tendo como referência as chamadas pedagogias novas, e sobre a oferta cultural escolar e aponta dois extremos que podem ser muito prejudiciais. De um lado o desprezo ao contexto social mais amplo em que a escola está inserida, postura essa que a condenaria a ficar perdida no tempo e no espaço. Por outro lado, seguir exatamente tudo que a cultura social determina também tiraria a função social da escola.

De fato, a relação entre cultura escolar e cultura de vida é bem tensa, como explicita Forquin (1993). Todavia, ele reforça a especificidade da escola, cujo currículo, por mais que se baseie no cotidiano do aluno tem como função

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

transcende a esses conhecimentos subjetivos e buscar formar e transmitir uma compreensão científica do mundo.

Uma crítica também exposta por Forquin (1993) é de que a escola é acusada de conservadorismo cultural. Entretanto, argumenta que a conservação do que é universal e digno de ser transmitido de todo o legado cultural da humanidade faz parte da função social da escola. Mas, o apego ao novo, ao atrativo, ao puro espírito criativo por si desvirtuaria a escola de seus verdadeiros rumos. Para Forquin (1993, p. 170) “[...] A escola não é inimiga da verdadeira novidade, mas ela não partilha da obsessão pelo atual, do gosto pelo efêmero e do culto das aparências”.

A não propagação dos saberes tidos como úteis, é outra acusação geralmente feita à instituição escolar, o que é previsível em uma sociedade capitalista, no qual tudo é medido pelo lucro e pelo utilitarismo. A discussão educacional, porém, não pode se guiar por essa concepção. A cultura escolar vale por ela mesma, seu valor intelectual intrínseco já é suficiente para a justificar e a legitimar, caso contrário, se tal orientação for seguida será o fim de toda cultura e o triunfo de um neutralismo de insignificância.

Portanto, critica-se ora o universalismo extremo da escola, ora a sua ação desenraizadora, visão essa bem comum na sociologia da educação. Por vezes a escola é vista como culpada de transmitir uma cultura de classe, tendenciosamente discriminatória, que não possibilitaria qualquer identificação das crianças com a instituição, especialmente as da classe trabalhadora, no nosso caso especificamente, as advindas do campo. Isso seria a falta de universalidade. Por outro lado, de tão universal ela pode promover o desenraizamento e a exclusão social.

Diante de tais acusações Forquin (1993) indica um reexame crítico das teorias sociológicas que as promoveram, especialmente nos anos 70. Ele

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

questiona a validade das exigências impostas às escolas, ao se afirmar que ela conscientemente escolhe por transmitir uma cultura com valor de distinção, com finalidade discriminatória.

Recorrendo à função social da escola que envolve tanto o lado específico de formação, quanto à inscrição cultural para além das arbitrariedades dos grupos sociais particulares, Forquin (1993) conclui sobre a impossibilidade de validar tais críticas e acusações à escola tanto no plano das pesquisas empíricas, quanto no plano conceitual. Por mais que contenha falhas, a instituição escolar ainda é imprescindível.

O autor procura enfatizar que a cultura e a educação têm características fundamentais em comum, na medida em que procedem, ultrapassam e instituem os sujeitos humanos. Para ele a cultura erudita e livresca é como um tesouro acumulado que as gerações sucessivas nos legaram. O papel da educação, nessas condições, será o de transpor didaticamente esses saberes universais, visando preparar o indivíduo para viver em sociedade. Segundo Forquin (1993, p. 38): “a cultura é considerada como um repertório, um fundo, um tesouro no interior do qual a educação efetua, de certo modo, extratos para fins didáticos”.

A educação do sujeito é principalmente resultado da transmissão cultural, nesse sentido, enfatiza-se que a escola deve valorizar a tradição e a transmissão cultural. Esta deve ensinar aos alunos sobre aquilo que é permanente nas sociedades humanas e que o preparará para ter ao mesmo tempo, conhecimento para viver em sociedade e visão crítica, profunda que o tire do cotidiano imediato, pois ao que a escola deve se opor é à condição de vida moderna que cristaliza a exigência do novo e que traz uma cultura massificada como referência para as pessoas.

Para Nogueira (2002) as ideias de Bourdieu complementam o pensamento de que a escola não constrói coerentemente o conhecimento do

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

qual o aluno necessita, mas já o considera pronto e acabado. Desvaloriza o conhecimento e a cultura de origem de seu educando e o que ele tem a oferecer, enquadrando-o em meio aos currículos, as avaliações e aos métodos pedagógicos impostos pelas elites. Nogueira (2002, p. 12) afirma que: “os conteúdos curriculares seriam selecionados em função dos conhecimentos, dos valores, e dos interesses das classes dominantes”.

Para complementar todos esses aspectos básicos da educação, torna-se função básica da escola trabalhar os aspectos de formação e percepção de identidades que se formam nos processos sociais. Para Caldart (2004, p. 42) este processo de construção de identidades é:

[...] um aprendizado humano essencial: olhar no espelho o que somos e queremos ser; assumir identidades pessoais e sociais, ter orgulho delas, e enfrentar o desafio do movimento de sua permanente construção e reconstrução.

A educação deve ajudar a formar, construir e fortalecer identidades. Formar sujeitos, dentro de seus valores, cultura, modo de vida. Para tal não se objetiva a destruição dos conteúdos curriculares, mas a sua reconstrução a partir de um contexto diferente, entendendo que os mesmos devem formar as pessoas para conhecer o mundo e dele fazer parte e interferir de maneira autônoma e coerente.

Faz-se necessário que eduquemos os jovens do campo/rural, embasados num currículo que os levem a pensar e agir não apenas sobre questões ligadas a esta realidade específica e adotando uma ideia ingênua de que todos permanecerão no campo. A maioria irá sair e, em princípio não tem nada de ruim nisso. O importante é que o jovem, a partir do conhecimento adquirido e sistematizado pela escola, se aproprie dos mecanismos e dos processos de mudanças que o levam a sair do campo. O desafio da educação é, pois, ajudá-

181

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

lo a compreender estes fenômenos e, assim, entender sua realidade e fundamentalmente que ele aprenda a refletir para que em outra realidade, em outra situação, ou outra escola, ele saiba acima de tudo pensar.

A educação do campo deve ser uma educação diferenciada, mas acima de tudo voltada para a formação de seus sujeitos, afim de que possam interferir em sua realidade na busca de uma vida humana mais plena.

Na LDBN 9394/96, Art. 22, a educação básica é compreendida pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A expressão educação básica já indica a ampliação e popularização da escola pública mesmo que a lei só garanta a obrigatoriedade do ensino fundamental. Aos poucos a sociedade está incorporando a importância dos outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino médio. A educação infantil por estar se concretizando como uma ideia de escola e o ensino médio, por ser uma possibilidade de chegar à universidade ou por almejar um emprego melhor para os que deixam os estudos ou não ingressam nas nossas universidades.

A educação do campo também garantida pela LDBN 9394/96 é assim especificada:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola;

III- adequação a natureza do trabalho na zona rural.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Apesar de estar presente na lei, a educação básica no campo/rural não tem sido atendida de maneira satisfatória e nem ao menos tem sido delineada como proposta para a formação de identidade do meio rural, na busca de um novo projeto de desenvolvimento do campo.

As alternativas educacionais e políticas, com relação às concepções, princípios e métodos pedagógicos são parciais e fragmentadas, por isso é difícil fazer uma análise aprofundada de suas carências. O que pode ser feito é a observação da realidade com algumas informações retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostrou que um dos grandes problemas a ser enfrentado pela educação do campo é o analfabetismo.

As escolas do campo/rural sofrem com o abandono. Essas escolas geralmente funcionam de maneira precária, sob o comando de uma única professora que leciona para uma classe que agrega as quatro séries do ensino fundamental, classes multisseriadas. Para Davis & Gatti (1993, p. 77) algumas escolas rurais isoladas apresentam-se de uma forma que devemos deixar de lado tudo o que conhecemos e sabemos sobre uma instituição escolar. Neste sentido eles afirmam que na escola rural isolada:

Não havia uma construção que lembrasse uma escola, nem várias salas de aula, nem diversas professoras, nem mesmo uma diretora. A começar pelo aspecto físico e precariedade das instalações, a escola isolada parecia ser o reino do informalismo e da improvisação. De certa forma, foi mais fácil defini-la pela negação, na medida em que ela era antítese do que se imaginava a respeito de uma escola.

Estas escolas isoladas representam a grande dicotomia existente entre o rural e o urbano, o que muitas vezes faz com que as prefeituras coloquem transportes para levar os alunos destes locais para estudarem nas cidades, aumentando ainda mais esse fenômeno. Os alunos do campo são colocados em

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

uma mesma sala de aula, com período de estudo específico, sendo caracterizados como fracos ou atrasados.

Apresenta-se o estigma de que a escola urbana é melhor do que a escola do campo. Esta realidade faz com que as políticas de investimento fiquem voltadas para este critério, por isso as escolas das cidades se tornam prioridade na agenda de investimentos dos governos, enquanto que as escolas do campo ficam em segundo plano.

Assim é necessário que se aplique políticas específicas para o desenvolvimento da educação do campo/rural, para romper de vez com a dicotomia entre o campo e a cidade e fortalecer a identidade, o currículo e a cultura dos diversos grupos que vivem e se mantêm dentro desta realidade. Dito isso, é garantido a diferença entre rural e urbano e não a desigualdade entre uma cultura e outra, entre um modo de vida e outro.

Discutir sobre a formação de uma escola básica no campo é levar adiante o pensamento de implicações que avance na luta por políticas públicas. Outra iniciativa importante é o processo de gestão democrática que busca auxílio na comunidade local, nas famílias e nas organizações sociais, para tomar as decisões e a fiscalização de recursos destinados as suas escolas.

Não devemos deixar de lado a formação continuada de educadores nesse processo, para que possam atuar de maneira satisfatória nas escolas do campo. E também, o financiamento do Estado para escolas, iniciativas, projetos sociais criados pelas comunidades rurais, movimentos sociais que não tenham como finalidade o lucro.

Ao estudar sobre escola do campo, uma primeira condição para que ela exista e funcione de maneira satisfatória é a clareza e a definição do lugar social que a sua educação ocupa para construir um projeto de desenvolvimento. A educação não é responsável por resolver e sanar todos os problemas sociais,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

econômicos e políticos de uma nação, mas, ela pode ser um componente definidor quando combinada a elementos políticos, econômicos e culturais que de alguma maneira interfere no modelo econômico vigente, podendo até mesmo transformá-lo.

O que podemos dizer é que a educação do campo quando combinada com reforma agrária, com transformações nas políticas agrícolas, policultura e pequenas propriedades, pode e deve ser pensada como condição definidora de desenvolvimento rural.

O pensamento de um novo modo de ser do cidadão do campo e de sua educação deve estar respaldado pelo princípio de diversidade cultural e social e pelo direito garantido à diferença e a igualdade e principalmente, ao acesso ao bem público, como a educação que deve ser um direito de todos os cidadãos.

Aos poucos, articulando esses direitos, a Educação do Campo estará renovando os seus conteúdos curriculares e suas metodologias na busca de um projeto integrado de desenvolvimento baseado nas diretrizes nacionais definidas pela educação básica.

Para esta concepção, para atender a esta nova ideia de desenvolvimento da educação básica e de padrões de sustentabilidade são necessárias ações que busquem na formação profissional e no cotidiano da vida no campo a ampliação do capital humano e social.

No Brasil, a desigualdade educacional está intimamente ligada à desigualdade social e econômica, causando diferença e influência na renda do trabalhador. As diferenças educacionais são mais visíveis no ensino rural em contraposição ao ensino urbano, isso significa que deve haver um fortalecimento no desenvolvimento rural e na agricultura familiar dentro de bases sustentáveis para que haja uma profunda reforma na educação básica do campo e que possa

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

garantir o acesso, a qualidade e a permanência dos educandos no ensino fundamental.

Essas mudanças devem implicar no enfrentamento dos reais problemas da educação do campo. Neste sentido, deve ser gerado um ambiente educacional que busque no ensino básico, na extensão tecnológica e na formação e valorização do profissional da educação a sua reestruturação e sua reformulação.

Essa maneira de pensar a educação pressupõe que o nível educacional será um dos principais argumentos para o sucesso dos agricultores, tanto para os que forem obrigados a exercer ocupações fora do campo da agricultura quanto para aqueles que conseguem driblar os obstáculos impostos pela tecnologia.

Neste sentido, pode-se afirmar que o nível de instrução faz muita diferença para quem quer permanecer no campo ou fora dele. Embora, não se possa afirmar que o sucesso econômico da agricultura brasileira esteja diretamente ligado ao nível educacional, a realidade demonstra que tal fato não demorará a ocorrer, pois em lugares onde a pressão pela inovação é mais intensa já se aponta sinais dessa natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo/rural mostra a deficiência dos projetos e das políticas públicas para uma educação que tem como função primordial o desenvolvimento humano do homem do campo, visto que o campo deixou de ser um espaço de produção econômica para a subsistência, para o encontro com a natureza, com a sabedoria, com a fertilidade, com os costumes, com a preservação ambiental etc. Hoje nos deparamos com uma realidade que atende

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

a um modelo de desenvolvimento capitalista e que abrange objetivos como a produção da monocultura para a exportação. Neste contexto a agricultura de subsistência, as pequenas propriedades e a policultura perderam espaço para os grandes latifúndios que expulsaram as pessoas do campo (êxodo rural) e inevitavelmente e acabaram desvalorizando as escolas presentes naquele ambiente.

Diante deste espectro, é preciso repensar sobre qual educação queremos para o campo dentro dessa realidade imposta, sendo necessário que haja políticas públicas que não sejam pontuais e ainda menos, compensatórias para preservar a educação do campo/rural e suas escolas que ainda sobrevivem ao modo de produção capitalista.

A defesa de políticas públicas que sejam específicas para o campo não indica a discriminação ou a postura dicotômica entre rural e urbano, mas o fortalecimento de sua identidade, cultura e modo de vida.

Nesse sentido, entende-se que o olhar e o redirecionamento para a educação do homem do campo deve privilegiar o trabalhador como identidade coletiva, as suas lutas, o seu saber, a sua cultura na qualidade de sujeito central no processo de recriação de sua educação. Assim, busca-se assegurar e recriar a cultura mediante o acúmulo e a apropriação do saber científico, das tecnologias e da pesquisa atrelado às universidades e sindicatos na procura da reelaboração destes saberes em função dos seus interesses e de uma classe, tendo como alicerce o seu conhecimento e saber social, para pensarmos na conquista de uma nova realidade que garanta autonomia para questionamentos da ordem presente.

A educação do campo/rural deve ser, portanto, um meio de formação que tenha como compromisso reconhecer os sujeitos, recuperar a sua cultura e sua

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

identidade de trabalhador do campo e criar alternativas de um outro tipo de conhecimento e prática que tenha como objetivo sua emancipação.

É neste contexto, que a comunidade deve ser o eixo pedagógico da escola na busca da inserção social dos seus indivíduos e de transformação da escola. Essa inserção de seus sujeitos deve ser pensada do âmbito da transformação curricular na escola, resgatando a identidade histórica da comunidade fundamentada na raiz da cultura, do saber e da experiência de cada um dentro do seu espaço social.

Isso não significa dizer que a escola deve valorizar o currículo predominante. É preciso reler este currículo oficial e questionar as matrizes pedagógicas existentes, para isso ser efetivado a comunidade precisa discutir o seu papel, se colocar e atuar como parte integrante do processo educativo.

A cientificidade dos conhecimentos não deve ser desqualificada, como já dito anteriormente, tem que ser complementada com as tradições culturais. Esta relação de complementaridade está presente na forma de organizar o conhecimento no campo e na exigência da qualificação dos trabalhadores e dos diferentes saberes que promovem, referindo-se a terra como um ambiente transdisciplinar e complexo na busca de técnicas de plantio inovadoras, mas que possam conviver pacificamente com práticas de milhares de anos, um melhor aproveitamento dos recursos naturais aumentando a capacidade crítica da comunidade sobre sua própria produção.

Cabe ressaltar que, nesta perspectiva, o papel do Estado é o de garantir os direitos universais para todos em espaços públicos, recursos e políticas públicas e a educação do Campo não deve ficar sob responsabilidade da comunidade ou dos movimentos sociais, mas da sociedade como um todo, preferencialmente as instâncias ligadas aos diversos governos e ao Estado.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Um olhar e um tratamento mais público para esta modalidade de educação poderá ser a garantia ou o começo de novos tempos para a história da educação. Ao reconhecer a educação como um direito universal de todo o ser humano e o Estado assumir o seu dever, a educação do povo do campo poderá ser construída e idealizada sobre novas bases.

Essas políticas devem ser universais, mas devem buscar referências na concretude das formas e valores de vida e trabalho e que se referem à cultura, valores, crenças e a sociabilidade dos diferentes povos do campo. Políticas que estabeleçam e reconheçam as diretrizes, os princípios e os direitos universais aceitos no campo da educação, mas acima de tudo garanta as bases, a materialidade sem a qual os princípios educacionais não podem ser traduzidos em garantias concretas.

Assim, o importante é que se dê prioridade no campo das políticas públicas a existência física e concreta de escolas do campo no campo, no contexto social e cultural no qual a infância e a adolescência se socializam. Devem-se definir responsabilidades políticas mais precisas e pontuais nos órgãos federativos e não deixar a Educação do Campo a indefinições de responsabilidades.

Por fim, a educação do campo/rural tem como um grande desafio se consolidar como uma educação fortalecida em seu próprio ambiente e que supere a dicotomia entre rural-urbano e ao mesmo tempo que resguarda a identidade cultural dos grupos que ali constituem sua vida. Nesse sentido, o principal objetivo de uma escola do campo/rural não é ser uma escola agrícola, mas ser necessariamente uma instituição vinculada à cultura que se manifesta e se caracteriza por meio de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

_____. **Constituição Nacional (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CALDART, Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2004.

DAVIS, Charles; GATTI, Bernadete. “A dinâmica da sala de aula”. In: DAMASCENO, M. N.; TERRIEN, J. (Coord.) **Educação e Escola no Campo**. 1 ed. Campinas: Papirus, 1993.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

NOGUEIRA, Cláudio Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**. [online] Campinas, abr., v.23, n.78, 2002. [citado 20 Fevereiro 2002], p.15-35. Disponível na World Wide Web:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S10173302002002000003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. Acesso em: 20 de julho 2013.

WHITAKER, Andreatta. O rural-urbano e a escola brasileira. **Revista do Migrante**. Ano V. Nº 12, 1997.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE O FILME 'UMA LIÇÃO DE VIDA' E A RELAÇÃO PEDAGÓGICA COMO VÍNCULO LIBERTADOR

Laryssa Karas
Raquel Cristina Wolff

RESUMO: O vínculo na relação educador-educando se faz essencial, pois somente através deste, é possível que aconteça a troca de conhecimento de forma livre e facilitada. Portanto, é preciso compreender que, assim como o conteúdo e toda a teoria são necessários, o vínculo é fragmento indispensável na relação de ensino-aprendizagem, e quando esta não existe, ensinar torna-se difícil e aprender torna-se chato. Ensinar é mostrar que barreiras podem ser quebradas, conceitos podem ser modificados, e histórias podem ser transformadas, ensinar é ato de amor. Aprender é permitir expandir, é ato de autonomia e liberdade humana. Para a realização deste trabalho foi necessário o levantamento de dados bibliográficos através de materiais já publicados sobre tal assunto, bem como o conteúdo do filme “Uma Lição de Vida”. Esta pesquisa tem como objetivo a compreensão da necessidade do estabelecimento de vínculos no contexto da educação, como base para uma aprendizagem de qualidade e a liberdade de cada indivíduo. Importância de saber o que se passa com cada aluno, sem vínculo não há troca real de experiências, há bloqueio e distanciamento entre grupos (professor – aluno)

PALAVRAS-CHAVE: Uma Lição de Vida, Vínculo, Educação Libertadora.

ABSTRACT: The bond in the relationship between educator and student is essential, because only through this, it is possible to exchange knowledge freely and facilitated. Therefore, it is necessary to understand that, just as the content and the whole theory are necessary, the bond is an indispensable fragment in the teaching-learning relationship, and when it does not exist, teaching becomes difficult and learning becomes boring. Teaching is showing that barriers can be broken, concepts can be changed, and stories can be transformed, teaching is an act of love. Learning is allowing to expand, it is an act of human autonomy and freedom. To carry out this work, it was necessary to collect bibliographic data through materials already published on this subject, as well as the content of the film “Uma Lição de Vida”. This research aims to understand the need to establish links in the context of education, as a basis for quality learning and the freedom of each individual. Importance of knowing what goes on with each student, without a bond, there is no real exchange of experiences, there is blocking and distance between groups (teacher - student)

KEYWORDS: A Life Lesson, Bond, Liberating Education.

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em educação, automaticamente vem a mente que tal ato, é meramente a transmissão de conhecimentos já adquiridos, a sujeitos em fase de aprendizagem.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Ensinar vai muito além desta visão de apenas transmitir. Quando se ensina algo a alguém, também se aprende algo novo. Ensinar é troca. E não existe troca, sem conexão, sem estabelecer relações.

A educação traz consigo novas possibilidades, novas oportunidades, somente ela liberta o ser humano, da ignorância, das injustiças, dos preconceitos, dos medos e do passado, dando um novo caminho ao indivíduo. Ensinar e aprender, é muito mais que ler, escrever e interpretar, é trocar o que há de mais belo na existência de cada ser, sem perder nada.

O intuito deste artigo, é permitir ao leitor uma análise crítica sobre a relação pedagógica como vínculo libertador, fazendo uma ligação entre este e o filme “Uma Lição de Vida”.

2 UMA LIÇÃO DE VIDA – O FILME

O filme é baseado em uma história real, que narra a vida de Kimani Maruge, um senhor que aos 84 anos de idade decidiu aprender a ler.

A história se passa em uma cidade muito pequena, e Maruge, ao ouvir a notícia sobre o ensino gratuito, teve a chance de realizar seu desejo de aprender, porém tal oportunidade estava sendo oferecida apenas para crianças. Maruge não desistiu de tentar, até conquistar uma vaga em uma classe, para iniciar seu processo de aprendizagem.

Maruge nasceu no Quênia e em sua juventude foi aprisionado com a sua tribo, por lutar para defender suas terras, sendo torturado e obrigado a assistir ao assassinato de sua esposa e filhos, levando então, uma vida solitária. A única coisa que lhe restou foi a vontade de aprender a ler e escrever, buscando sua liberdade total, pois ele ainda sentia-se preso ao passado por uma carta.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Além do sofrimento por todas as perdas, Maruge precisou também, lutar contra o preconceito de toda a sociedade, que considerava absurdo um idoso em uma sala de aula, com crianças em fase de alfabetização. Quem apoia, auxilia e incentiva Maruge, é a professora Jane Obinchu, que sofre represálias por se solidarizar com a história e a dedicação do mesmo.

A conexão estabelecida entre os dois era muito forte, Jane tinha paixão em ensinar, e Maruge, sede de aprender. Mas além disso, havia compreensão, preocupação, gratidão e empatia entre ambos, o que facilitava todo o processo.

Maruge dizia que “ler e entender é muito importante, é uma maneira de acabar com a pobreza entre nós”.

É válido refletir, que a pobreza retratada em sua frase, não é apenas a financeira, mas sim a de conhecimento, de espírito, aquela que nos aprisiona.

3 VÍNCULO

O ser humano é considerado um ser social, ou seja, existe nele a necessidade de construir relações, conexões com demais seres.

Os vínculos tornam-se necessários desde a formação no ventre materno, onde demonstra-se cuidado e preocupação com a gestação, e com o pequeno ser que ali está.

Após o nascimento, o principal vínculo é o materno, pois é quem alimenta, cuida e protege. Normalmente, é a mãe quem toma a criança nos braços, quando esta chora, e é a mesma que busca meios para acalmá-la.

Edward John Mostyn Bowlby, psicólogo e psiquiatra inglês, explica em seu livro “A Teoria do Apego”, sobre a relação de apego entre o bebê e a mãe ou cuidador, como meio de sobrevivência, e como a relação criada neste período poderá dar a criança uma base segura, ou insegura.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Os vínculos são como pontes entre um ser e outro, sem este, é impossível, ou no mínimo difícil, construir uma relação saudável e segura.

Quando se trata do contexto da educação, o vínculo é fundamental para a construção de uma boa relação entre professor-estudante, pois somente assim, haverá confiança ao ensinar e aprender, além de que, somente após a construção de vínculos, o professor consegue compreender e auxiliar os estudantes de forma empática e humana.

Tal fato é evidenciado nas relações entre Maruge e Jane, nas cenas do filme Uma Lição de Vida.

4 LIBERDADE

Desde que o indivíduo nasce, passa a buscar referências que lhe proporcionem segurança, para então construir a sua autonomia e liberdade. O ser livre, não é apenas aquele que tem o livre arbítrio em suas escolhas e decisões, mas aquele que tem consciência da dimensão que é a liberdade, e das responsabilidades que estão associadas a ela.

Segundo a filosofia Sartreana, o homem é fruto de suas escolhas, ele decide suas próprias ações.

Com efeito, sou um existente que aprende sua liberdade através de seus atos; mas sou também um existente cuja existência individual e única temporaliza-se como liberdade [...] Assim, minha liberdade está perpetuamente em questão em meu ser; não se trata de uma qualidade sobreposta ou uma propriedade de minha natureza; é bem precisamente a textura de meu ser... (SARTRE, 1998, p. 542/543).

Segundo Aristóteles, o homem e seus atos, são considerados como protagonista de toda causa, e que este, ao contrário dos animais, tem a

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

capacidade de escolha. Para ele, o homem livre é o princípio de seus atos, uma vez que tem o poder de decidir, colocando-o como agente deliberador.

Deliberamos sobre as coisas que estão ao nosso alcance e podem ser realizadas; e essas são efetivamente as que estão. Porque como causas admitimos a natureza, a necessidade, o acaso, e também a razão e tudo que depende do homem. Ora, cada classe de homem delibera sobre as coisas que podem ser realizadas pelos seus esforços. E no caso das ciências exatas não há deliberação como, por exemplo, a respeito das letras do alfabeto (pois não temos dúvidas quanto à maneira de escrevê-las) ao contrário, as coisas que realizamos pelos nossos esforços, mas nem sempre de mesmo modo, essas são objetos de deliberação. (ARISTÓTELES, 1965, p.85)

Relacionando as questões de liberdade com a história de vida de Maruge, é possível visualizar que mesmo quando aprisionado, era um homem livre. Livre no que tange sua luta para mudar tal situação. Mesmo após a sua liberdade física, ele ainda sentia-se preso ao seu passado, e lutava para mais uma vez para se libertar da escuridão, através da educação.

5 DESENVOLVIMENTO

O sistema de ensino, vem se atualizando e aprimorando com o decorrer do tempo. Nos dias de hoje, notamos o quanto a relação pedagógica, o vínculo entre o educador e o educando, se faz necessário para uma educação de qualidade, pois além do ensino teórico através do estabelecimento de vínculos, é possível auxiliar o sujeito na mudança de comportamentos e de sua realidade.

Dentro deste sistema de ensino, há também o que chamamos de sistema educativo ultrapassado, antigo, antiquado em seu aspecto didático-pedagógico que são utilizados por pessoas consideradas dominantes, seguindo uma pirâmide de hierarquização. Para acontecer mudanças neste tipo de ensino, é preciso formar professores que se proponham a produzir um

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

diferencial, um algo a mais, algo sólido, e que tenham vontade de aprender coisas novas, interesses para além de uma simples educação formal, que sejam geradores de opiniões e instigadores de curiosidades, que tendam a superar atitudes rotineiras e alienadas, para não apenas a reprodução, que muitas vezes é resultante de um ensino tradicionalista e sem visão de mundo crítico. Porém, não basta a teoria reacionária ou revolucionária, se o aluno limitou a recebê-las. O educando modifica suas atitudes porque estabelece um vínculo com o educador, o caráter desses vínculos condiciona o caráter da aprendizagem dando um grau progressivo de independência.

Falando em educação sabemos que todo e qualquer lugar é um local de receber e dar educação tanto teórica quanto histórica, em experiências vividas ou contadas. O ser humano é admirável pela sua capacidade multifuncional, racional e interdisciplinar, e ainda mais por conduzir toda essa carga e poder aprender e ao mesmo tempo ensinar, independente do contexto que está inserido. Dentro deste contexto educação da sociedade atual, vemos que a necessidade de transformação é grande, tendo em vista que o ponto específico para a aquisição do conhecimento é o conteúdo teórico, e percebe-se a necessidade de transformar a maneira de como transmitir esse conhecimento, para que se torne atrativo a quem o recebe. A forma como esse conteúdo chega ao educando pode ser a chave para um desenvolvimento do ser como um todo, bem como a interação de quem os transmite, além de uma boa relação institucional dos mesmos, cuidando sempre para não reproduzir padrões e ideologias já predominantes e dominantes neste contexto educacional.

Um dos pontos chaves da transmissão de conhecimento é por sua vez a fala, e cabe ao educador saber como conduzir, para que o educando não seja apenas depositário de conhecimento. Isso leva a um crescimento pessoal para ambas as partes, acarretando a um vínculo complementar, não apenas

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

aquele de dependência do estudante perante ao professor e/ou a instituição, voltando ao método convencional de ensino e educação. Esse processo precisa ser satisfatório, sem estereótipos, principalmente pela questão que o educador é o detentor do saber, rompendo aí as barreiras da educação já citados acima, trabalhando com politização, aprendizagem libertadora, superação, diálogo, vínculo não dependente, não reinventar o saber científico e sim criar formas de aprender a aprender.

No filme, o vínculo fica bem claro e perceptível pela maneira que as crianças tratam a professora e ela retribui para com eles. Isso acaba levando as próprias crianças a tomarem uma atitude quando ela é transferida, pois ela é a chave no desenvolvimento da aprendizagem de todos esses alunos. Mais evidente ainda, é o vínculo criado entre a professora Jane e Maruge, sendo que o próprio foi atrás de seus direitos, tornando-se responsável por fazer a professora voltar à escola da cidade.

A educação é um processo, e está sempre em construção. A cada dia é possível perceber e aprender, novas formas de aprender e ensinar. A realidade nos faz buscar meios para enfrentar os obstáculos encontrados ao longo do percurso.

Se analisarmos, mesmo que de maneira superficial, o histórico da educação no Brasil, poderemos perceber como esta tem evoluído. Inicialmente, a educação era permitida apenas para os meninos, com o intuito de catequizar, visto que quem detinha o poder era a Igreja Católica. Após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, a educação tornou-se uma responsabilidade do Estado, quando implantou-se as aulas régias, com professores concursados, que ensinavam em sua própria casa.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Após a morte de Dom José I, Dona Maria I assumiu o trono, demitindo o Marquês de Pombal, e as aulas deixaram de denominar-se régias, e passaram a ser chamadas de públicas, mas esta foi ainda apenas uma mudança no nome.

Com a proclamação da república, surgiram os grupos escolares, divididos por séries e idades. A base pedagógica neste período continha princípios como simplicidade, progressividade, memorização, a autoridade do professor, e em prêmios e castigos aos estudantes.

Em 1932, a defesa da educação pública, gratuita e laica, ganhou força no país, combatiam também a escola restrita à elite, visto que o analfabetismo atingia cerca de 80% da população. Enquanto na Europa, se expandiam as doutrinas totalitaristas, Vargas instituiu no Brasil, o Estado Novo, onde a escola era percebida como uma via de reconstrução da sociedade.

Com o início do regime militar, as propostas de educação democrática foram abandonadas. A meta nesta fase, era preparar o estudante para o mercado de trabalho. Na educação de adultos, em dois anos a taxa de analfabetos caiu, porém muitos, mal sabiam fazer seu próprio nome, com o método utilizado (Mobral), ou seja, havia um grande número de analfabetos funcionais. O ensino, era na verdade, uma ferramenta de controle.

Ao findar a ditadura militar, a educação, bem como outros aspectos da política nacional, foram repensados, tornando o ensino um direito de todos e dever do estado garanti-lo.

O cenário hoje, nos proporciona a educação de forma facilitada, com o intuito de apropriação do conhecimento e das relações estabelecidas, como fonte para qualquer mudança.

Contextualizando com o filme “Uma Lição de Vida”, Maruge, o homem que aos 84 anos de idade, decidiu, por si, em um ato de liberdade, aprender. Aprender a ler, a escrever, aprender a modificar a parte da história que não lhe

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

satisfazia mais. E ao aprender, também pôde ensinar. Ensinar aos demais colegas de classe, ainda que estes fossem crianças. Ensinar aos professores, e a todos os demais que conheceram sua história. Maruge dizia, que sem educação é como uma cabra, simplesmente vive.

Maruge retrata a realidade de milhares de pessoas, que talvez não tiveram a oportunidade de aprender no que consideramos como “tempo correto”. Jane, por sua vez, retrata a realidade de alguns educadores, não de todos, mas a realidade dos educadores “diferentes”, aqueles que tem algo a mais, aqueles que já compreenderam que educar, não é apenas transmissão, é construção e desconstrução constante. É ato de amor, compreensão, empatia e mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

John Broadus Watson, psicólogo estadunidense (09/01/1878 - 25/09/1958), considerava que o ser humano vem ao mundo, vazio, e quase tudo é aprendido.

Partindo deste ponto, aprendemos a andar, a falar, a nos comportar e até mesmo a pensar, de acordo com o nosso ambiente, o nosso meio. Ou seja, tudo nos é ensinado.

Na fase inicial de vida, as principais fontes de educação, segurança e modelagem, são os pais, que ditam o que é “certo ou errado”, o que é “bom ou mal”, o que “pode ou não pode”. A partir do vínculo estabelecido com os pais, a criança age, com o intuito de testar, agradar e aprender.

Quando se inicia a fase escolar, o professor torna-se também um espelho para a criança, e suas ações, serão aprendidas e refletidas através da criança. Conforme o indivíduo se desenvolve e cresce, passando pelas diversas fases típicas do ciclo vital, ele continua em constante aprendizado e mudança, e o professor, continua a auxiliar em todo esse processo.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Mas como seria possível ensinar algo para este indivíduo, totalmente desconhecido, com uma história e cultura diferentes daquele que você considera como seu ponto de referência, sem estabelecer algum tipo de vínculo com este ser? Impossível. É fundamental estabelecer uma relação com o sujeito, e isso ocorre através do estabelecimento de vínculos.

Em resumo, nossas opiniões sobre o outro, são fundamentadas em conhecimentos que construímos através da nossa história e das nossas experiências, que muito provavelmente, são totalmente diferentes da realidade e das experiências do outro. Para tanto, a relação pedagógica, não deve ser construída em cima de achismos, do que eu penso, do que eu vivi, dos meus julgamentos, mas através da liberdade de me permitir conhecer o outro, sua história, suas experiências e expectativas, sem julgar, mas de forma a acolher. Somente assim, saímos do papel de detentores e transmissores do saber, e nos tornamos verdadeiros agentes de mudança.

REFERÊNCIAS

A concepção de liberdade em Sartre. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/alinesilva.pdf>. Acesso em 10 de março de 2021.

História da Educação no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1910/serie-especial-historia-da-educacao-no-brasil?gclid=Cj0KCQjwl9GCBhDvARIsAFunhskUdjxRuh7BRDnsZVUHFOacf30>

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

1x-L_NbcDdTMjGAXMZXxX7EShES0aAuuDEALw_wcB. Acesso em 10 de março de 2021.

História da Educação no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3433/ensino-com-catecismo>. Acesso em 19 de março de 2021.

História da Educação no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3442/mestres-quase-nobres>. Acesso em 19 de março de 2021.

História da Educação no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3444/primeira-republica-um-periodo-de-reformas>. Acesso em 19 de março de 2021.

História da Educação no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3434/era-vargas-profusao-de-ideias>. Acesso em 19 de março de 2021.

História da Educação no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3431/ditadura-militar-aulas-para-o-trabalho>. Acesso em 19 de março de 2021.

História da Educação no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3432/educacao-pos-ditadura-qualidade-para-todos>. Acesso em 19 de março de 2021.

O CONCEITO LIBERDADE EM ARISTÓTELES E NO EXISTENCIALISMO DE SARTRE. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/O-CONCEITO-LIBERDADE-EM-ARIST%C3%93TELE.pdf>. Acesso em 15 de março de 2021.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

UTILIZAÇÃO DE APP GAMEFICADO PARA DESENVOLVIMENTO DE HÁBITOS DE ESTUDO

Adilson Veiga e Souza
Guilherme Ribas Taques
Ronan Anacleto Lopes

RESUMO: Nos dias atuais, a tecnologia, cada vez mais presente no nosso dia-a-dia, vem exigindo seu espaço, ocupando momentos antes dedicados a leitura, estudo, e desenvolvimento pessoal. O advento dos smartphones e redes sociais criou uma geração que se aliena facilmente ao que a internet lhes fornece, abandonando o hábito de buscar o próprio conhecimento. Neste sentido, viu-se a necessidade de criar uma ferramenta que, não somente auxiliasse no processo de ensino-aprendizagem, mas também criasse junto ao aluno a vontade, o desejo de aprender cada vez mais. Ao invés de procurar formas de afastar o aluno das técnicas, que cada vez mais se fazem presentes e necessárias, optou-se por utilizar esses recursos a favor do ensino, criando um aplicativo que, com base em princípios da gamificação, auxiliasse o jovem a estudar de forma lúdica e atrativa, valorizando suas ações. Com este aplicativo concluído, espera-se que o hábito de aprender retorne aos jovens, fundamentados na utilização desta ferramenta e nos recursos que ela apresenta.

PALAVRAS-CHAVE: Aplicativo. Smartphone. Ensino, Gamificação.

ABSTRACT: Nowadays, technology, increasingly present in our daily lives, has been demanding its space, occupying moments previously dedicated to reading, studying, and personal development. The advent of smartphones and social networks created a generation that easily alienates itself from what the internet provides them with, abandoning the habit of seeking their own knowledge. In this sense, there was a need to create a tool that would not only assist in the teaching-learning process, but also create with the student the will, the desire to learn more and more. Instead of looking for ways to remove the student from the technologies, which are increasingly present and necessary, we opted to use these resources in favor of teaching, creating an application that, based on the principles of gamification, would help the young person to study in a playful and attractive way, valuing your actions. With this application completed, it is expected that the habit of learning will return to young people, based on the use of this tool and the resources it presents.

KEYWORDS: Application. Smartphone. Teaching, Gamification.

1 INTRODUÇÃO

A nossa sociedade está se adaptando cada vez mais com todo esse nível tecnológico que alcançamos. Porém, o medo de ficarmos desinformados faz com que sejamos obsessivos pelo contato com alguma tecnologia, é nesse contexto em que o celular ganhou e ganha cada vez mais o mercado.

202

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Chegando a cada dia mais perto de cobrir o planeta com suas ondas, os telefones móveis já ocupam ambientes de estudo e trabalho, obrigando ao meio a se adequar a essa nova situação e usá-la a seu favor (Dantas, 2014).

A utilização de *smartphones* em ambientes de estudo vem sendo um problema pertinente, pois é uma ferramenta onde o jovem não tem dificuldade em usá-la para benefício escolar, a distração proporcionada pelas redes sociais, vantagens da telefonia, a tecnologia e outras funções é onde se afogam (Dantas, 2014).

Com o avanço dessa tecnologia e de todas suas vantagens, o seu uso é essencial ao dia a dia do homem, assim, a sua proibição nas escolas não o tiraria do contexto e como solução a isso, a sua aplicação como recurso metodológico nas disciplinas seria a melhor forma de incorporá-lo (Dantas, 2014).

O ponto crucial é entender e aplicar o conceito de gamificação, o qual consiste na utilização de elementos dos *games* (mecânicas, estratégias, pensamentos, recompensas) fora do contexto dos *games*, com a finalidade de motivar os indivíduos à ação, auxiliar na solução de problemas e promover aprendizagens (Kapp, 2012).

Dentro da cultura digital, os jogos eletrônicos se destacam por exercer uma profunda influência na vida de um número considerável de pessoas, em especial essa nova geração, a qual já nasceu nesse mundo tecnológico. O avanço no desenvolvimento desses jogos os tornaram tão imersivos quanto os cinemas, literaturas e histórias cada vez mais detalhadas e complexas, sendo uma das explicações para o número de jogadores ser tão grande.

Segundo a ACI Games (Associação Comercial, Industrial e Cultural de Games), em pesquisa realizada em 2012, os jogos de videogame representam hoje, em todo o mundo, o maior mercado de entretenimento, superando a indústria do cinema e da música juntos. De acordo com Fardo (2013) EUA,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

praticamente todas as residências possuem algum tipo de dispositivo dedicado para os jogos, são os chamados *consoles*, e a idade dos jogadores, é em média de 30 anos. (Martins et al., 2014)

Em a “Pesquisa Game Mobile Brasil”, em 2013, 41% das mulheres e 59% dos

homens declaram jogar algum jogo eletrônico, em múltiplas plataformas. Diante da realidade demonstrada por esses números, não se pode engar a importância dos *games* (termo que, traduzido do inglês, significa jogo) na vida das pessoas, e também na de alunos e sua consequente importância à educação.

A gamificação trabalha em partes, como uma motivação, dependendo do contexto em que for aplicada. Porém é necessário identificar quais destes são os mais aceitos pela comunidade de jogadores, a comunidade gamer. Assim, o autor Lopes (2015) com o trabalho “Um estudo preliminar sobre conceitos extrínsecos e intrínsecos do processo de Gamification”, explorou preferências desses contextos por jogadores do gênero masculino e feminino, em ambiente de mono e multiusuários. (LOPES; TODA; BRANCHER, 2015)

Os *games* não são famosos por ser apenas imersivos, mas principalmente pela contribuição cognitiva que eles ofertam, como o melhoramento do raciocínio lógico, na observação, espacialidade, resolução de problemas, leitura e tomadas de decisão. (Prensky 2011; Gee, 2009, apud Martins et al., 2014)

Partindo desse contexto, o projeto visa o desenvolvimento de um aplicativo para celular com o objetivo de ensinar os alunos a terem o hábito de estudar sem que isso os deixe entediados, onde tal será um objeto de estudo que estimule os alunos a estudar.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

2 METOLOGIA

O projeto desenvolvido, terá grande parte de seu pensamento baseado dos trabalhos de (SHELDON, 2012), o qual trabalhava com conceitos da gamificação em um ambiente escolar, e obteve assim, resultados satisfatórios junto a cooperação de seus alunos. Também, será levado em consideração o trabalho de (TURELLA, 2015), onde a desenvoltura de um jogo com conceitos de gamificação para ensinar os mesmos acabou gerando ótimos resultados, assim como abriu portas para novos pensamentos.

Como primeira etapa após o tema ser escolhido, gamificação, foi selecionado qual seria a IDE em que seria programado e como resultado o Sublime Text foi escolhido devido a oferecer recursos que facilitariam a organização dos códigos. Nele foram usadas as linguagens JavaScript, CSS, HTML e PHP.

Após tais escolhas, fixou-se como segunda etapa o desenvolvimento do protótipo das telas do sistema, desenvolvendo suas interações básicas e validações de formulários via JavaScript.

Com a construção do protótipo estrutural do sistema, o próximo passo se baseou no estudo e aplicação do design responsivo no aplicativo, permitindo que este seja utilizado em diferentes resoluções e aparelhos, sem causar distorções do conteúdo.

Com a efetivação dessas etapas, foi iniciado o desenvolvimento do núcleo do projeto, ou seja, os processamentos do sistema para que ele pudesse cumprir com os objetivos propostos pelo grupo.

Para tal desenvolvimento serão realizadas as etapas de programação do banco de dados, e do *backend* em PHP 7. Para a implementação dos códigos SQL, foi escolhido o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) MySQL,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

pois é um software Open Source com grande compatibilidade com os diagramas lógicos, sendo este software, também de grande utilização em meio comercial, graças a sua eficiência e baixo custo (NEVES; RUAS, 2005).

3 RESULTADO

De acordo com o relatório elaborado pela agência de marketing digital “We AreSocial”, o Brasil é o 3º país com maior índice de uso de internet no mundo e a médiade conexões mobile no Brasil é maior do que a média mundial. O número de conexões móveis no Brasil aumentou 3% em relação a 2014, chegando a um nível impressionante de 276 milhões de conexões (KEMP, 2015).

As atividades móveis dos usuários brasileiros se baseiam em acesso a aplicativos de mídia social e vídeos (23%), mas também é mostrado que 18% dos acessos estão relacionados a serviços bancários, superando até aplicativos de localização e games, que registraram 17% cada um (KEMP, 2015).

Essa adaptação para a plataforma web, e sua maior presença em *smartphones* foi realizada devido ao fato da evolução tecnológica, onde o uso de dispositivos móveis vem aumentando drasticamente assim como a convivência com a internet nodia a dia. “Com a nova versão do HTML novos recursos foram apresentados para o desenvolvimento web, como novos elementos, novas funcionalidades entre outras diversas novidades que possibilitam novas experiências de interação com web sites” (MAZZA, 2012).

De acordo com Zemel (2012), o Web design responsivo é aquele que responde a qualquer dispositivo ou resolução de tela. Uma aplicação com layout responsivo pode ser bem visualizada em qualquer um dos dispositivos, por exemplo, uma TV, Tablet, Smartphone, desktop, etc.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Portanto, a escolha de uma linguagem e estrutura responsiva foi crucial para a boa acessibilidade do sistema, permitindo que usuários de diferentes sistemas operacionais e equipamentos possam acessar e utilizar esta ferramenta.

O sistema fornecerá recursos e ferramentas para que professores possam inserir atividades como desafios, os quais são apresentados aos alunos como questões. Os alunos por sua vez, pesquisam as respostas e aprendem com o processo.

Quanto mais estímulos estes alunos receberem na etapa de aprender, mais prazeroso será para eles. Ao tornar o aprender, algo agradável e não forçado, é possível que eles adquiram o hábito de estudar e aprender, ao invés de gastar seu tempo livre em redes sociais.

4 SISTEMA

O desenvolvimento do sistema foi focado em 3 pilares: a segurança de acesso, a responsividade dos elementos e a gamificação. Para garantir a segurança, foi desenvolvido um sistema de login e senha, com níveis de acesso dos usuários, de forma que somente o administrador possa alterar estes níveis.



Bem vindo ao DAHEL - Desenvolvendo Hábitos de Estudo e Lazer

Digite seus dados

Login

Senha

Acessar

Cadastro

Figura 1 - Tela de login do sistema

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

A Figura 1 retrata o portal de entrada para o sistema. Uma vez cadastrado no sistema, o usuário poderá acessar ao aplicativo com suas configurações de conta e atividades realizadas. Esse acesso visa impedir que outros alunos modifiquem a resposta uns dos outros e garanta a idoneidade das informações.

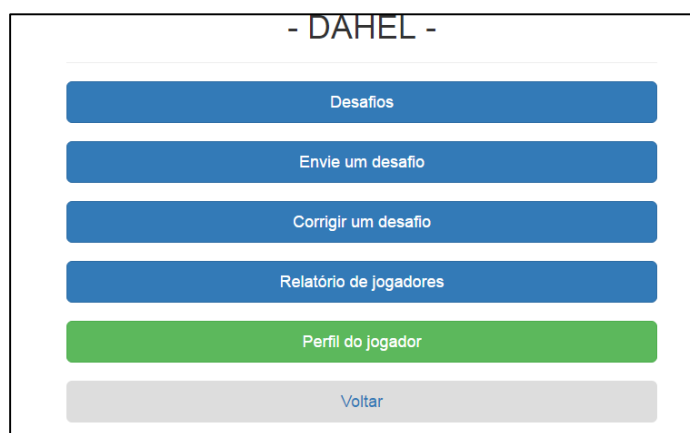


Figura 2 - Menu principal do sistema

Neste projeto, o menu principal, apresentado na Figura 2, só é acessado após o login. Cada tipo de usuário pode apresentar diferentes menus de acesso, sendo que nesta figura, está representado o menu de um usuário SUPERVISOR ou PROFESSOR.

Outro recurso de grande valia para este aplicativo seria o Relatório de desempenho, onde consta todos os alunos respondentes e suas notas.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Relatório dos jogadores

Selecione os filtros que deseja aplicar

Usuario	Curso	Ano	Disciplina	Pontos
Vini	Informatica - Integrado	3 Ano	Filosofia	1
Zezinho	Informatica - Integrado	4 Ano	Filosofia	1
dani	Informatica - Integrado	2 Ano	Filosofia	1
Zezinho	Informatica	4 Ano	Informatica	1
Vinizin	Informatica - Integrado	3Ano	Informatica	1
Vini	Informatica - Integrado	3 Ano	Informatica	1

Figura 3 - Relatório dos jogadores

A Figura 3 demonstra a interface do Relatório, apresentando alguns exemplos fictícios de alunos. Nesta tela, é possível identificar o *ranking* das pontuações, o que se alinha com um dos conceitos de gamificação, gerando uma competição entre os alunos pelo melhor colocado no *ranking*.

Ao omitir os últimos colocados, deixando somente um “top 10”, eliminamos o problema causado pelo constrangimento de ser o último do *ranking*, bem como o desestímulo que isso gera.

Dentre outros conceitos de gamificação aplicados, um recurso para estimular os alunos na execução das atividades propostas pelo app é o painel de conquistas.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

STATUS DO PERSONAGEM	
Disciplina	Acertos
Informática	1

CONQUISTAS	
Informática	 <p>Desbravador tecnológico Você mostrou que sabe como ligar um computador!</p>
	 <p>Nerd das pergaminhos Temos um pergaminho(a) aqui!</p>
	 <p>Maestro do PC Alguém aqui tem uma maestría enfão, é?</p>
	 <p>Perto em linguagens Mas que percia é essa? Uma rotadade hoje em dia!</p>

Figura 4 - Painel de conquistas na visão do aluno

Uma das formas clássicas de estimular o progresso em alguma atividade é através de conquistas e prêmios. Pensando neste conceito, foi desenvolvido o painel de conquistas do “personagem” que o aluno representa (Figura 4).

Por meio deste painel, os alunos podem identificar os requisitos para alcançar novos objetivos e, em alguns pontos específicos, conseguir premiações junto a seus professores, em aulas reais. Essa gamificação favorece aqueles que não tem perfil competitivo, porém gostam de conquistar todos os recursos e elementos disponíveis em um jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto tem como objetivo final desenvolver um produto onde o aluno e professor tenham um relacionamento de dinamicidade, e que haja um interesse mútuo em estudar sem que isso fuja do lazer diário que eles desejam, principalmente os alunos/jovens.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Sendo algo com um design simples e, essencialmente, prático, não torna sua utilização cansativa ou complexa, possibilitando ao usuário uma atividade benéfica educacionalmente e que visa mantê-lo totalmente confortável, representando apenas um “jogo de internet”.

A resistência que se tem em inserir tecnologia no âmbito escolar é uma das barreiras a ser vencida, não somente neste projeto, mas por toda a sociedade, que ainda considera o modo clássico como o melhor para a aprendizagem.

Atualmente, o mundo em que os jovens estão imersos, é extremamente diferente do âmbito escolar clássico em que são obrigados a vivenciar. Essa disparidade entre a realidade e a escola resulta em uma abrangente gama de possibilidade para inserir novas técnicas de ensino, e assim, recriar o conceito de aula, ensino educação, sob uma perspectiva inovadora e revolucionária.

Em trabalhos futuros, espera-se implementar em um ambiente escolar real e testar a aceitabilidade do sistema bem como colher novas informações sobre a usabilidade e eficiência dos conceitos de gamificação no engajamento dos alunos.

REFERÊNCIA

DANTAS, M. M. DA S. **O uso do aparelho celular como recurso Didático.** Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, p. 1–15, 2014.

FARDO, M. L. **A Gamificação Aplicada Em Ambientes De Aprendizagem.** NovasTecnologias na Educação, v. 11, n. 1, p. 1–9, 2013.

GEE, James Paul. **Bons video games e boa aprendizagem.** Perspectiva, v. 27, n.1, p. 167-178, 2009.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

KAPP, Karl M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education.** John Wiley & Sons, 2012.

KEMP, Simon. **Digital, social & mobile worldwide in 2015.** We are social, 2015.

LOPES, R. A.; TODA, A. M.; BRANCHER, J. D. **Um estudo preliminar sobre conceitos extrínsecos e intrínsecos do processo de Gamification.** Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 23, n. 3, p. 164, 2015.

MARTINS, T. M. D. O. et al. **A Gamificação de conteúdos escolares: uma experiência a partir da diversidade cultural brasileira.** Seminário Jogos Eletrônicos, Educação e Comunicação, 2014.

MAZZA, L. HTML5 e CSS3: Domine a web do futuro. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2013.

SHELDON, Lee. **The multiplayer classroom: Designing coursework as a game.** Cengage Learning, 2011.

TURELLA, E. H. F. C. DE O. **Jogo para apoio ao ensino e aprendizagem utilizando conceitos de gamificação.** 2015.

ZEMEL, Tércio. **Web Design Responsivo: Páginas adaptáveis para todos os dispositivos.** Editora Casa do Código, 2015.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, ANÁLISE DE DADOS

Ana Bela dos Santos
Laryssa Karas

RESUMO: Realizar um estudo e compreender o processo pelo qual passa uma criança que foi vítima de violência sexual a partir das dimensões da psicologia comportamental. Este estudo servirá na construção de um artigo de cunho acadêmico com intuito de mostrar a importância e o papel da psicologia dentro desta problemática. Serão realizadas pesquisas documentais, bibliográficas e qualitativas para compreender sobre o processo, além da análise dos dados recolhidos do campo de estágio, de quais os meios e os procedimentos de encaminhamentos para os processos de atendimentos para essas vítimas e como a lei trata essa situação. Sendo um trabalho investigativo, se espera além da compreensão dos processos, auxiliar nas possíveis falhas perante a problemática estudada e deste modo colaborar para a divulgação do assunto como um alerta social, tendo em vista que o abuso sexual infantil acontece, a maioria não são registrados pois muitas vezes falta informações e ainda o maior agravante da situação que é o medo de falar e procurar ajuda e seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Infantil. Psicologia. Estudo sobre violência.

ABSTRACT: Carry out a study and understand the process through which a child who has been a victim of sexual violence passes from the dimensions of behavioral psychology. This study will serve to construct an academic article in order to show the importance and the role of psychology within this problematic. Documental, bibliographic and qualitative research will be carried out to understand the process, besides analyzing the data collected from the internship field, the means and procedures for referral to the care processes for these victims and how the law deals with this situation. Being an investigative work, it is expected beyond the comprehension of the processes, to assist in the possible failures before the problematic studied and of this way collaborate to the spreading of the subject like a social alert, considering that the child sexual abuse happens, most are not registered because often lack information and still the biggest aggravating of the situation is the fear of speaking and seek help and their rights.

KEYWORDS: Abuse. Childhood. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Violência sexual infantil – revisão bibliográfica baseada na análise comportamental. Este estudo terá como base o referencial teórico sobre violência sexual infantil e os reflexos que isso traz aos comportamentos da vítima, uma análise funcional de dados. Estudo este realizado com base no

213

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Behaviorismo Radical, ou seja, Abordagem Comportamental, sobre crianças e jovens adolescentes que estão em fase do desenvolvimento, que sofreram o abuso sexual. O principal material terá como base estudos de referencial teóricos bibliográficos para realizar análise dos dados documentais, os quais foram retirados do local onde este estágio curricular obrigatório foi realizado.

Também foram buscados parâmetros éticos e legais sendo as leis que regem os estagiários a instituição e referente à problemática citada, sendo de cunho acadêmico e de estudo para a compreensão da área da psicologia referente a este assunto que assombra e está presente em todos os lugares sem distinção de gênero, raça, religião, condição financeira e posição política e social. Segundo os últimos estudos realizados no Brasil pelo ministério da saúde os dados em relação ao abuso infantil são alarmantes, conseqüentemente os reflexos que isso causa no indivíduo são graves, em relação ao seu desenvolvimento como um todo. Essa gravidade ainda passa a ser maior quando a violência é acometida por um familiar ou alguém muito próximo da vítima. Esses dados quantitativos pesquisados são apenas fatos registrados, existem ainda os omitidos ou não realizados formalmente por inúmeros os motivos, mas percebe-se que é principalmente pela falta de informação e medo.

Ainda existe hoje muito pré-conceito além do medo em falar sobre abuso, também há um fator considerado agravante, fazendo com que a sociedade como um todo sofra por esse mal, que é a falta de informação, e é necessário falar para que todas as pessoas saibam que existe e acontece. Informar, falar sobre dar orientações de como lidar e enfrentar essa situação desagradável que acaba desestruturando a vítima e toda a sua família, onde e como denunciar, a quem recorrer por ajuda e auxílio.

Dentro deste tema problema a psicologia tem um papel fundamental e de extrema importância que vão além dos atendimentos clínicos psicológicos para

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

a vítima, função essa como de orientação, escuta, informação, entre outras percorridas neste trabalho.

Para compreender essa situação social em meio aos atendimentos clínicos, em campo de estágio, foi realizada uma coleta de dados que será apresentada neste trabalho e a análise desses foram realizados através de referenciais bibliográficos aos quais fazem parte desta pesquisa para construção deste artigo com a finalidade de esclarecer como se dá o processo e a procura pelas vítimas em campo, bem como a função do estagiário terapeuta em detrimento de suas funções.

2 DESENVOLVIMENTO

Para melhor entender sobre o abuso sexual infantil foi realizada uma pesquisa documental com o intuito de analisar os dados através da análise do comportamento, e para melhor compreender esses fatos foram utilizados referenciais teóricos bibliográficos referenciados na linha de pesquisa analítica comportamental.

Vamos iniciar essa pesquisa com os dados de registro no Brasil, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o maior número de vítimas são meninas entre 4 e 11 anos de idade, com tudo os índices de meninos violentados estão aumentando a cada ano, sendo mais um dado alarmante. Segundo a EBC Agencia Brasil – Empresa Brasil de Comunicação – os números chegam até 50 denúncias diárias.

Um das primeiras leis criadas para o enfrentamento e assistência dessas crianças foi o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente instituído em 13 de julho de 1990 com a Lei de nº 8.069 que regulamenta os direitos da criança e do adolescente. Dentro deste estatuto – Eca - existem várias diretrizes e leis

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

que fundamentam e respaldam a função do mesmo e obriga instituições e civis a cumprir as mesmas, em descumprimento delas existem penalidades a serem aplicadas, também são elas que amparam a criança e ao adolescente nas diversas situações em que são colocados como oferta de risco para eles. Portanto o “Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) é a Legislação que explicita a implementação da proteção integral constitucional estabelecida no artigo 227, indicando as medidas que devem ser utilizados para assegurar o bem estar da criança e do adolescente” (org.br)

(Castanha, 2003-2004) “O estatuto da Criança e do Adolescente fundamentado na Doutrina Integral de Proteção reconhece que toda criança e adolescente são sujeitos de direitos e com prioridade absoluta na atenção das políticas públicas. Porém, um grande desafio continua presente: transformar os direitos assegurados em ações que corrijam as desigualdades e injustiças sociais, que promovam a cidadania e assegurem a dignidade a todas as meninas e meninos do país.”

Conforme os programas de saúde governamentais, alguns dos caminhos para fazer a denúncia de violência sexual infantil são: no Conselho Tutelar, delegacias especializadas, autoridades policiais ou disque denúncia através do disque 100. O Disque 100 é uma central de atendimento telefônico que matem o sigilo e integridade tanto do denunciante quanto da vítima e do abusador, as informações prestadas ali vão diretamente para as redes cadastradas, nas quais as autoridades tomarão as devidas providencias em auxilio e verificação da mesma, ou seja, da denúncia.

Sendo que qualquer pessoa pode fazer as denúncias por ambos esses meios ou outros que achar cabíveis e convencionais para si e para a vítima. Agora que já vimos um pouco dos dados no Brasil, faremos uma rápida passada na história com o intuito de compreender de onde vieram essas normas e leis, o porquê de sua criação e o contexto ao qual se refere o abuso sexual infantil.

216

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Segundo o site Portal Brasil, que trata dos direitos humanos, no dia 18 de maio de 1973, uma menina de 8 anos, foi sequestrada, violentada e assassinada no Espírito Santo. Alguns registros dizem que seu corpo foi carbonizado um tempo depois da violência ocorrida. Seus agressores seriam jovens de classe média alta e que nunca foram punidos. Portanto essa data ficou instituída e aprovada pela Lei Federal 9.970/2000, como sendo o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de crianças e Adolescentes.

Comentado por DIAS, 2012. Criando a partir daí vários projetos e legislações em relação a esta demanda, bem como as que envolvem os menores até a ocorrência do abuso, como, por exemplo, a violência contra a mulher que dá total suporte e apoio para a demanda referida neste trabalho.

Existem vários projetos de proteção e assistência psicossocial para as vítimas do abuso bem como os envolvidos, segundo especialistas do portal Sentinela da UNESP, por exemplo, a família, sendo um trabalho desenvolvido em rede de assistência, um dos projetos mais completos é o próprio projeto Sentinela. Esse projeto desenvolve além da assistência, palestras, oficinas nas escolas, postos de saúde, igrejas, associações de moradores, além de capacitação para os técnicos e profissionais envolvidos diretamente com a problemática. Os últimos dados registrados desse projeto dizem que 90% das denúncias chegam a eles através de instituições, afirmando assim o trabalho em rede, e que poucos sabem sobre os casos de abusos dentro das diferentes comunidades.

Também devemos ressaltar que o trabalho e contato em rede aumentam a visibilidade e alerta sobre o tema. Demanda essa que muitas vezes é desconhecida pela população em geral.

Do ponto de vista da psicologia comportamental estudos mostram que a “psicoterapia serve para proporcionar condições de aprendizagens, de estratégia

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

de ação, avaliação e modificação, buscando alterar o comportamento desajustado”. (ROCHA, 2008, p.53).

Segundo Schultz (2008, p.377) para um melhor resultado compreende-se que a análise funcional é um dos métodos mais eficazes no auxílio ao enfrentamento do abuso sexual, dentro desta linha de compreensão do ser humano, pois através dessa análise é possível verificar a frequência do comportamento, a situação na qual ela ocorre e o reforço associado a ele, número de vezes, reforçadores e estímulos envolvidos, auto relato, entrevistas, questionários.

Ainda pode ser usado dentro da análise funcional abordagem de sinal sendo um método de avaliação de personalidade e abordagem de amostra na qual se avalia o comportamento. Esses métodos e abordagens “trazem respostas aos testes que são interpretados como indicações diretas do comportamento presente, e não de traços, motivos ou experiências de infância.” (SCHULTZ, 2008, p.378).

“Toda terapia comportamental deve ser adequada precedida por um diagnóstico comportamental. A aplicação dos princípios comportamentais exige tal precisão que se corre o risco de se perder, se não houver uma adequada delimitação dos sintomas “alvo”. Convém ressaltar que os comportamentos alvo envolvem a identificação de “hábitos emocionais” e cognições errôneas. “Sintomas” meramente refletem a consciência do paciente das reações que tem lugar dentro dele”. (LAZARUS, A. A. 1979 p.95.)

Tendo em vista que esse processo pode ser utilizado em qualquer área da psicologia desde que o psicólogo tenha domínio da mesma, segundo Eysenck 1964 apud Lazarus 1979 (p.121) “os terapeutas comportamentais mais bem sucedidos são aqueles que têm uma ampla compreensão de toda a literatura e não devem nenhuma fidelidade a qualquer escola, em particular; não abrindo mão de qualquer armamentário”, assim terá um melhor resultado em seu

218

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

trabalho, podendo ser utilizado este método em grande escala, ou seja, grande grupo assim passa-se a trabalhar com as análises das metacontingências.

Conseqüentemente podendo prestar um auxílio tanto para a rede quando para as vítimas do abuso, prestando um serviço de qualidade e pensando em preservação e prevenção da vida.

Para a construção deste trabalho foram realizadas coletas de dados necessários, além dos bibliográficos. Informações estas retiradas da Realclin, onde foi realizado o estágio curricular obrigatório. Esses dados são: quantos dos usuários dos serviços da clínica são vítimas de abuso sexual? São encaminhadas de algum outro meio, de onde são? Quais as medidas tomadas em relação a essa demanda pelos profissionais envolvidos? Quais as atitudes tomadas pelo profissional perante essa demanda?

Contudo chegou-se a compreensão de que a melhor técnica até então observada são as práticas educativas unindo-as com a aprendizagem de novos repertórios comportamentais não coercitivos.

E independente da linha de conhecimento do terapeuta a questão é se ele enquanto profissional realmente compreende a demanda e o sujeito como um ser humano em á uma sociedade.

Para responder algumas dessas questões dentro deste contexto, os dados foram coletados através de uma pesquisa pelo sistema Google forms ou formulário eletrônico fornecido pelo Google. Pesquisa está feita com todos os acadêmicos estagiários de psicologia totalizando 27 e como resultado 21 respostas que levam as seguintes informações: A maioria dos pacientes que trouxeram algo referente ao abuso sexual relatou que sofreram o abuso na infância por parentes próximos como pai e tios, que não fizeram nenhum tipo de denúncia por medo e desconhecimento das leis, contaram verbalmente apenas para mãe e professoras.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

Dentre esses a maioria do sexo feminino, sendo que é alarmante o número de pacientes masculinos na clínica e/ou pesquisas bibliográficas para análise dos dados realizados para a construção deste artigo, que passaram por essa situação de violência na mesma situação que os demais. Segue formulário abaixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As meninas são as maiores vítimas, tanto em casa quanto na rua, situação é agravada pelo pacto do silêncio pela relação afetiva com o agressor e de dominação pelo mesmo, às vezes os casos são omitidos pela família, deve-se evitar expor a criança, os dados estatísticos não são confiáveis, pois existem os subregistros que dificulta o acesso aos dados, uma grande parcela de culpa é da sociedade, pois ainda existe o fator machismo mesmo sendo ideológico ou de dominação e exploração do homem sobre a mulher ou no caso da problemática levantada do adulto sobre a criança, nesse ponto conta muito o uso da força física, psicológica, intelectual.

Existem muitos pontos negativos na cultura em relação à violência doméstica, dando espaço a atores dessa história. O que tem de novo são as medidas protetivas de urgência perante as várias formas de violência e crimes sexuais, como por exemplo, Lei Maria da Penha e o ECA.

Há também um ponto importante de generalização desse fenômeno principalmente no contexto clínico para mudar isso se percebe que é necessário estabelecer processos de operações motivacionais.

Para reduzir os efeitos gerados pela punição a terapia deve ser reforçadora e de comum interesse e acordo com a vítima, Darwin, 1872 refere-se que esse

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

processo também deve levar a reflexão sobre si e o que os outros pensam e com isso trabalhar o sentido de culpa e vergonha. Cabe ao profissional principalmente da área da psicologia conduzir esse processo de maneira eficaz com ética e compromisso social, acolhedor e humanizado, sem julgamentos. Para isso precisa despir-se de todos os seus pré conceitos e julgamentos, e atenção voltada ao desenvolvimento dessas crianças com olhar no todo.

Melhor técnica até então observada são as práticas educativas unindo-as com a aprendizagem de novos repertórios comportamentais não coercitivos. E independente da linha de conhecimento do terapeuta a questão é se ele enquanto profissional realmente compreende a demanda e o sujeito como um ser humano no meio em uma sociedade.

REFERÊNCIAS

A menina e a Adolescente no Brasil. Uma Análise da Bibliografia. USUICE SPI – CDI – Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula e Anais Livraria e Editora, 1994.

BEZERRA FILHO, Aluizio. Crimes Sexuais. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 2010.
Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação/ organizado por Josele Abreu – Rodrigues e Michela Rodrigues Ribeiro, Porto Alegre: Artmed, 2005.

CABALLO, Vicente E. Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. São Paulo: Santos, 2011.

CORDIOLI, A. V. e Cols. Psicoterapias: abordagens atuais 3ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

DAVISON, Gerald. Psicologia do comportamento especial. 8ª Ed. Rio de Janeiro. LTC, 2003.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. 3ª Ed. rev, atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 4 dez. 2020 – EDIÇÃO ESPECIAL – ISSN 2179-5169

DOBKE, Veleda. Abuso Sexual: a inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

HANTOWITZ, Barry H.; ROEDIGER III, Henry L.; ELMES, David G. Psicologia experimental: psicologia para compreender a pesquisa em psicologia. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MARTIN, Garry. Modificação do comportamento: o que é como fazer. 8ª. Ed. – São Paulo: Roca, 2013.

MAY, Rallo. A arte do aconselhamento psicológico; tradução de Wayne Tobelen dos Santos e Hipólito Martendal. 18ª Ed – Petrópolis, Vozes, 2011.

MOREIRA, Márcio Borges e Medeiros, Carlos Augusto de. Princípios básicos de análise do comportamento, 2007. Porto Alegre; Editora: Artmed.

Plantão Psicológico: novos horizontes/ Miguel Mahfoud (org.) 2ª edição, revista e ampliada – São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012.

ROCHA, Giovana Veloso Munhoz da. Psicoterapia analítico comportamental com adolescentes Infratores de alto risco: modificações de padrões anti-sociais e diminuição da resistência criminal. Giovana Veloso Munhoz da Rocha; orientadora: Sonia Beatriz Meyer; São Paulo; 2008.

SKINNER, Burrhus Frederic, 1904-1990; Ciência e comportamento humano, tradução João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi – 11ª Ed, São Paulo; Editora: Martins Fontes, 2003 – (coleção biblioteca universal).

SKINNER, Burrhus Frederic, 1904-1990; sobre o Behaviorismo, 1974, tradução de Maria da Penha Villalobos, São Paulo; Editora: Cultrix.

TRINCA, Walter. Diagnostico Psicológico: pratica clínica – São Paulo: EPU, 1984 (Temas básicos de psicologia; V.10).

VIGOTSKI, Levi Semenovitch, 1896 – 1934. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores: 6ª Ed – São Paulo: Martins Fontes, 1998.